

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Gabriel da Cruz Nascimento

**CARNE E TERRA: A RELAÇÃO ENTRE RAÇA, CORPO E
URBANIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DO CENTRO DE BELO
HORIZONTE**

Belo Horizonte
2024

Gabriel da Cruz Nascimento

CARNE E TERRA: a relação entre raça, corpo e urbanização na formação do centro de Belo Horizonte.

Texto apresentado para conclusão do curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como pré-requisito parcial à obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Professora Dra. Denise Morado Nascimento

Belo Horizonte
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

N244c

Nascimento, Gabriel da Cruz.

Carne e terra [manuscrito] : a relação entre raça, corpo e urbanização na formação do centro de Belo Horizonte / Gabriel da Cruz Nascimento. - 2024.

158 p. : il.

Orientadora: Denise Morado Nascimento.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Planejamento urbano - Teses. 2. Exclusão social - Teses. 3. Belo Horizonte (MG) - História - Teses. 4. Territorialidade humana - Teses. 5. Espaço urbano - Teses I. Nascimento, Denise Morado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO




FOLHA DE APROVAÇÃO

Carne e terra: a relação entre raça, corpo e urbanização na formação do centro de Belo Horizonte


GABRIEL DA CRUZ NASCIMENTO

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 24 de outubro de 2024, pela Comissão constituída pelos membros:

Documento assinado digitalmente
 DENISE MORADO NASCIMENTO
Data: 24/10/2024 10:58:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento - Orientadora
EA-UFMG

Documento assinado digitalmente
 THIAGO CANETTIERI DE MELLO E SA
Data: 24/10/2024 11:36:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Canettieri de Mello e Sá
EA-UFMG

**Kristal
Bivona**

Digitally signed by
Kristal Bivona
Date: 2024.10.24
11:15:28 -03'00'

Profa. Dra. Kristal Bivona
San Diego State University

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2024.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Agradecimentos

Agradeço inicialmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento à pesquisa. Agradeço a minhas mães: Bete e Nita, pelo amparo de sempre; minha irmã: Bruna, pelo carinho que nunca me faltou. Às amizades sedimentadas entre o tempo gasto em projetos, discussões e leituras: Lucas (Kito), Marcus, Wallace. Agradeço aos membros que aceitaram compor a banca de mestrado: Kristal Bivona, Thiago Canettieri. Agradeço especialmente a minha amiga e orientadora Denise Morado, quem primeiro me apresentou tanto o ofício quanto as angústias de ser um pesquisador. A todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento da escrita que se segue nas linhas a frente: Bruno Amorim, Bruno Ferreira, Luiza, Pablo, Lucas Parreira, Lucas (Kito), mais uma vez. Quaisquer méritos neste trabalho, atribuo a todos e todas vocês. Por outro lado, assumo particularmente quaisquer deficiências que venham a existir.

No fato das duas damas terem, afinal, se convencido categoricamente daquilo que antes supunham e que tinham apenas como uma hipótese, não há nada de extraordinário. Nós mesmos, os homens doutos, como chamamos nossa confraria, nos comportamos quase da mesma forma e, como prova, basta ver nossas discussões científicas. Primeiro, o sábio se aproxima como um incrível dissimulado, começa timidamente, com moderação, comedimento, começa com a indagação mais humilde: “Será que não vem daí?”. “Será que o nome de tal país não veio desse recanto aqui e tal e coisa?”. Ou então: “Será que esse documento não pertence a outra época mais recente?”. Ou então: “Não será necessário subentender, nesse tal povo, a presença daquele outro povo?”. Cita vagarosamente esse e aquele escritor da Antiguidade e, se apenas vislumbra de leve algum indício, ou simplesmente algo que lhe pareça ser um indício, ele ganha ímpeto e toma coragem, desanda a falar sem cerimônia sobre os escritores da Antiguidade, formula para eles algumas perguntas, que ele mesmo trata de responder, esquecendo por completo que começou com uma hipótese tímida; agora, já lhe parece que está vendo aquilo na sua frente, que aquilo está muito claro – e o raciocínio é concluído com as palavras: “Não há dúvida, foi assim mesmo que aconteceu, é indispensável subentender a presença de tal povo e é desse ponto de vista que é preciso encarar o assunto!”. Depois, proclama isso do alto de sua cátedra a todos os ventos – e a verdade recém descoberta sai a passear mundo afora, arregimentando multidões de discípulos e seguidores. Nikolai Gógol, *Almas Mortas*, Capítulo IX.

Nada mais importante para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la. Mas também, nada mais perigoso, porque um dia vem a reação indispensável e a relega injustamente para a categoria do erro, até que se efetue a operação difícil de chegar a um ponto de vista objetivo, sem desfigurá-la de um lado nem de outro. Antônio Candido, *Literatura e Sociedade*.

Então, a pobreza é também um lugar de episteme. Mas só é quando é vencida. Porque, senão, ela vai continuar sendo o lugar de interdição, o lugar de frustração, o lugar de revolta, o lugar da injustiça. ... Pouquíssimos, hoje, podem olhar pra trás e considerar a pobreza também como local de episteme. Conceição Evaristo, 2017.

Resumo

A pesquisa tem como objetivo investigar os processos de exclusão socioespacial na nascente Belo Horizonte a partir da construção de um prisma teórico sobre a relação entre corpo e urbanização. Tendo em vista que o corpo constitui uma dimensão da vida prática pouco explorada nos estudos urbanos, entende-se que a inserção desse elemento na agenda de pesquisa do campo do conhecimento de arquitetura e urbanismo contribui tanto para a revisão de posturas epistemológicas quanto para desvelar novas facetas da exclusão socioespacial. A partir da mobilização de instrumentais da filosofia fenomenológica e das ciências sociais, pretende-se a construção de um objeto de pesquisa capaz de concatenar corpo e terra para, a partir disso, propor uma outra leitura acerca da consolidação de lugares e corpos estigmatizados na consolidação do centro da cidade de Belo Horizonte. Através do confronto entre o corpo teórico mobilizado e documentos históricos, a pesquisa mobiliza métodos de investigação sociológica e historiográfica em direção aos processos de formação do estigma na consolidação da área central - delimitada atualmente pela Av. do Contorno, em Belo Horizonte, a partir da hipótese de que a produção do espaço urbano resulta, simultaneamente, na produção de *modos de ser* determinados e violentados.

Palavras-chave: exclusão socioespacial; epistemologia urbana; história urbana; racialidade.

Abstract

The research aims to investigate the processes of socio-spatial exclusion in the emerging Belo Horizonte from the construction of a theoretical prism on the relationship between body and urbanization. Bearing in mind that the body constitutes a dimension of practical life little explored in urban studies, it is understood that the inclusion of this element in the research agenda in the field of knowledge of architecture and urbanism contributes both to the review of epistemological stances and to unveiling new ones facets of socio-spatial exclusion. From the mobilization of instruments from phenomenological philosophy and social sciences, the aim is to construct a research object capable of concatenating body and earth to, from this, propose another reading about the consolidation of places and bodies stigmatized in the consolidation from the city center of Belo Horizonte. Through the confrontation between the mobilized theoretical body and historical documents, the research mobilizes methods of sociological and historiographical investigation towards the processes of stigma formation in the consolidation of the central area - currently delimited by Av. do Contorno, in Belo Horizonte, from hypothesis that the production of urban space results, simultaneously, in the production of determined and violated ways of being.

Keywords: socio-spatial exclusion; urban epistemology; urban history; raciality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1: Localização dos pontos narrados	78
Fig. 2: A Planta Geral da Cidade de Minas – em amarelo, a Zona Urbana, seccionada pela Av. do Contorno, em verde, Zona Suburbana.	80
Fig. 3: Planta topographica e cadastral da área destinada à Cidade de Minas	83
Fig. 4: Sobreposição entre a planta do antigo arraial e a planta da Nova Capital.	84
Fig. 5: Casa de pau-a-pique no antigo arraial Curral del Rey.	101
Fig. 6: Funcionários da Comissão Construtora da Nova Capital posam em frente à casa que ocupavam no Arraial de Belo Horizonte.	102
Fig. 7: Comparativo da ocupação do solo do arraial e da já inaugurada Belo Horizonte (1894-1897).	103
Fig. 8: Construção do Palácio do Governador.....	104
Fig. 9: Cândido Portinari, A Civilização Mineira	107
Fig. 10: Canteiro de obras de edificio público em Belo Horizonte.	118
Fig. 11: Área operária de Belo Horizonte.....	128
Fig. 12: Distribuição da população por raça na RMBH (2010).....	143
Fig. 13: Percentual de negros por Setor Censitário (2010), em Belo Horizonte	144
Fig. 14: Distribuição da renda média domiciliar, em 2010, por Setor Censitário, em Belo Horizonte	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução demográfica de Belo Horizonte entre 1890 e 1920.....	112
Quadro 2: Situação das vilas e favelas em Belo Horizonte (1895-1950).....	117
Quadro 3: A distribuição de trabalhadores do setor terciário em 1912.	121
Quadro 4: Distribuição da população por zona, entre 1905 e 1912.	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução no número de atendimentos hospitalares a partir da raça – 1908-1935 ..90

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO, OU A FORÇA DO NOME.....	13
1.1 <i>Interlúdio: Plano de trabalho.....</i>	24
2 PRIMEIRA PARTE: CONSTRUINDO O OBJETO.....	29
2.1 INTRODUÇÃO.....	29
2.2 AGÊNCIA E DIMENSIONALIDADE.....	37
2.2.1 <i>Acolhendo uma proposição epistemológica: a terra e a carne do mundo.....</i>	41
2.2.2 <i>A carne do mundo e a terra.....</i>	43
2.3 OS CONCEITOS.....	49
2.3.1 <i>A terra.....</i>	49
2.3.2 <i>O corpo: um argumento ontológico?.....</i>	64
2.3.3 <i>Apontamentos parciais: sobre a terra e o corpo negro.....</i>	70
3 SEGUNDA PARTE: O CENTRO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE.....	75
3.1 O MANEJO DOS CORPOS E OS CORPOS INDESEJÁVEIS.....	75
3.2 AS FRONTEIRAS URBANAS, A TRANSFORMAÇÃO DA TERRA E A PROFANAÇÃO DO PLANO.....	109
4 APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA - NOTAS SOBRE O LIMITE DO TEXTO (MODERNO) ACADÊMICO	146
REFERÊNCIAS.....	150

1. APRESENTAÇÃO, OU A FORÇA DO NOME

Simão Bacamarte, psiquiatra, lança mão de uma nova e arrojada teoria acerca dos limites entre a sanidade e a loucura e, a partir dela, convence os governantes de uma pequena cidade do estado do Rio de Janeiro das necessidades de transformação na política de saúde municipal. As modificações, de início, não se apresentam com teor revolucionário e, de outra forma, sugerem outorgar uma relativa distinção ao município diante de sua região e, quem sabe, até em relação à capital. Com base nos argumentos do médico, a Câmara Municipal convence-se em financiar a construção de um hospício e em realizar pequenas alterações no orçamento local para que o novo serviço psiquiátrico não fique retido às elites. Bacamarte tem tudo o que precisa para levar adiante seu projeto. Com notável erudição e munido de um olhar astuto, passa a analisar as ações cotidianas dos moradores da cidadezinha através de uma lente ideológica binária, capaz de organizar atos, conversas, temas, posturas etc. em grupos da normalidade e da patologia.

Balizada por sua teoria científica, a personagem percebe, cada vez mais, que os indivíduos com quem compartilhava a rotina apresentam sintomas que ofendem as boas funções cognitivas. Bacamarte passa a alienar da livre circulação todos aqueles que, segundo seu sistema descritivo, não estão saudáveis. O hospício, conhecido como *A Casa Verde*, recebe mais e mais pacientes a cada andança do médico na cidade. Toda tentativa de argumentar contra um diagnóstico feito por Simão Bacamarte significava uma nova chance de cometer algum deslize frente ao juízo do médico. Em quem pesasse o poder de batismo de sua parafernália científica estava nomeado como doente e, por isso, retido nas dependências da casa de loucos.

Apesar de conhecida, a estória *O alienista* de Machado de Assis (2014 [1882]) abriga uma relação pouco explorada entre *estigma, lugar e corpo*. Os operadores simbólicos que mediam a transformação do mundo social de Itaguaí – cidade onde se passa a obra literária – são o diagnóstico científico e a consagração social que acompanha o *cientista*, aquele capaz de fazer seu uso. Através do diagnóstico, cerca de três quartos da população da cidade é confinada em um restrito lugar. Como efeito desse rearranjo populacional, as ruas da cidade se esvaziam, as famílias se reestruturam – ora sem o patriarca, ora sem a dona de casa –, movimentos políticos são criados e encorpados, protestos são feitos e sangue é derramado.

As reivindicações populares primeiro atentam contra os critérios que parecem indicar ou não um indivíduo como *louco*. Falham uma vez que os interesses “científicos” não são subordinados aos questionamentos leigos, como bem explica o médico. Falham numa segunda vez, ao questionarem a tirania cientificista do cientista: apesar de alavancarem um processo revolucionário, o novo líder posto logo busca auxílio da parafernália científica de Bacamarte para manter a estabilidade política e social do município. Os *loucos* são libertos apenas quando o médico, atento a possíveis deslizamentos em seu sistema de pensamento, entende como errados os critérios considerados até então: são os bem-aventurados das funções cognitivas aqueles que escapam ao padrão da normalidade. Novas transformações são feitas, parte dos anteriormente *loucos* são agora sãos, e os que antes ficaram de fora são agora internados. A *luta* em torno das condições de definição do *louco* e do *normal* passa a ser também a *luta* pela definição dos presos psicóticos e dos cidadãos livres, dos confinados e dos não-confinados. O humor irônico, marca predominante no estilo machadiano, aqui é construído pelo exagero diante da postura científico-positivista da personagem principal – o enredo guia a sociedade itaguaiense até o princípio do colapso, ainda que se preserve o direito do médico e de sua teoria em dizer quem é *louco* ou não.

Uma das formas de apresentar a presente pesquisa é a partir de uma metáfora semelhante à narrativa de Machado: partimos do pressuposto de que a construção do sentido sobre o espaço urbanizado está em constante disputa por agentes das mais diversas posições do mundo social. Com isso, temos a hipótese de que os efeitos concretos dessa disputa são a construção de *estigmas* sobre *lugares*, *corpos* e o desencadeamento de dinâmicas socioespaciais de subjugação e controle através dessas disputas. Pretendemos, com essa hipótese, entender a relação entre os processos contemporâneos de urbanização e o que chamamos de *corpo* neste trabalho.

Essa primeira assertiva posiciona nosso trabalho em uma margem ainda borrada dentro dos chamados “estudos urbanos”. Pensamos assim em razão de um oxímoro, apresentado por Castriota (2021), na tradição de pesquisa desse campo, ao introduzir sua pesquisa sobre dimensões do *urbano* em Canaã dos Carajás.

Partimos de duas observações pouco discutidas: *não há uma definição clara do objeto de investigação do campo dos estudos urbanos*; e não há definições consensuais de “cidade”, “urbano” e “urbanização”. À primeira vista, podemos achar que os estudos urbanos [...] estudam “a cidade”. Mas há pelo menos 50 anos, sabe-se que a “problemática urbana” superou “a cidade” e que “o urbano” e “a

urbanização” superaram, em escala e complexidade, “a cidade” (Cagriota, 2021, p. 46).

Se os principais conceitos utilizados nas pesquisas e argumentações desenvolvidas dentro dos estudos urbanos carregam certa indefinição, há, todavia, uma postura viciada por esse campo disciplinar em tomar a “cidade” e suas derivações como principal objeto de pesquisa. Em cada talhão do conhecimento disciplinar encontramos as razões históricas pelas quais determinado cânone é sedimentado – seja uma teoria, uma metodologia, um conceito, uma imagem sobre determinada coisa etc. Embora uma retomada rigorosa da canonização da “cidade” dentro dos estudos urbanos fuja dos objetivos desta apresentação, não é difícil admitir que, historicamente, a “cidade” conserva uma imagem ainda devota de suas formas mais originárias. Isso se dá já que, por vezes, os estudos sobre a história política do ocidente confundem-se com a retomada sobre a própria história da cidade – local da formalização do excedente produtivo, da consolidação da classe social e, portanto da possibilidade de domínio sobre o mundo (Benevolo, 2009; Mumford, 1998; Singer, 1973).

Implicada à política e à economia, a imagem da cidade ocidental é sempre embebida do que Fitzpatrick (2007, p. 76) denomina como “simbolismo do centro”. É a partir do centro que uma determinada ordem simbólica se encontra com seu avesso e o unifica, ou seja, é da natureza de uma centralidade definir o que ela mesma não toca, a partir de um regime de alteridade. Aquilo que não é parte da cidade só não o é por existir apenas em contraste à própria cidade. As regiões selvagens, não cultivadas, ainda “por descobrir” tiveram semelhança com o caos, uma espécie de estado desordenado à espera de ser alterado pela ordem. A cidade, por essa ótica, é um universo que apresenta a si mesmo seus próprios limites. Em nosso trabalho, veremos que, juntamente à cidade, outras formas sociais e espaciais estão embebidas pela mesma lógica: é o caso das formas modernas de organização territorial, dos processos contemporâneos de urbanização e do avanço concomitante entre a epistemologia ocidental e a produção de *corpos centrais* (nos valendo da proposta de Fitzpatrick) e seus Outros.

Essa imagem fica mais explícita ao considerarmos as cidades latino-americanas, modelo pelo qual as divisões sociais e de trabalho metropolitanas foram traduzidas para o novo mundo. A cidade como forma organizativa representava tanto uma pretensão de ordenamento do caos recém-descoberto nos trópicos quanto a virtualização de um caminho de desenvolvimento, o embrião de uma sociedade projetada (Rama, 1985). Sobre isso, Santos (2017), tomando a economia política como principal norteador de suas análises, conclui, sobre o contexto

latinoamericano, que, embora os aspectos econômicos se apresentem com maior autonomia, eles não são suficientes para explicar o crescimento das cidades, a solidificação do comércio e a expansão da rede urbana no interior do continente. A especificidade primeira das cidades latinas diz respeito à capacidade de organização do meio físico frente às demandas econômicas internacionais, nesse estágio estruturadas pelo sistema colonial. Essa capacidade costura, simultaneamente, I) a organização e administração de limites territoriais segundo o objetivo de produção, escoamento e exportação; II) a consolidação de uma estratificação social cara às metrópoles, pela hierarquização de raças e domesticação de povos e etnias; e III) a produção de uma cultura híbrida – ponto pouco explorado pelo geógrafo. Todos esses argumentos nos ajudam a entender que as cidades, em sua forma simbólica ou econômica, foram aqui construídas em função da colonialidade.

Ainda que a *forma-cidade* tenha assumido, ao longo da história ocidental, o protagonismo diante dos outros modelos de gestão do espaço desenvolvidos¹, desde a segunda metade do século XX os efeitos da industrialização na organização produtiva da sociedade nos convidam a reformular a imagem dessa “cidade” que se autodelimita. A Lefebvre (2002) é concedido certo protagonismo no desenvolvimento do trabalho de dissolução da bolha ideológica na qual a “cidade” se confinara. Para o sociólogo, após a mecanização do trabalho, o Capital expandiu as relações produtivas sobre o lado de fora da “cidade” – movimento de *explosão* da urbanização – enquanto densificou, de forma ainda não vista, as relações sociais do lado de dentro da “cidade” – movimento de *implosão* da urbanização.

A urbanização aparece como um processo diretamente amarrado com o movimento de expansão capitalista sobre o território. Nessa perspectiva, tanto a antiga “cidade” quanto o antigo “campo” estariam, agora, subordinados aos efeitos de um *modus operandi* mais capilarizado do regime capitalista. Ao dissolver a armadilha conceitual que a “cidade” colocava, Lefebvre vislumbra uma importante relação: *urbanização* e *Capital* são processos sobrepostos. Eis o principal risco do chamado *citadismo* (Catriota, 2021, p. 42): ofuscar dinâmicas político-econômicas mais ampliadas de reprodução do sistema político-econômico

¹Conforme apud. retomado por Catriota (2021), sobre a opinião de Robert Park acerca das cidades: “[a]s cidades, e particularmente as grandes cidades metropolitanas dos tempos modernos [...] são, com todas as suas complexidades e artificialidades, a criação mais imponente do homem, o mais prodigioso dos artefatos humanos. Devemos conceber nossas cidades, portanto, [...] como as oficinas da civilização e, ao mesmo tempo, como habitat natural do homem civilizado” (Park 1936, p. 195).

vigente. Em um breve diálogo com o geógrafo David Harvey, Castriota nos apresenta o problema da seguinte forma:

Harvey (1996, p. 38) expressou sua preocupação com esse campo de estudos: “Será a nossa maneira de ver dominada e limitada por uma obsessão pela ‘cidade’ como uma coisa, que marginaliza nosso senso de urbanização como um processo?” – respondendo, em seguida, que “A ‘coisa’ que chamamos ‘a cidade’ é o resultado de um ‘processo’ que chamamos de ‘urbanização’” (Ibid, p. 50). Aqui seria necessário adicionar, 25 anos depois, que “a cidade” é apenas um dos resultados da “urbanização”, já que outras formas e processos socioespaciais que não necessariamente se assemelham com “a cidade” estão em curso (Castriota, 2021, p. 46)

Somamos ao debate a hipótese de que, juntamente à “cidade”, o *corpo* é uma das instâncias envolvidas no processo de produção deflagrado pela urbanização, afinal, uma vez que não há exploração do trabalho sem que haja *corpo* do trabalhador a ser explorado, não há, para usar os termos célebres de Kowarick (2012), espoliação urbana sem que haja *corpo* do indivíduo e *lugar* no espaço a ser espoliado.

Ainda que a tradição epistemológica dos estudos urbanos tenha centralizado a cidade como grande tema de interesse, as dinâmicas de construção do Outro são fundamentais para entender a urbanização brasileira no passado e na contemporaneidade. A presente pesquisa investe no desvelamento das estratégias de construção do Outro na cidade de Belo Horizonte. Este é nosso primeiro movimento: construir uma implicação entre corpo e urbanização e tratá-la como objeto de pesquisa.

A partir do horizonte aberto por esse objeto, assimilamos em um mesmo processo as transformações espaciais e a constituição de diferenças sociais compulsórias, nas quais o Outro, cotidianamente violentado, simbólica e fisicamente, é impedido de reivindicar dimensões de sua vivência; portanto, é *impedido de existir* (Morado Nascimento, 2020) na cidade. A pertinência dessa manobra pode estar na oportunidade de reinterpretar os processos de subjugação socioespaciais existentes dentro da cidade contemporânea.

Com a implicação corpo/urbanização, um imperativo surgiu na mobilização teórica de nosso trabalho: o trato do objeto de pesquisa exigiu um permanente embate, já caro às ciências sociais, entre estrutura e agência. Aqui atualizamos essa dicotomia a partir de um conflito metodológico entre subjetividade e objetividade. O ato de pesquisa começa em um mundo social *sempre-já* constituído e em permanente movimento. O pesquisador, portanto, se depara,

conjuntamente, com uma determinada ordem das coisas e suas virtualidades, ou seja, com as lutas sociais deflagradas para transformação ou manutenção do *status quo*.

Quando partimos do corpo – aqui entendido como a primeira instância material de conflito entre estrutura e agência – nos deparamos com os mesmos problemas que, segundo Bourdieu (2020 [1982], p. 26), a Sociologia enfrenta ao investir em direção à realidade: “a sociologia encontra ‘coisas’ – que podem ser indivíduos ou instituições – que já estão classificadas”. Com isso, dizemos que, na vida cotidiana, os corpos dos indivíduos já estão tomados por esquemas de classificação. Se, por um lado, suas propriedades são tomadas em construções simbólicas e político-econômicas de dominação e subjugação, (e assim, são objetivadas) por outro lado, podemos considerar o corpo como primeiro sítio de conhecimento e experiência do mundo (e assim, é subjetivado).

Através de suas características, o corpo herda as determinações de dominação historicamente construídas, ou, nos termos de Bourdieu (2011, p. 457), “socialmente consagradas” (as diferenças fenotípicas e biológicas, por exemplo, produzem o corpo negro, o corpo feminino, o corpo transsexual, etc. e os alocam em uma série de posições sociais determinadamente violentadas). E é justamente por isso que o corpo é a primeira possibilidade de embate entre essas determinações e a ação individual de transformação.

O *corpo* gesta a possibilidade de transformação da ordem posta – assim colocamos sua importância. Talvez por isso, estudos *em* e *sobre* diferentes contextos históricos e políticos se atentaram para a relação entre dispositivos de controle social e o *corpo*. A partir da tríade raça, gênero e sexualidade, essa recorrência fica um tanto mais explícita. Observamo-la em estudos clássicos acerca da escravidão, como o de James (2010 [1938]), que, ao caracterizar a divisão entre indivíduos-propriedade e indivíduos-proprietários, demonstrará como as práticas de governança no Haiti colonial construíram regimes de classificação e diferentes possibilidades de inserção social dos habitantes conforme suas características corpóreas. Fanon (2020 [1961]), por sua vez, analisará a reprodução da violência colonial pelos colonizados na Argélia pré-independência. Ainda, obras de grande fôlego de sistematização, como a tese transformada em livro *Feitores do corpo, missionários da mente*, de Marquese (2004), demonstraram como as teorias de administração dos escravizados e as leis na América escravocrata eram uma preocupação social e política de primeira ordem. Destacando um sugestivo trecho de seu trabalho:

Em realidade, na segunda metade do século XVIII *houve uma preocupação inédita com o corpo do escravo*. [...] Nesse período, foram submetidos a escrutínio as motivações dos escravos, as formas de preservação de sua saúde e de sua reprodução natural, os meios para estimulá-los a se empenharem com mais afinco no trabalho e para mantê-los disciplinados, os métodos punitivos mais eficientes para obter essa disciplina. Nesse sentido, *a expressão “homem como equipamento”*, cunhada por Moreno Friginals, *assenta-se como uma luva para caracterizar a nova preocupação com o corpo cativo* (Marquese, 2004, p. 164-165, *grifos nossos*).

Duas linhas de argumentação dentro dos estudos de gênero contribuem para nossa ênfase. Na linha da filosofia analítica, Butler (2019) critica a noção tradicional de que o corpo é simplesmente um dado biológico e inerte. Como contraponto, sua sugestão é tratá-lo como um produto discursivo, criado e moldado por meio da linguagem e das normas culturais de gênero. Há uma relação, assim, entre os discursos direcionados ao corpo e sua materialidade: o corpo não é apenas passivo em relação às normas de gênero, mas também é ativamente construído por elas. Nesse vínculo entre discurso e matéria, relações de poder são modeladas, institucionalizadas e naturalizadas.

Na linha da crítica marxista, por outro lado, o corpo é o eixo pelo qual a divisão social do trabalho de reprodução é organizada. Mais um sugestivo trecho pode ser extraído de Fraser (2016):

Chamada quer de “cuidado”, quer de “labor afetivo”, quer de “subjetivação”, tal atividade (*a reprodução*) forma os sujeitos humanos do capitalismo, sustentando-os como seres naturais dotados de corpo, ao mesmo tempo que os constitui também como seres sociais, formando seu *habitus* e o *ethos* cultural no qual eles se movem (Fraser, 2016, p. 103).

Nos estudos sobre a sexualidade, encontramos grandes ênfases sobre o corpo tanto em seu trabalho mais conhecido, *História da sexualidade*, de Foucault (2014), a partir da noção de *dispositivo*², quanto nas argumentações mais recentes, como a de Sears (2017), ao fazer um paralelo entre a venda compulsória da força de trabalho no sistema capitalista e o cerceamento da liberdade sexual, a partir de uma formatação constante da sexualidade pela heteronormatividade.

² Um dispositivo (Foucault, 2014) pode ser entendido como a articulação do conjunto de relações de poder entre determinados elementos de um campo e sua margem de deslocamento e reposicionamento interna (o que Foucault chama de jogo). Essa configuração obedece a uma estratégia que é conformada por uma urgência histórica. Após constituída, essa teia de relações permanece disponível para ser operacionalizada em diferentes circunstâncias de sociabilização. A operacionalização do dispositivo é concretizada a partir da efetivação dessa ordem esfumada e sistêmica nas relações sociais, conformando as pessoas que a atualizam nas posições implicitamente admitidas. A partir desse movimento, o dispositivo institui um campo de racionalidade que funciona em esquemas de divisão que tomam, como primeiro plano, a dimensão ontológica dos agentes envolvidos, constituindo sujeitos-forma.

Membros da classe trabalhadora são livres na medida em que possuem seus próprios corpos, mas, ainda assim, estão sujeitos a uma compulsão sistêmica porque eles devem vender sua capacidade de trabalho para ter acesso aos requisitos básicos de subsistência. A combinação de consentimento e compulsão que penetra as relações fundamentais de trabalho dentro do capitalismo também modela os limites da liberdade sexual dentro das fronteiras desse sistema. (Sears, 2017, p. 172).

Com essa rápida retomada bibliográfica, pode-se ilustrar que, embora por vias críticas distintas, há um consenso entre tradições e autores de que a forma assumida pelo corpo é função das dinâmicas sociais de poder e controle nas quais ele está inserido – as dinâmicas de poder constroem o corpo que pretendem dominar. De outra maneira, ao modelar os ferramentais de controle sobre o corpo, o que se faz é, ao mesmo tempo, modelar o próprio corpo. Ainda que análises sobre o espaço sejam pinceladas em alguns dos estudos levantados, essa dimensão é abrigada em duas vertentes gerais: o espaço habitado como meio, capaz de regular as ações de um contingente populacional amplo – “o meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem” (Foucault, 2008, p. 28) –; e o espaço habitado como resultado da ordem social – uma espécie de efeito das dinâmicas sociais. Se o corpo é simbolicamente construído concomitantemente aos projetos de poder que o tomam como objeto a ser controlado, um dos vazios que visualizamos nesses estudos, entretanto, é a vinculação dessas manobras institucionais de gestão e construção simbólica do corpo conjuntamente ao espaço habitado.

Colocando a discussão nessa estrutura e aproximando-a ao foco de nossa pesquisa, nos perguntamos como a produção social do corpo se relaciona com os processos contemporâneos de urbanização. Podemos, a partir disso, procurar entender através de quais termos a presença dos agentes em nossas cidades é evocada, seja por estudos acadêmicos, relatórios técnicos, reportagens, entrevistas, normas urbanísticas, ou ainda por *tweets*, *posts* de Instagram, anúncios de produtos, imagens ou pela fala. As adjetivações utilizadas são apropriadas na construção de posições dentro do mundo social. Favelados, mendigos, *cracudos*, miseráveis, subnormais, criminosos, pobres, populares, informais, formais, ricos, *playboys*. Não seria equivocado sugerir que a consolidação de manifestações e movimentos de viés emancipatório como a Parada do Orgulho LGBTQIA+, as manifestações contra o genocídio da população negra ou pela equidade de gênero (como a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Vadias e a Marcha das Margaridas) está diretamente vinculada ao modelo de produção do espaço atual.

Todas essas manifestações indicam, mais do que categorias socialmente objetivadas, estratégias acionadas por agentes estigmatizados na disputa de um discurso sobre si, sua

identidade e o significado de seu corpo. Se uma pesquisa acerca das condições históricas de constituição desses grupos e estigmas foge dos objetivos deste trabalho, o que podemos suspeitar com eles é que esses termos são continuamente produzidos, disputados e transformados socioespacialmente. Reunindo essas observações em uma só frase: a urbanização toma o corpo como categoria, no sentido etimológico do termo.

A etimologia da palavra “categoria” foi trabalhada por Heidegger em uma passagem: categoria vem de *katégoristhai*, que quer dizer “acusar publicamente” (Heidegger, 1968, p. 199-200). A palavra *publicamente* tem grande importância: a categoria é uma acusação pública que, então, corre o risco de ser reconhecida ou rejeitada – é o ato social de nomeação. Pensando com Bourdieu (2020), o *nome* sempre é um termo que denuncia uma determinada ordem das coisas no mundo social. Podemos dizer, sem muito risco, que o *nome* é uma espécie de síntese dos processos sociais, e, como toda síntese, sempre parcial e perfazer.

Na urbanização, o corpo e o lugar são *in*-formados tanto por processos de ordem material quanto por processos de ordem simbólica. Afinal, não há materialidade, no mundo social, sem que seu sentido seja produzido e, da mesma forma, não há sentido no mundo social sem que sua materialidade seja produzida. Ao pensar em *favela*, por exemplo, um conjunto de imagens, sentidos e palavras é evocado. Um senhor que, dentro de seu carro, evite *cortar* caminho pelo Aglomerado da Serra³ e conduza seu veículo por um trajeto alternativo à sugestão de seu GPS não tem a mesma imagem de *favela* do que aquela que um *rapper* criado na Vila Nossa Senhora de Fátima⁴ busca evocar ao construir uma rima sobre sua *quebrada*. Essa imagem, ainda, não é a mesma que um estudante de Arquitetura e Urbanismo constrói quando elabora um mapa municipal sobre a localização das *Vilas e favelas* a partir das bases disponibilizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, que por sua vez, assume a *vila e favela* como categoria administrativo-governamental.

De maneira similar, a partir de uma reportagem sobre um massacre em alguma comunidade carioca, o termo *comunidade* será absorvido de forma diferente por um telespectador de um bairro nobre paulistano ou por um morador do bairro Jacarezinho, no Rio de Janeiro. *Comunidade*, aqui, sugere tanto uma dimensão da vida cotidiana – um *lugar*, com toda complexidade que a expressão evoca – como também um limite simbólico no qual se

³ O Aglomerado da Serra é um conjunto de favelas situado na zona Centro-Sul de Belo Horizonte, MG.

⁴ Uma das favelas que compõem o Aglomerado da Serra.

naturalizou uma espécie de estado de guerra permanente. Neste último caso, quais seriam os efeitos sociais da naturalização desse imaginário? Essas categorias não circulam sem tomar situações cotidianas concretas como base de significação. Ao se geografizar, as categorias tomam a um só tempo dimensões práticas da vida social: amarram o lugar ao corpo que ali existe.

Se recorrermos também às origens da palavra *urbano*, nos deparamos com o termo *urbanum* (arado), um recorte demarcado pelo sulco do arado dos bois sagrados romanos, cujo limite distinguia o território da produção e o território de vida da população (Monte-Mór, 2006). Na verdade, o ritual de fundação da cidade romana possuía como “parte mais importante de toda a cerimônia de fundação a abertura do *sulcus primigenius*, o arado inicial” (Rykwert, 2013. p.101).

Esse gesto simbólico de organização estabelece uma separação espacial entre o mundo da vida e o mundo da produção, entre a *urbe* e seu negativo. A distinção inicial é demarcada entre a *urbe*, a cidade fundada, e o *rur*, a terra romana fora do limite arado. Há, contudo, uma gradação acionada na medida em que essa diferenciação se afasta de seu ponto de partida, até que passe a se referir ao extremo oposto: o bárbaro⁵. Entre a *urbe* – categoria espacial que marca também o modo de vida dos habitantes – e o bárbaro – categoria da prática social que demarca a alteridade – há uma fronteira. Em outras palavras, o mundo social *urbano* pode ser organizado tomando a *urbe* como seu centro. Quanto maior a distância, seja geográfica ou social, de uma determinada coisa dessa centralidade, maior sua diferença em relação a ela.

Conforme essa imagem, na gênese do urbano está um dispositivo que traça as fronteiras entre o civilizado e seu externo ou, se preferirmos, entre o civilizado e seu Outro. Há uma persistência histórica nos processos de ordem urbana em construir essa lógica fronteira e, ao longo do tempo, são inúmeros os exemplos de atualização dessas fronteiras nas mais variadas

⁵ Benévolo (2011), por exemplo, descreve as diferenças materiais entre as fronteiras *dentro* dos limites do império romano (como a distinção entre *rur* e *urbe*) e as fronteiras que assinalam os limites *do* império romano. Nesse último caso, as benfeitorias e as estradas tinham objetivo militar e por vezes eram acompanhadas de pequenos presídios e guaritas (ver pp. 191-193).

localizações e situações⁶. Aliás, ainda recorrendo à origem dos termos, a palavra fronteira era originalmente empregada para demarcar limites entre o mundo habitado e seu desconhecido.

A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida em que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político (Machado, 1998, p. 41).

As fronteiras têm um papel pouco observado, além de sua dimensão política, que nosso breve exercício de retomada etimológica nos permite esboçar: elas centralizam não apenas o território, mas também uma episteme – um modelo geral de conhecimento segundo o qual se estruturam, em uma determinada época, os múltiplos saberes científicos, que por essa razão compartilham, a despeito de suas especificidades e diferentes objetos, determinadas formas ou características gerais. Ao ampliar suas fronteiras, avançando sobre seu negativo, o exercício do império é o de fagocitar a diferença, de transformar o desconhecido em conhecido, e, por fim, de produzir um sentido para a nova alteridade, agora inserida na episteme dominante.

O que seria importar essa imagem para se pensar a chamada “era urbana”⁷? Se, por razões de ordens técnicas ou políticas, contemporaneamente não há espaço do qual o mundo social não tenha ainda se apropriado/tocado⁸, ou, podemos dizer, se o espaço é

⁶ “Ao longo da história do Ocidente, imagens dominantes do corpo estilizaram-se no processo de sua transferência para a cidade. A imagem idealizada (do corpo) encerra um convite à multiplicação de valores, dadas as idiosincrasias físicas de cada um, que além disso possui desejos opostos. As contradições e ambivalências despertadas por ela expressaram-se, nas cidades ocidentais, através de alterações que macularam e subverteram a forma e o espaço urbanos, onde foi a própria natureza do corpo humano que contribuiu para gerar direitos e dignificar as diferenças” (Sennett, 2008, p. 23). Esse trecho sintetiza algumas das conclusões das quais Richard Sennett lança mão em sua análise sobre a relação entre experiência sensível e a cidade ao longo da história ocidental. Aqui a imagem do *estilhecimento* é de suma importância: em sua retomada historiográfica, o autor conclui que a diferença física entre os corpos baliza, em maior ou menor grau, as possibilidades políticas de uma determinada sociedade - a primeira diferença política que se apresenta como tal é a diferença física entre os corpos. No trabalho de Sennett, encontramos na Veneza dos séculos XIII e XIV a imagem mais explícita da relação corpo/política/cidade, com a consolidação dos guetos judeus.

⁷ Para Castriota (2022), há um risco ao se referir como *era urbana* os processos contemporâneos de produção espacial. Segundo o autor, “Não só a urbanização excedeu o espaço das cidades como a maior parte da urbanização, tomada em escala global, se dá fora dos grandes centros urbanos” (p. 51). Com isso, sua argumentação visa apontar os deslizes que um pensamento dicotômico no campo dos estudos urbanos provoca ao alicerçar seus objetos de preocupação no binário cidade-campo. Valendo-se de Lefebvre [2002], Castriota (2022) nos apresenta a dissolução da forma-cidade a partir de um processo duplo de implosão (concentração, polarização, adensamento) e explosão (extensão, projeção, espraiamento). Teorias contemporâneas que se valem dessa proposta para qualificar as transformações espaciais fora dos grandes centros metropolitanos tratam a *urbanização* como processo de ampliação da lógica produtiva socioespacial para além da cidade (seu *locus* inicial). Sobre esse aspecto, ver Monte-Mór, 1988 e Brenner, 2013.

⁸ Ver SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Em especial o Cap. 9, subcap. *As Ações, hoje* (p. 148-151).

fundamentalmente um espaço globalizado, as *fronteiras* que antes delimitavam o dentro e fora foram engolfadas de modo a se apresentarem como um fenômeno sistêmico a incorporar essa diferença radical dentro do próprio mundo social. Assim, um dos efeitos da *urbanização*, segundo nossa perspectiva, é a difusão de modelos de ordenamento socioespacial, cuja tendência é conformar *lugares* e *corpos* em formatos (pré-)determinados de existência.

Neste contexto, ao explorar o duplo corpo/urbanização, buscamos elaborar um caminho que fissure o olhar viciado de metodologias que, apressadas em sua reprodução acrítica de objetos de pesquisa, estatísticas e *nomes*, escondem da vista “corpos verdadeiramente existentes através da sua substituição por um corpo quase completamente virtual formado por signos, portador de códigos, e receptáculo passivo (ou recalcitrante) de forças sociais consideradas externas a ele” (Wacquant, 2002, p. 171).

1.1 Interlúdio: Plano de trabalho

(...) o presente é feito de ausências (Carrascoza, 2016, p. 143).

Na primeira parte do trabalho, dividida em três capítulos, buscamos apresentar a construção do objeto de pesquisa. Para tanto, nos valem de uma abordagem interdisciplinar: entre a filosofia fenomenológica de Merleau-Ponty e o estruturalismo-construtivista de Bourdieu, apresentamos o dilema no qual o conceito de corpo está inserido, ora como elemento objetivado pelas atualizações das estruturas sociais na práxis cotidiana, ora como ponto de vista objetivante das intenções, desejos e estratégias dos agentes. De forma similar, recuperamos da filosofia de Merleau-Ponty a noção de quiasma para concatenar o corpo à sua dimensionalidade, por nós revisitada a partir de um conflito entre o mundo abstrato da fenomenologia merleau-pontyana e o mundo social de Pierre Bourdieu. Nesse novo quiasma, o corpo liga-se *sempre-já* a um *lugar*.

O movimento seguinte trata de uma revisão bibliográfica sobre o conceito de lugar. Herdeiro da virada fenomenológica da geografia, o lugar assume um protagonismo ao buscarmos explorar os ganhos e os limites que o termo oferece ao quiasma corpo/urbanização. Em nossa visão, embora o lugar ofereça subsídios para levarmos adiante a proposta da pesquisa, sua capacidade em analisar os efeitos de algumas das estruturas históricas de subjugação no contexto brasileiro é limitada. Nesse sentido, ampliamos o horizonte da discussão a partir de uma segunda retomada bibliográfica, centralizando o conceito de terra.

Por fim, nosso esforço é aproximar o arcabouço teórico mobilizado junto à noção de *urbanização*. Nesse ponto, o argumento é o de que a urbanização, para além de um processo difuso de reorganização e produção do espaço, carrega consigo também formas já determinadas de diferenciação corporal-espaciais, concretizadas através de dinâmicas sociais de estigmatização implicadas na produção do espaço. Para tanto, traçamos uma crítica comparada entre a apresentação da tese de Sueli Carneiro (2005) e versos do grupo de rap paulistano Racionais MC's (1997).

A segunda parte do trabalho consiste em uma pesquisa histórica sobre a formação da atual área central de Belo Horizonte. O desafio de estudar os efeitos da urbanização na consolidação do centro de uma grande cidade – em nosso caso, atualmente uma metrópole –, destacando-o em relação aos problemas gerais desse limite administrativo (cidade), conduz a uma série de questões específicas sobre o valor urbano desse quadro.

O centro de uma metrópole, por maior que ela seja, pode, por suas características, justificar um estudo separado? Assumir esse recorte não seria também se perguntar se o centro metropolitano constitui em si mesmo uma realidade urbana?⁹ Essas perguntas parecem ser inoperantes ou ter uma saída fácil em nosso campo disciplinar: dadas as características de adensamento/complexidade de infraestrutura dos centros metropolitanos contemporâneos, muitas vezes a noção de centralidade carrega em si uma prerrogativa de totalidade.

Não é incomum que estudos sobre a *evolução urbana* ou sobre a *história urbana* de um determinado recorte se valham da imagem imanente e auto justificada da totalidade para analisar a sucessão dos fatos históricos que gestaram seu objeto de pesquisa. Trata-se de uma postura historiográfica, acreditamos, precipitada. Os eventos anteriores parecem conduzir a uma linearidade determinada e fatal: conta-se a história do que é a partir de um encadeamento necessário dos fatos históricos. De forma mais direta, o estado presente das coisas (instituições, agentes, paisagem etc.) é visto como a parada final de uma ordem falsamente necessária dos acontecimentos históricos.

Nosso objeto de pesquisa nos permite alterar a lente pela qual observamos a sucessão dos fatos que vieram a formalizar a região central de Belo Horizonte. Ao buscarmos a história de sua construção, nos movimentamos em direção a uma história do que foi e continua sendo

⁹ Fazemos aqui uma referência implícita às perguntas introdutórias de SANTOS, Milton. *O Centro da cidade de Salvador*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.

apagado ou não vista. Uma história da *negação* (Freud, 2011) por vezes mostra-se tão ou mais capaz de nos informar sobre as condições materiais de formação de um determinado objeto do que o exercício de conectar temporalmente os grandes acontecimentos.

Nossa pesquisa parte de um recorte espaço-temporal relativamente pequeno: os primeiros dezoito anos (1892-1920) de ocupação da zona urbana de Belo Horizonte, área atualmente delimitada pela Av. do Contorno cujo adensamento de fluxos e a verticalização sobressaem-se em relação às demais regiões da cidade. Busca-se investigar a formação da estrutura urbana da cidade - ou seja, das disposições permanentes que influenciaram e influenciam a organização do meio socioespacial desse contexto.

Identificamos a permanência de elementos dessa estruturação socioespacial através de aproximações de fatos afastados temporalmente mas que, sob a vista do prisma teórico proposto, possuem uma mesma semântica: a nomeação, a estigmatização e a separação dos corpos *pelo* e *no* espaço urbano.

A formação urbana de Belo Horizonte, no geral, apresenta ao estudioso interessado pela investigação de sua história, situações capazes de entrelaçar eventos formadores do contexto político brasileiro e regional. Trata-se da primeira capital do país pós-abolição da escravidão e da pós-formalização do Brasil República. Na escala do estado, Belo Horizonte representou a disputa pela determinação da nova oligarquia política e econômica mineira e pela superação - simbólica e material - da antiga Ouro Preto, até então face de Minas Gerais diante do país.

Esse arranjo de acontecimentos, próximos ou sobrepostos, não passou despercebido pelos que investiram esforços na construção de pesquisas sobre a cidade. Há um rico acervo de estudos sobre a formação da cidade. Os trabalhos iniciam-se já em seus primeiros anos, se tomarmos como referência a obra do padre Francisco Martins Dias (1897) - uma coletânea de textos sobre a capital que nascia sobre um antigo arraial, de gente humilde e desajustada do *progresso*. Abílio Barreto também dedicou parte de sua vida à organização de estudos sobre a cidade. A ele são atribuídos a edição e circulação dos primeiros jornais da cidade, “*Bello Horizonte*” e “*A Capital*”. Uma obra de maior valor historiográfico foi organizada por Barreto em dois volumes, incontornável a todos que se debruçam sobre a formação da cidade: “*Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*”, cuja primeira publicação data de 1936.

No final do século XX, alguns pesquisadores traduziram o valor histórico destes documentos em estudos sociológicos de grande importância para a compreensão da formação

social e espacial da capital. Até metade da década de 1990, computavam-se 449 trabalhos de pesquisa elaborados sobre a cidade (Guimarães, 1995). Contentino (1937), Sylvio de Vasconcellos (1947) e João Boltshauser (1959) são três dos pioneiros em textos que centralizaram a evolução urbana “caótica” da cidade, todos pertencentes à comunidade acadêmica da então Universidade de Minas Gerais, futura UFMG. Esses trabalhos alicerçaram na técnica e na vontade política as principais justificativas da não concretização do plano elaborado pelos engenheiros responsáveis pelo projeto de Belo Horizonte da capilarização das periferias por todo território municipal. Na década de 1970, o fator social é incorporado às análises vigentes, sobretudo pelo trabalho de dois autores: Jeffry Adelman (1974) e Michel Marie Le Ven (1977). O ganho das novas pesquisas esteve na incorporação do espaço social (e na estratificação de classes) como elemento estruturador do espaço urbano belo-horizontino.

Na década de 1990, os trabalhos de Berenice Guimarães sobre a cidade talvez sejam os de maior fôlego. Sob orientação de Lícia do Prado Valladares, a quem - devidamente - é consagrado o protagonismo nos estudos de sociologia urbana brasileiros, Guimarães produziu dois trabalhos extensos (sua tese *Cafuas, barracos e barracões : Belo Horizonte, cidade planejada*, datada de 1991, e o livro *Belo Horizonte em tese*, de 1995, este último juntamente com Sérgio de Azevedo) além de uma série de artigos sobre a Belo Horizonte do século XX. Seu trabalho possui certo pioneirismo na medida em que narra a consolidação da cidade acompanhando a moradia da classe trabalhadora, apagada do espaço urbano da capital nascente.

Após Guimarães (1991), três grandes contribuições podem ser somadas à cronologia da Belo Horizonte traduzida em tese. A primeira, de 2006, é a tese *Vastos subúrbios da nova capital: a formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*, de Tito Aguiar. Sua novidade reside, como o título já apresenta, no deslocamento da história de formação da cidade planejada a partir de sua periferia. A segunda, datada de 2019, é a tese de Josemeire Pereira intitulada *Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço em Belo Horizonte*, a qual toma como mote a produção do apagamento racial nas narrativas históricas e estudos sobre a cidade. Por fim, integra a lista recente o trabalho de Musa (2022) que se aprofunda nos registros fotográficos da construção da cidade planejada e da anti-cidade criada pelos engenheiros.

Entre os estudos por nós destacados nesta apresentação, existem inúmeros outros marcos cuja relevância para o entendimento da história de Belo Horizonte é inegável. O motivo das obras acima assumirem maior importância na pesquisa aqui apresentada é sua capacidade

de reunir, arquivar e apresentar ao leitor pontos de vista distintos e ao mesmo tempo aprofundados sobre a consolidação da zona planejada da capital mineira. Como adiantado, nos valem por vezes dos esforços de busca e catalogação já realizados por estudiosos anteriores, de maneira a construir os nós pelos quais costuramos os argumentos desta dissertação. Em distintos momentos da pesquisa, nos valem também do acervo disponibilizado pelo Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e pelo Arquivo Público Mineiro (APM). Os marcos jurídicos e documentos administrativos disponibilizados de forma digitalizada pela Prefeitura de Belo Horizonte também tiveram grande contribuição, em especial a coleção “Relatórios de Prefeitos”¹⁰ e as bases cartográficas da plataforma SIURBE¹¹. Todos esses registros foram visitados com o seguinte norte: pesquisar a partir de imagens, fotografias, reportagens, leis, documentos e relatos os *corpos negativos*, excluídos na construção e consolidação do centro de Belo Horizonte.

¹⁰ <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>

¹¹ <https://siurbe.pbh.gov.br/#/plantas>

2 PRIMEIRA PARTE: CONSTRUINDO O OBJETO

2.1 Introdução

A produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente (Spivak, 2010, p. 24).

Pode-se dizer que o corpo, com a sua capacidade de ação e as suas várias energias, cria espaço? Seguramente. Mas não no sentido da ocupação dita como uma espacialidade fabricada; em vez disso há uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre a distribuição do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de produzir-se para se alimentar daquela esfera material e antes de se reproduzir, gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: *ele se reproduz no espaço e também produz seu espaço* (Lefebvre, 1991a, 170, grifo nosso).

“Corpo” e “urbanização” – uma relação de coengendramento liga esses dois conceitos. Falar de um é, necessariamente, falar do outro. Ambos são produtos e produtores de um contínuo processo de fabricação de modos de ser. Esse é o argumento que sustentamos nas páginas iniciais deste trabalho: a urbanização produz o corpo e é produzida pelos corpos. Apresentando a hipótese nesses termos, construímos um duplo problema: o que chamamos corpo? O que chamamos urbanização? Ambos os conceitos possuem uma extensa bibliografia e, arriscamos, são trabalhados de forma mais ou menos implícita ao longo da história recente do pensamento ocidental. Se o trato conceitual de forma separada aponta para um esforço interminável de sistematização bibliográfica, ao pensarmos-los a partir de uma relação implicada refinamos o ponto de partida em *um* caminho argumentativo. Os primeiros passos, nesse sentido, são apresentados com vistas à seguinte pergunta: corpo e urbanização se relacionam através de quais propriedades?

A ambiguidade do uso do conceito de *corpo* nos exigiu um esforço de decomposição de suas propriedades, inicialmente para que pudéssemos romper com a visão meramente fisiológica de corpo, e, junto a isso, para que não herdássemos os riscos consolidados pela “ontoepistemologia” (Silva, 2022) moderna, na qual o corpo assume uma posição secundária diante de uma razão abstrata e transparente¹². Algo similar à diagnóstica de Wacquant (2002),

¹² A proposta de Silva (2022) é denunciar que a tradição epistemológica moderna não está desvinculada do projeto político de dominação colonial. Nesse sentido, junto à expansão do poder das metrópoles avançavam também estratégias de produção de sentido sobre a realidade (formas pré-determinadas de conhecimento e processos de categorização que, a um só tempo, preservavam a figura do Homem racional e reuniam seus diferentes sob estigmas). Para a autora, esse processo refinou-se ao longo da história política e científica ocidental, justificando violências simbólicas e físicas, além de naturalizar a diferença politicamente construída pela colonização. Essa ordem de dominação tornou-se possível graças à arquitetura da razão moderna: uma razão que se anuncia abstrata, sem corpo (por isso transparente) e que organiza tudo o que lhe aparece a partir

que percebia, nas últimas décadas do século XX, juntamente à crescente preocupação nas pesquisas sócio-históricas com o conceito de corpo¹³, um mascaramento do que ele chama de “*real bodies*” ou “corpos verdadeiros”, em tradução livre (Wacquant, 2002, p. 171). São esses corpos encarnados, a partir de onde são gestados os desejos individuais, de onde são disparadas as estratégias de transformação ou manutenção de sua realidade, e onde são consolidadas as práticas diante das estruturas socialmente transmitidas à sua existência que buscamos destacar com nossa manobra teórica. Ao lidar com essas questões, assumimos duas vertentes: o corpo enquanto objeto final de dominação, domesticação e controle; e o corpo enquanto instância subjetiva e de intencionalidade.

Se há, por um lado, extensa bibliografia que fornece a caracterização do corpo como objeto de dominação e domesticação, conforme já mencionado – a respeito de Foucault (1987), de Mbembe (2021) e do movimento de renovação crítica do marxismo, sobretudo nos estudos feministas¹⁴ – por outro lado, o corpo serve como trato para uma revisão epistemológica da tradição ocidental e para uma crítica à razão moderna.

Grosfoguel (2008), por exemplo, sustenta uma proposta epistemológica por meio de uma implicação política. Essa implicação é construída a partir de uma consciência do mundo que é minorizada, juntamente com os corpos que a possuem, em suas capacidades de entendimento da realidade. Essa consciência é situada fora da razão ocidental enquanto aparato epistemológico, mas incorporada nessa razão como objeto, uma vez que seus saberes são alocados em esquemas de folclorização e em estruturas mitológicas de mediação da realidade. Trata-se de um processo que, continuamente, dá forma à relação de subjugação aqui desenhada. A gênese histórica dessa relação é situada no projeto colonial e em seus sustentáculos político-

de uma métrica universal. Sobre isso, ver especialmente FERREIRA DA SILVA, D. *Homo scientificus*. In: *Homo modernus: para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2022. P. 207-295.

¹³ Essa observação se dava, sobretudo, em virtude das transformações do campo disciplinar das ciências sociais, agora munidas de um novo arcabouço epistêmico e teórico, proporcionado pelas abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas.

¹⁴ *If workers' labor produces all the wealth in society, who then produces the worker?* (Bhattacharya, 2017, p. 1). A partir dessa pergunta nos é apresentado o problema transversal do compilado de artigos organizados no livro *Social Reproduction Theory*. Com essa pequena inversão, a autora consegue: I) transpor ao primeiro plano o que parecia ser uma dimensão secundária no movimento d'O Capital; II) instaurar um horizonte problemático ao processo de reprodução da produção capitalista: o ambiente da constituição da força de trabalho mostra-se, assim como a fábrica, como um ambiente de dominação do trabalho. Na economia da reprodução, processos sociais que foram marginalizados pela crítica *marxista*, situados, sobretudo, no ambiente doméstico, passam a compor a equação do trabalho desenhada por Marx. Por esse prisma, a divisão sexual do trabalho, fundamentada nas diferenças biológicas, organiza não só o trabalho doméstico enquanto trabalho de reprodução da família mas também sua (não) legitimação como trabalho assalariado. Ver BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social reproduction theory*. London: Pluto Press, 2017.

administrativos a partir dos sujeitos particulares por eles produzidos: relações de poder que inferiorizam os corpos colonizados a partir do enredamento de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de formas de dominação e exploração. A formação dos Estados modernos e a mutilada perspectiva positivista de independência e desenvolvimento das antigas colônias não fazem senão rearranjar as estruturas de dominação já consolidadas.

Dessa forma, a lógica colonial permanece no sistema-mundo contemporâneo, encriptada em modelos institucionais, econômicos e filosóficos que reverberam em formas sociais de subjugação de corpos. Esse aparato colonial transmutado é chamado de *colonialidade* e permanece atualizado em relações de poder que se valem de categorizações das mais diversas: sexuais, raciais, de gênero, de classe. O resgate crítico dos pensamentos colonialmente silenciados busca corroer a bolha epistemológica ocidental, destituindo os constrangimentos que a razão ocidental impõe a uma crítica radical. Em suma, essa crítica, nomeada pelo autor como descolonial, visa uma superação dos paradigmas coloniais a partir dos saberes silenciados pela própria colonização. Nesse sentido, o que Grosfoguel (2008) chama de descolonialismo é, antes de um aparato epistemológico, uma postura política.

Ao desenvolver sua epistemologia a partir do confronto entre a *razão* e o saber subalterno, Grosfoguel advoga contra o essencialismo de ambas as posições. Em suas palavras, o que todos os fundamentalismos têm em comum é a premissa de que existe apenas uma tradição epistêmica. Na postura moderna, o essencialismo é sustentado por uma dissimulação do ego, privilegiando um mito de uma fala não implicada (aquele que fala está sempre oculto). Ao se afastar sempre da corporeidade, a razão se esconde no ato de enunciação e se coloca num ponto zero, para lá de qualquer ponto de vista. Embora a crítica do pensador, como já assinalado, busque assimilar à discussão epistemológica uma postura política, cabe mencionar que essa análise afeta também vertentes ontológicas da modernidade. O *cogito ergo sun* de Descartes, para além de fundamentar a epistemologia moderna, afasta, no mesmo movimento, o corpo como parte do sujeito racional. O sujeito oculto não diz respeito meramente a um sujeito que se afasta para conhecer, mas, antes disso, é um sujeito sem corpo. Esse movimento de dissimulação atua através de um repúdio ao corpo anunciante e ofusca, assim, o *locus* da enunciação.

Um dos efeitos dessa postura epistemológica nas discussões contemporâneas é a reprodução dos paradigmas dicotômicos modernos nas propostas críticas. Grosfoguel (2008) argumenta que essa divisão é sustentada de um lado, pela economia política, em esquemas

conceituais que reduzem as relações de poder a um economicismo, achatando as diferenças e hierarquias de outra ordem, e, de outro, pelos estudos culturais, com uma proposta que subordina o sistema capitalista a uma dominação de ordem cultural. A superação dessa cisão passa pela superação do paradigma liberal do século XIX que entende a linguagem como um sistema fechado, alocando em esferas autônomas a cultura e a economia. A mesma lógica dicotômica reverbera, segundo o autor, nas respostas subalternas ao projeto político da modernidade europeia: de um lado as propostas desenvolvimentistas, estruturadas a partir de uma preservação do modelo político-administrativo do Estado-nação e suas fronteiras, e, de outro, os fundamentalismos que anseiam por inserir um modelo essencialista de cosmologia num mundo já gravado pela colonialidade do poder.

A capacidade disruptiva da postura epistêmica defendida por Grosfoguel (2008) consiste na imaginação de novas e ampliadas formas sociais e políticas. Através da dissolução da dicotomia moderna que persiste nos projetos de transformação social das “esquerdas”, ficam claras as potencialidades e limitações das políticas de identidade: seja na aglutinação dos oprimidos e sua movimentação em direção contrária a um sistema de subjugação, seja na incapacidade de transformação real dos sistemas de poder que reverberam a lógica colonial. A nova epistemologia e sua linguagem exigem a concepção de um novo tipo de universalidade, fora dos esquemas imperiais e globais de progresso e civilização. Nessa direção, aponta o autor:

A linguagem comum deverá ser anticapitalista, antipatriarcal, anti-imperialista e contra a colonialidade do poder, rumo a um mundo em que o poder seja socializado sem deixar de se manter aberto a uma diversidade de formas institucionais de socialização do poder assentes nas diferentes respostas ético-epistêmicas descoloniais dos grupos subalternos do sistema-mundo (Grosfoguel, 2008, p 9).

Embora haja um certo consenso sobre os limites das bases epistemológicas modernas no que diz respeito à exclusão do corpo como dimensão necessária para o conhecimento, há uma grande divergência nas propostas de superação de suas estruturas mais fundamentais. O projeto epistemológico defendido Grosfoguel advoga por uma nova face do *universal*, conceito também caro ao projeto moderno de conhecimento. Com essa negação do modelo anterior, ganha-se a capacidade de revelar os prejuízos da razão-sem-corpo moderna e, conforme argumentamos, de democratizar a operabilidade do artefato-ciência para aqueles que, de acordo com o projeto colonial, foram politicamente afastados do uso legitimado dos instrumentos

científicos¹⁵. Em Silva (2022) encontramos uma crítica mais radical, a partir da escavação dos fundamentos políticos de emergência do pensamento moderno e sua principal ferramenta: a razão. Perseguindo a razão moderna ao longo da história filosófica ocidental, a autora nos apresenta como esse aparato cognoscente construído ao longo da modernidade foi, cada vez mais, apresentado não como um instrumento a mediar a relação do homem com o mundo social, mas como a própria realidade e suas regras. Para Silva (2022), razão e realidade se equivalem ao ponto de não serem mais distinguíveis os significados, os produtos, as regras e os meios pelos quais o sujeito moderno acessa o conhecimento.

De maneira similar à já apresentada ideia de simbolismo do centro, o sujeito moderno organiza a realidade entre o conhecido/ordenado e o desconhecido: regiões a serem continuamente descobertas e reduzidas à ordem. Aqui, a figura do Outro ganha importante destaque. Aqueles ainda não “engolfados” (Silva, 2022, p. 179-187) pela ordem racional moderna, ainda que desconhecidos, são sempre-já reduzidos à sua diferença e nomeados de forma a demarcar a separabilidade entre os sujeitos centrais e os periféricos. Embora cada vez mais sofisticada, na perspectiva de Silva (2022), a razão moderna continua a atualizar o problema fundamental da separação cartesiana entre *cogito* e corpo. As reformulações que construídas nas diversas formulações do pensamento moderno sempre dissimularam o papel da corporeidade no ato de conhecer, posicionando o corpo numa espécie de margem afetável, um espectro da realidade que se oferece passivamente à produção de sentido da razão. Esse lugar ocupado pelo corpo na epistemologia moderna é extremamente fértil para os sistemas políticos que se seguirão à modernidade. É através da relação entre razão transparente e corpo afetável que, segundo a autora, serão traçadas as assertivas éticas, morais, políticas e econômicas de subjugação, como o desenho dos projetos coloniais de escravização e os modelos sociais de estratificação social que permanecem até hoje.

¹⁵ Esse argumento busca retomar a diagnóstica pós-moderna acerca da crise da ciência (crise das metanarrativas ocidentais) ao final do séc. XX. A crise era alimentada, conforme Lyotard (1984), pela reivindicação, cada vez mais recorrente, de um outro estatuto epistemológico que não aquele consolidado pela modernidade. A partir de discursos enunciados por outras geografias, que não a ocidental, e sujeitos-outros, que não o *homem* europeu, operava-se a reescrita da ordem do capitalismo e o questionamento das fundações do conhecimento científico (Silva, 2022). A emergência e proliferação dessas “novas razões” e “histórias menores” (Silva, 2022, p. 33) – ilustradas mais recentemente no Brasil a partir da difusão das cosmogonias indígenas e quilombolas - foi reunido por analistas sociais a partir do alargamento da noção de cultura, “afinal, a cultura era o único atributo que tinham conferido a esses outros que, repentinamente, estavam falando; os outros, que anteriormente eram descritos como sem razão e fora da história” (Silva, 2022, p. 33).

Quijano (2009) apresenta uma crítica à epistemologia moderna com objetivos similares aos de Silva (2022). Sua principal preocupação, no entanto, é a de narrar o entrelaçamento entre as bases de controle do sistema capitalista e a colonialidade de poder enquanto parte necessária da estratificação societária contemporânea. Juntamente à constituição da América pela política de domínio colonial, os principais centros hegemônicos desse novo padrão de poder produziram uma forma de conhecer (produziram uma episteme) que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo, como se vê no seguinte trecho: “a medição, a externalização (ou objectivação) do cognoscível em relação ao conhecedor, para o controle das relações dos indivíduos com a natureza e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção” (Quijano, 2009, p. 74).

Para o autor, o capital e a episteme avançavam entrelaçados na marcha colonial sobre terras ainda não tocadas. O contingente populacional que habitava as geografias até então desconhecidas pelo sistema econômico e cognoscente europeu agora compunha o *corpus* do Capital. A partir de suas novas fronteiras, o quadro de exploração pelo trabalho foi reelaborado.

A exploração do trabalhador, na visão marxiana clássica, é mediada pela subordinação das capacidades fisiológicas do indivíduo ao regime produtivo. Assim Marx (2013 [1867]) nos apresenta a fórmula geral do capital: $D-M-D'$ ¹⁶, em que $D' = D + \Delta D$, sendo que ΔD (variação de D) é o excedente, tratado como mais-valor. É na busca do mais-valor (na valorização contínua do valor) que o capitalista direciona suas ações:

A circulação simples de mercadorias – a venda para compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido (Marx, 2013 [1867], p. 228)

O valor excedente (ΔD) que transforma o dinheiro em capital não vem da troca de mercadorias e nem de sua circulação, mas sim da força de trabalho, acoplado na mercadoria através do dispêndio de músculos, cérebro e tempo de vida do trabalhador. Em resumo, as capacidades físicas (o corpo fisiológico), no capitalismo, são a única mercadoria capaz de criar valor.

¹⁶ Essa fórmula busca sintetizar o processo básico de circulação de mercadorias no regime capitalista, onde a quantidade de valor inicial (D) é convertido em uma mercadoria qualquer (M) que, por sua vez, ao ser transformada novamente na forma-valor abstrata, apresenta um ganho excedente sobre valor inicial (D').

Entretanto, é preciso que haja uma disposição específica da estrutura de mercado para que essa fórmula se sustente: uma relação entre o trabalhador e o capitalista. Para que existam indivíduos interessados em vender sua força de trabalho, é necessário que I) o indivíduo seja livre para vender sua força de trabalho; e II) o trabalhador não tenha outra maneira de conquistar o valor necessário para consumir e sobreviver. O capitalista, por sua vez, ingressa nessa relação I) gozando da mesma liberdade que o trabalhador, mas de forma invertida, uma vez que é livre para comprar a mão de obra oferecida; e II) caso tenha as condições (o capital e os meios de produção) necessárias para bancar a reprodução biológica do trabalhador. Nesse esquema, ao acumular valor, o capitalista paga uma quantia inferior ao valor produzido pela força de trabalho.

Frente à reprodução e acumulação do valor, o corpo trabalhador é meramente uma parafernália orgânica a criar a substância econômica abstrata que é o mais-valor. Podemos dizer que a carne, os músculos, as vísceras, o sangue, todos esses elementos biológicos são convertidos em capital potencial, em maquinário de valorização do valor, e o salário é o que sustenta a conservação das funções orgânicas corpóreas.

A partir dessa abstração, os atributos biológicos corporais ocupam um espaço de diferenciação duplo: material e social. Conforme Quijano (2009, p. 105), “o sexo e a idade são atributos biológicos diferenciais, ainda que o seu lugar nas relações de exploração/dominação/conflito esteja associado à elaboração desses atributos como categorias sociais”. Na construção da América, o fenótipo entra na equação de exploração. O corpo máquina ganha novas camadas de sentido: a cor da pele, forma e cor do cabelo, os dentes, nariz e boca, todos esses elementos são incorporados numa estrutura de significação social que estabelece uma nova divisão social do trabalho.

Na nova equação do trabalho, o universo social passa por uma revolução: as necessidades cognitivas do capitalismo sombreiam as necessidades cognitivas da colonização. Se a mediação pelo salário caracteriza a exploração do corpo europeu pelo capitalista, no novo mundo um modelo ainda mais eficaz de constituição do mais-valor é forjado, a saber: a conversão da própria carne do trabalhador em mercadoria (há um passo atrás em relação à potencialidade que a visão clássica apresenta, nesse caso, parte do valor é atual – e não futuro – e está vinculado ao próprio sujeito escravizado e à dimensão biológica de seu corpo).

Aproximar a leitura de Quijano (2009) do trabalho de Marquese (2008) nos permite traçar um nexos ainda implícito nas análises sobre colonialismo/capitalismo. A episteme europeia traçava as fronteiras entre o universal e seu Outro, construindo um espaço social determinado, a ser ocupado por aqueles indivíduos cujos corpos foram produzidos pela lógica de alteridade. Novas teorias de administração e novas leis foram desenhadas para dar conta desses corpos-outros. Juntamente com uma organização espacial que visava adequar o meio geofísico às necessidades econômicas coloniais (Santos, 2017), uma nova organização social visava adequar as diferenças biológicas e sociais construídas em relações de poder mais ou menos estáveis. O colonialismo, ao produzir o corpo (do indígena, do negro) deixava, assim, um lastro material do avanço da episteme sobre as novas terras.

A produção de sentido sobre o novo mundo construiu um limite socioespacial de hiperexploração: um modelo organizativo político e econômico que permite com que determinados corpos sejam hiperexplorados. Retomando as palavras de Quijano:

Porque o “corpo” implica a “pessoa”, se se libertar o conceito de “corpo” das implicações mistificadoras do antigo “dualismo” eurocêntrico, especialmente judaico-cristão (alma-corpo, psique-corpo, etc.). E isso é o que torna possível a “naturalização” de tais relações sociais. Na exploração, é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores (Quijano, 2009, p. 113).

O corpo é um conceito com potência de abstração suficiente, acreditamos, para fissurar os mecanismos de controle e naturalização do controle social. Assim, se os efeitos do avanço da episteme ocidental e da formação político-econômica capitalista incidem conjuntamente sobre o espaço e sobre a carne, nosso primeiro desafio é rearranjar as bases epistemológicas que consideram como distintos os objetos aqui tratados. Em outras palavras, é necessário construir uma proposição que implique corpo e espaço como *um* objeto de pesquisa.

2.2 Agência e dimensionalidade.

O corpo é simultaneamente tratado como instrumento a ser controlado via processo de dominação e como condição de colapso dessa relação de poder – é no corpo que reside a possibilidade de *agência*¹⁷ (Bourdieu, 2001b; 2004; 2009; 2011; 2022). A costura entre as vertentes supracitadas (estrutura como poder e colapso como agência) é operada por uma propriedade fundamental do corpo: a dimensionalidade (Merleau-Ponty, 2000 [1974]).

A consciência de si, o saber de si como parte do mundo, bem como o corpo e sua agência só podem existir por possuírem a dimensionalidade como uma propriedade elementar. Isso faz com que, ao tratarmos do corpo, lidamos simultaneamente com o lugar em que esse corpo existe. Embora as raízes desse debate estejam alocadas nas preocupações filosóficas sobre a natureza do conhecimento e do ser, a diluição da fronteira entre razão/mundo reverbera em revisões de posturas nas ciências humanas como um todo. Para o Bourdieu de *Meditações Pascalianas*, por exemplo, “a relação com o mundo é uma relação de presença no mundo, de estar no mundo, no sentido de pertencer ao mundo, de ser possuído por ele, na qual nem o agente nem o mundo são percebidos como tais” (Bourdieu, 2001a, p. 172).

O corpo é o que torna possível nossa imersão no mundo. Ao mobilizarmos os esforços críticos de Merleau-Ponty e as proposições sociológicas de Bourdieu, pudemos apreender a corporeidade como a base primária da “inescapável afetabilidade do indivíduo humano pelas influências que mundo lhe impõe” (Peters, 2021, p. 28). Ainda, a aproximação dos dois autores atualiza a ambiguidade por nós diagnosticada: a corporeidade não é somente o que expõe o indivíduo às influências do mundo, mas também o próprio *locus* de suas intencionalidades e competências que fazem do indivíduo um agente. Uma definição similar de corporeidade é encontrada em Mbembe (2021), a partir da tradução da ideia de brutalismo do pensamento arquitetônico ao pensamento político. De forma similar ao arquiteto, que, pela racionalidade abstrata do traço, toma elementos materiais de diversas ordens na tentativa de dar forma à imagem igualmente abstrata de espaço que cria em seu processo de projeto, Mbembe toma a política como a prática instrumental de montagem, organização, modelagem, distribuição – em

¹⁷ Ao longo deste trabalho, consideramos a agência a partir da obra de Pierre Bourdieu. A escolha por essa abordagem se mostrou adequada por sua capacidade dupla de análise do espaço social: como objetividade, isto é, estrutura de relações entre agentes diferencialmente posicionados, e como subjetividade, conjunto de disposições socialmente adquiridas a serem mobilizadas para organizar a realidade e orientar práticas. A agência, nesse sentido, trata das intencionalidades subjetivas direcionadas ao campo social onde determinado agente existe.

suma, uma tentativa de se dar forma, por vezes pela força – de conjuntos corpóreos vivos, mas em sua essência imateriais. Segundo o autor,

Corporeidade não se refere apenas ao que há de maciço no corpo e em tudo que objetivamente o compõe (como a pele e suas cores, os órgãos tomados individualmente, os ossos que lhe conferem a estrutura, o sangue que circula nas veias, os nervos, o sistema piloso que o recobre como vegetação, os micróbios que povoam sua fauna, a água sem a qual ele sucumbiria à aridez etc). A corporeidade também se refere ao modo como o corpo é objeto de percepção, como é criado e recriado pelo olhar, pela sociedade, pela tecnologia, pela economia ou pelo poder; o modo como se posiciona em relação a tudo o que o cerca ou que se move e cria um mundo a seu redor (Mbembe, 2021 p. 12).

Embora o resgate da fenomenologia de Merleau-Ponty permita estabelecer uma partida implicada entre corpo e mundo, a saída fenomenológica desse autor mostrou-se insuficiente para lidar com os modos de ser que o urbano contemporâneo oferece aos agentes – esses corpos de carne, portadores da história e vetores de conhecimentos viscerais. Buscamos friccionar a saída ontológica e epistemológica de Merleau-Ponty com as proposições de espaço social de Bourdieu – um espaço relacional no qual os agentes que o compõem estão sempre investidos em dinâmicas de apropriação/desapropriação das propriedades que atuam em um limite social construído (Bourdieu, 2001b). Esse embate nos permitiu uma dupla decomposição da relação corpo/mundo: na medida em que os circuitos contemporâneos de poder tomam a cidade como objeto, inscrevem os corpos em processos de dominação e, com efeito, inscrevem *nos* corpos dispositivos de dominação (Carneiro, 2005). Ao mesmo tempo, sustentamos, o corpo, repudiado pela modernidade em seu projeto de construção do conhecimento e do sujeito de conhecimento (Silva, 2022), é apagado na constituição de um discurso técnico e abstrato sobre a realidade da cidade¹⁸. O espaço, sob esse prisma, é imaginado como uma realidade material independente, que existe em “si mesma”.

Esse quadro nos conduz, assim, ao problema: embora amalgamados e indissociáveis, a relação entre corpo e o urbano é dissimulada I) pela proposição moderna de razão, que descarta o corpo em seu projeto de conhecimento; e II) pela investida da razão abstrata sobre a cidade, constituindo-a como paradigma abstrato e técnico. Diante disso, nossa posição é a de que não é possível compreender as relações de subjugação social observadas em nossos territórios sem antes rearranjar as bases do problema sobre o corpo e o espaço. Assim, o desafio atual de se

¹⁸ Ver LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 1992. São centrais para a teoria materialista de Lefebvre os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas.

pensar os processos de exclusão social nas cidades é um desafio simultaneamente epistemológico e ontológico.

A título de exemplo, o Lefebvre (2019) de *A revolução urbana*, ao assumir o *urbano* como objeto de pesquisa, desloca sua análise para um horizonte virtual (ainda não realizado) para reconstituir o movimento de surgimento da cidade. Esquematicamente: I) situa o presente, o momento de sua análise, a posição espaço-temporal da crítica; II) desloca o urbano para o horizonte da virtualidade, situando-o na posição de um vir-a-ser; e III) a partir de então, e só então, apresenta a costura, pelo Capital, entre a consolidação dos limites de classes e a organização espacial. Assim, Lefebvre complexifica seu ponto de partida propondo o pensar o *urbano* como um problema epistemológico, antes de metodológico ou formal.

As ciências e as disciplinas que buscam compreender a cidade frequentemente são pegadas nessa armadilha epistemológica na medida em que deixam de lado uma postura reflexiva diante das condições de produção do conhecimento e tratam a cidade a partir de uma compreensão meramente física, geográfica ou material. Na leitura de Merleau-Ponty, encontramos uma estrutura problemática similar – a relação entre corpo e mundo é desenvolvida de forma a realocar as questões fundamentais da filosofia racionalista cartesiana.

Conforme apresentado adiante, o autor propõe a noção de quiasma como elemento crítico à divisão cartesiana entre corpo e mente. Sua saída é a investigação da consciência a partir da percepção, fenômeno de ordem simultaneamente corpórea e mundana. Corpo e mundo compartilham a mesma propriedade elementar: a *dimensionalidade*. Buscamos assinalar os limites sociais da fenomenologia de Merleau-Ponty, ao mesmo tempo em que preservamos o nexo fundamental de sua obra filosófica. Ao considerarmos a cidade contemporânea, é impossível afastá-la dos jogos de poder, dos processos políticos e econômicos que lhes são próprios. A fenomenologia de Merleau-Ponty posterga a política e o poder como dimensões ontológicas e condicionantes perceptivas¹⁹. Nesse sentido, em contraponto à generalização fenomenológica de Merleau-Ponty, a relação corpo-cidade é construída sempre a partir de um lugar. Buscamos, na articulação teórica deste trabalho, entender as propriedades mais gerais do *lugar*.

¹⁹ Esse contraponto é uma das dimensões do juízo estético que aparecem em BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. 2 ed. Porto Alegre: ZOUK, 2011.

Lugar e corpo não são entes imutáveis. Lugar é, antes de mais nada, um processo histórico, econômico e simbólico. Milton Santos, ao esboçar propriedades mais gerais de seu método de análise do espaço, nos recorda de uma passagem de Marx: “cada pré-condição da produção social é, ao mesmo tempo, seu resultado, e cada um dos resultados aparece simultaneamente como sua pré-condição” (Marx [1971] *apud* Santos, 2014, p. 34-35). A partir desse trecho, Santos (2014) apresenta duas ideias: a de que o espaço – *matéria trabalhada por excelência* (Santos, 2014, p. 34) – é um produto social; e a de que o espaço é uma totalidade em movimento. Nesse ponto, nossa posição é a de que, enquanto dimensão particular, o lugar compartilha as qualidades do espaço apontadas por Marx e por Santos: é produto de sua pré-condição e, ao mesmo tempo, condição para produzir sua nova face. Esta é a dimensão não incorporada pela virada fenomenológica, em especial a de Merleau-Ponty (2000 [1974]) em seu trato sobre o mundo.

Ao pensarmos na urbanização brasileira, a ideia de *lugar* assume maiores singularidades. Se nos for permitido um certo grau de generalização, a urbanização assume formas singulares conforme as relações político-econômicas históricas. Como pressuposto, ao tratar a cidade contemporânea brasileira nos orientamos pelas características trabalhadas por Morado Nascimento (2021) e Freitas (2016): “arena geográfica preferencial para estratégias de gerenciamento e redução de crises” (Freitas, 2016, p. 44), cujo funcionamento assume uma lógica de perversidade, impossibilitando que determinados grupos sociais invistam em suas próprias reivindicações políticas, sexuais, econômicas etc. A cidade, no Brasil, é por nós entendida como dispositivo a ser operado no processo de dominação colonial.

Esse dispositivo vincula aos processos de urbanização os corpos nela inscritos. Em uma estrutura semântica similar à do lugar, o corpo é um processo permanentemente inacabado, condicionado a partir de uma síntese de inúmeros processos sociais e subjetivos. Essa forma de dominação que implica corpo e cidade assume as características de um sistema que relaciona a constituição de fronteiras urbanas e a construção de estigmas territoriais – uma relação que será explorada mais adiante.

Se na cidade contemporânea brasileira esse sistema se apresenta de maneira difusa e onipresente, nos estudos clássicos sobre a formação nacional encontramos um primeiro paradigma que nos permite colocar o debate entre corpo e lugar nos termos aqui pretendidos: trata-se da alegoria gilberto-freyriana da casa grande e senzala. Propomos, assim, sua reinterpretção, colapsando a construção da ecologia racial freyriana e assumindo a figuração

Casa Grande e Senzala como produção de modos de ser compulsórios – algo próximo ao que a sociologia urbana consagrou como identidade deteriorada (Goffman, 1980) – pautados numa organização espaço-corporal cuja forma assume as propriedades de um sistema fronteiro.

Simultaneamente, fazem parte do corpo e do lugar a superposição e sobreposição de modelos de vida distintos dos estabelecidos pelas formas de dominação, possibilidades de transformar e reconduzir o processo de dominação em formas de autonomia. Trata-se de uma saída dialética: assumimos, aqui, a ambiguidade homóloga entre corpo e cidade: em ambos se opera a dominação e em ambos se encontra a possibilidade de fissura e transformação dessa relação.

2.2.1 *Acolhendo uma proposição epistemológica: a terra e a carne do mundo.*

Em *O visível e o invisível*, os esforços de Merleau-Ponty (2000 [1974]) direcionam-se à construção da noção de quiasma para operar uma reformulação na tradição filosófica – o autor retira o corpo de um afastamento construído ao longo da história filosófica ocidental para introduzi-lo como prerrogativa do conhecimento. O problema sobre o qual o livro se debruça pode ser simplificado da seguinte forma: a hipertrofia da razão (seja a partir do *logos* grego ou do *cogito* cartesiano) nega ao corpo possibilidade de participação na construção do conhecimento sobre o mundo ou sobre si mesmo (Merleau-Ponty, 2000 [1974]).

Pela superação da dicotomia moderna que fissura a relação corpo/razão²⁰, o autor desenvolve a proposição do corpo como instância capaz de consciência. Essa consciência, tratada a partir do conceito de *percepção*, é constituída em um processo ativo de interação entre o corpo e o mundo, com a fusão entre o sujeito e o objeto percebido. Tal fusão não implica, contudo, numa dissolução do sujeito no objeto ou vice-versa, mas é uma união que se dá no interior da experiência perceptiva.

Merleau-Ponty (2000 [1974]) recorre à imagem do quiasma para ilustrar sua proposta de hibridização entre corpo e mundo: uma figura de linguagem que representa a interseção ou

²⁰ A obra de Descartes simboliza, nesse sentido, os fundamentos de uma nova epistemologia, e as reflexões contidas nas *Meditações* estabelecem essa cisão articulando uma possibilidade de *conhecimento* independente da revelação divina que, ao mesmo tempo, mantém estável o privilégio herdado da escolástica, o qual confere ao Homem a regalia de não se confundir com as coisas do mundo. O argumento Cartesiano, sintetizado na máxima *penso, logo existo*, articula a um só tempo uma nova forma de conhecer, com um sujeito que, pela autodeterminação, conhece ao mundo e a si mesmo (argumento epistemológico) e um novo sujeito que, para conhecer, não se mistura com as coisas do mundo (argumento ontológico).

o cruzamento de duas linhas ou ideias opostas, como se fossem as hastes de um "X". Entre sujeito e objeto, portanto, Merleau-Ponty institui um duplo afetamento, que articula, a um só tempo, a consciência de si e do mundo (a posição do visível e de quem vê).

O quiasma representa essa reversibilidade²¹ entre o sujeito e o objeto percebido, na qual o sujeito é afetado pelo objeto e, ao mesmo tempo, afeta o objeto através da sua percepção (processo de dupla afetação). A noção de quiasma é, portanto, uma forma de se compreender a percepção como um processo dinâmico de interação entre o agente e o mundo, no qual a realidade e a consciência não são dadas e imutáveis, mas construídas na própria experiência. Pela reversibilidade, o ser do sensível e o próprio senciente (sujeito da sensação) se percebem como dimensionalidades: “um modo de indivisão vivido pelo próprio sujeito na experiência que tem de seu corpo e do mundo” (Dias, 2011, p. 3).

O corpo assume papel central nessa formulação epistemológica: se o quiasma é a hibridização entre corpo e mundo, os efeitos dessa operação de reconstrução epistemológica exigem uma nova caracterização dessa consciência e desse ser que emerge não mais sobre a cisão entre corpo e mente. As palavras de Dias (2011) colocam o problema da seguinte forma: “tocar não é apenas sentir o tocado, é também ‘tocar o outro lado’, isto é, tocar o próprio avesso de si mesmo, tocar o seu próprio constitutivo, o sensível mesmo. Em um só momento, toca-se o ser do sensível desde o interior” (Dias, 2011, p. 79).

Para Merleau-Ponty (2000 [1974]), o corpo é primeiro apresentado como um ente de caráter dual: é coisa junta a outras coisas no mundo, mas também é coisa que se percebe como coisa e percebe as coisas à sua volta como coisa. É tanto da ordem do objeto quanto da ordem do sujeito. Essa caracterização inicial desenha uma imagem dual, pronta a ser rearranjada e superada: ao desenvolver a relação entre a *propriedade objeto* e a *propriedade sujeito*, o que se observa é uma propriedade que é simultaneamente objeto e sujeito – “e ele não é, fundamentalmente, nem apenas coisa vista nem apenas vidente, é a visibilidade, ora errante,

²¹ Sobre o conceito de reversibilidade em Merleau-Ponty: “A reversibilidade conduz a uma dimensionalidade sinônima de indivisibilidade, uma indivisão das oposições. A reversibilidade mostra o senciente (sujeito da sensação) e o sensível como envolvidos um no outro porque são ‘dimensionalidades aderentes’, ou melhor, vivem em uma ‘aderência carnal’” (Dias, 2011, p. 79). Nossa interpretação é a de que a reversibilidade é um operador pelo qual propriedades corpóreas (tempo e espaço) estão mutuamente implicadas na constituição do Ser. A reversibilidade implica uma indivisão das oposições epistemológicas herdadas. Existe assim uma indivisão fundamental (em contraponto à divisão fundamental cartesiana): a consciência do mundo é a consciência de si.

ora reunida e, sob esse aspecto, não está no mundo [...]: vê o próprio mundo sem sair de si” (Merleau-Ponty, 2000 [1974], p. 134).

O mundo oferece à consciência as propriedades de espaço e localização, torna-se o referente sem o qual a própria consciência de si (consciência corpórea) não seria possível. Essa conexão entre o mundo – que, nessa altura já toma uma certa forma geográfica – e o corpo é o que preenche o conceito de carne²²: propriedade simultaneamente espacial e mental. A carne é entendida, portanto, como identidade do próprio sensível, é “elemento” comum a todo sensível. É a própria dimensionalidade. *Carne* é o termo pelo qual o autor trata a resultante do quiasma: união ou “reunião”, ao mesmo tempo, cisão e ajuntamento, identidade e diferença. Com a carne, Merleau-Ponty desloca o referente de corpo e de mundo para “minha carne” e “carne do mundo” (Merleau-Ponty, 2000 [1974], p. 231).

Há, portanto, uma dessubstancialização da noção de carne - ela não mais indica a matéria visível do corpo humano - mas a preservação de seu referente: o corpo, o mundo, a dimensionalidade. A fenomenologia de Merleau-Ponty encarna a abstração moderna da razão, transmutando-a em experiência sensível – a dimensionalidade é sua condição de possibilidade. A carne não se limita ao corpo, mas se constitui na indivisibilidade entre o corpo e o mundo, e, nesse sentido, reclama seu lugar. A condição de conhecimento da realidade e a possibilidade de existência, no autor, é a condição de existência em um corpo e em um lugar. Assim, interpretamos as propriedades da carne de aderência ao lugar e ao agora (Merleau-Ponty, 2000 [1974], p. 136).

2.2.2 *A carne do mundo e a terra*

Até então buscamos argumentar, com apoio de Merleau-Ponty, que existe uma propriedade transversal ao corpo e ao mundo, implicando-os num tecido contínuo. Essa implicação é o que permite a constituição da consciência do indivíduo. Por outros termos: uma das propriedades do mundo é a de ceder a determinado indivíduo as condições para a constituição de sua existência. Esse recurso nos permite atrelar indivíduo e mundo de uma forma fundamental – o indivíduo não é aquele que contempla o mundo como um “espetáculo oferecido a um observador” (Bourdieu, 2009, p. 86), pois mundo e indivíduo são amálgamas de um mesmo processo de constituição do Ser-no-mundo e do conhecimento.

²² A possibilidade do conceito de carne advém da reversibilidade mesma, isto é, da “possibilidade de ser tocante e tocada”. Ver MATSUBA. Possibilité de la “communauté charnelle”. *In*: Chiasmi 11, p. 409.

Esse movimento prepara o terreno para o desenvolvimento da relação entre corpo e urbanização que buscamos sustentar ao longo deste trabalho. Resgatamos em Merleau-Ponty as condições para redesenhar a relação entre corpo e espaço²³ e cindir a imagem – que constitui, por vezes, uma espécie de “senso comum erudito” (Bourdieu, 2001b, p. 34) – do urbano como palco. Se corpo e espaço conectam-se de forma tão fundamental, é possível orientar uma série de perguntas em direção às propriedades do espaço: de que maneira esse referente espacial é moldado? Quais as suas propriedades? O que nos permite assumir uma distinção do espaço em relação ao corpo?

Se a fenomenologia de Merleau-Ponty nos permite apresentar a implicação ontológica e epistemológica de corpo e espaço, por outro lado, ela também limita a nossa compreensão das condições sociais de formação “das intencionalidades e competências corporais” (Peters, 2021, p. 30) dos agentes e, ademais, limita o entendimento das propriedades do mundo enquanto constructo social. Ao fazer uma genealogia da noção de *habitus* em Bourdieu, Gabriel Peters traça os principais afastamentos entre o sociólogo e a virada carnal apresentada por Merleau-Ponty. Em suas palavras:

Na leitura de Bourdieu, tais abordagens [*fenomenologia e etnometodologia*] deixariam de reconhecer, no entanto, que os próprios interesses e competências que os agentes investem nas suas práticas de construção do mundo social também não são dados, mas socialmente construídos, resultando da socialização desses agentes em ambientes estruturais particulares (Peters, 2021, p. 30).

Dotar o *mundo* de Merleau-Ponty dos atributos sociais que lhes são inerentes é também religar o corpo e sua dimensionalidade às estruturas de poder sociais, afinal “a construção do social pelos agentes só é possível devido à construção prévia dos agentes pelo social” (Peters, 2021, p. 30). O mundo – instância, para nós, de sobreposição das intencionalidades e, por isso, *locus* do político, do conflito, do dissenso e da identificação — é (re)produzido pelos (e, paralelamente, à (re)produção dos) vários agentes que a ele pertencem. Assim, ao observarmos essas propriedades, o termo *mundo*, na fenomenologia de Merleau-Ponty, assume uma conotação mais abstrata do que desejaríamos para o avanço do argumento, sendo necessária, com isso, uma nova proposição.

²³ *Espaço*, aqui, deriva-se do termo *especialidade*, trabalhado por Merleau-Ponty em virtude de sua margem crítica ao debate epistemológico, sobretudo nas questões direcionadas à separação corpo/mente e sujeito/objeto. Nossa retomada bibliográfica, portanto, pode construir uma armadilha ao leitor que posicionar esse termo diretamente nas tradições de debate próprias à geografia, onde é cara a distinção entre espaço, lugar e território.

Se, por um lado, a virada fenomenológica reinsere o *corpo* como elemento crítico ao *cogito* abstrato cartesiano, ao destacar a dimensionalidade como propriedade intrínseca para se pensar o *Ser* e o mundo, o debate apontava para uma reformulação nos objetos de preocupação da geografia. Júnior (2014), por exemplo, retoma os trabalhos de Armando Corrêa da Silva, geógrafo que publicou, em 1978, o livro *O espaço fora do lugar*. Silva (1978) mostrava-se crítico a como a fragmentação e a especialização dos saberes científicos estabeleceram problemas para a geografia, e para as humanidades em geral, em seu trato com o *espaço*. Essa preocupação é compartilhada, em certo sentido, tanto por Milton Santos (*A Natureza do espaço*) ao refinar a abordagem de *espaço* a partir de uma revisão filosófica de seus elementos e propriedades, como por Lefebvre (*A revolução urbana*), para quem o ponto de partida para se pensar as transformações sociais e espaciais de seu período consistia em instituir uma matriz analítica orientada por um horizonte epistemológico crítico²⁴. Com uma saída relativamente modesta, Marandola Júnior afere que:

Armando Corrêa da Silva via no lugar uma potência de esclarecimento ontológico, permitindo diferente do espaço, a compreensão das relações entre lugares e das pessoas com e nos lugares, sempre de forma relacional (Marandola Jr., 2014, p. XIII).

Essas são dimensões que buscamos enfatizar ao tratar da relação entre corpo e cidade: uma vez que ambos estão implicados, observamos na cidade a mesma potência de esclarecimento ontológico que Corrêa da Silva enxerga em sua crítica à geografia. Nossa argumentação pode ser resumida, até então, da seguinte forma: o quiasma entre corpo e mundo por nós é desenvolvido de maneira a representar a relação corpo/urbanização. Nesse desenvolvimento, friccionamos as propostas fenomenológicas de Merleau-Ponty diante de aspectos da teoria da reprodução social de Bourdieu, enfatizando os limites sociais da proposta de Merleau-Ponty. Como resultado, embora preservada a implicação fundamental entre corpo e mundo, somos convocados a realizar uma investigação mais profunda acerca das dimensões

²⁴ Em ambos os autores, o corpo assume um papel central no trato sobre espaço e sobre os processos de dominação capitalista. Siqueira (2021), por exemplo, nos apresenta o movimento negativo aberto pelo *espaço abstrato* em Lefebvre. Em sua interpretação, a negatividade da abstração técnica que toma o espaço a partir do advento do *urbanismo* e do técnico urbanista apaga o corpo, *levado em conta como “princípio generativo” ou genealógico* (Siqueira, 2021, p. 192). Santos (1996), por sua vez, propõe uma implicação entre corporeidade, individualidade e sociedade para compor uma lente de análise sobre o cotidiano. Nesse caso, *corporeidade* é algo da ordem da simbolização do corpo através das dinâmicas socioespaciais. Pensamos, assim, pelo exemplo sugerido pelo autor, no negro brasileiro, cuja participação política é dificultada em função de suas características fenóticas.

sociais do mundo e do corpo. O social apresenta-se, nesse sentido, como nova variável na mobilização teórica.

Sobre o entrelaçamento entre mundo, corpo e mundo social, propomos uma chave para o desenvolvimento de alguns pressupostos levados adiante por esta pesquisa. Nesse ponto, duas principais linhas de debate se oferecem a nosso problema teórico. Uma diz respeito a uma linha própria da geografia humanista: o debate em torno do conceito de lugar; a outra, por sua vez, é uma linha interdisciplinar sustentada, sobretudo, por um projeto epistemológico e político-intelectual sobre os contextos coloniais: trata-se dos usos da noção de terra por estudos que se enveredaram sobre a temática da colonização e da crítica à modernidade²⁵. Nesse primeiro olhar, ambas as linhas assimilam as propriedades por nós problematizadas: subjetividade, corpo, intersubjetividade, mundo, poder. Essa chave de argumentação entendemos como ontológica: trata-se do desenho das condições de constituição da consciência e da experiência de si e do mundo.

Utilizar um conceito é também considerar a tradição – teórica, disciplinar – sobre a qual esse conceito é construído. Noutras palavras, tomamos partido e posição numa sequência de debates sobre sua rede de significados e significações, assumindo seus limites analíticos (sua parcialidade) e sua eficácia (também parcial) no trato de questões sobre a realidade e sobre a construção da análise de pesquisa.

Ao nos atentarmos para a operacionalização dos conceitos de terra e de lugar, por exemplo, diferenças passam a emergir. O uso de terra, geralmente, parte de uma elaboração crítica em torno do processo de colonização. Nesse sentido, a subjetividade é tratada como uma categoria central²⁶. Em resumo, ela é pensada como uma arena em disputa, onde formas pré-concebidas de existência e a própria individualidade travam embates e também convergem, concomitantemente à formação psíquica e social de determinado indivíduo. Seu produto principal é o sofrimento – questão trabalhada principalmente por Fanon em duas oportunidades

²⁵ Destacamos aqui as abordagens anti-colonialistas e os chamados *Black Studies*.

²⁶ São variadas as construções por parte dos *Black Studies* acerca da subjetividade. Encontramos abordagens distintas, como no prefácio de Carneiro (2005), no qual a *ironia* é um recurso pelo qual a autora denuncia os efeitos ontológicos da razão ocidental sobre o próprio corpo. Spivak (1999), por sua vez, recorre a uma genealogia do *Homem ocidental* a partir dos textos fundadores da filosofia moderna para demonstrar uma já anunciada exclusão dos povos outros da Europa e o conseqüente achatamento de suas diferenças. Oyèrónké Oyewùmí (2004) também aborda essa dimensão ao questionar a capacidade da diferença de gênero, sua dualidade macho/fêmea implicada, sobretudo do signo *mulher*, em explicar dimensões de sociabilidade de algumas etnias africanas.

(*Pele negra, máscaras brancas e Os condenados da terra*) e por Mbembe, de forma transversal em vários textos, mas de maneira destacada em ensaio intitulado *Fabulação e clausura do espírito* (Mbembe, 2018). Assumir o conceito de *terra* é considerar, proveitosamente, essa implicação do conflito subjetivo que sua tradição teórica evoca.

É possível, todavia, fazer uso de concepções do lugar mais aproximadas ao nosso trato, ou partir de generalizações que assimilem as propriedades destacadas. Não perderíamos muito, de saída, se partíssemos de uma definição mais aberta, como: lugar é o mundo tornado experiência no corpo de um agente. Ou se, a partir de Holzer (2014), pensássemos o lugar como o referente que contemple uma experiência intersubjetiva apoiada em um determinado suporte material e simbólico – o espaço geográfico. Nesse sentido, o conteúdo que informa o conceito é a significação pessoal e coletiva margeada em um determinado limite do mundo (tratado pelo autor, a partir de Dardel (2011), como *geograficidade*).

Seguindo as sugestões metodológicas de Bourdieu (2004), para quem a mobilização de autores diversos passa, necessariamente, pelo conflito entre suas ideias (“é possível pensar com Marx contra Marx ou com Durkheim contra Durkheim e também, é claro, com Marx e Durkheim contra Weber, e vice-versa” (Bourdieu, 2004, p. 65-66)), é possível pensar *com* o conceito de lugar e ao mesmo tempo *contra* o conceito de lugar. Da mesma forma, é possível pensar *com* e *contra* o conceito de terra. Nossa proposta, de investigar a implicação entre corpo e urbanização dentro de um limite determinado (o centro da cidade de Belo Horizonte), direciona, desde os primeiros passos, a uma mobilização teórica que nos permita trabalhar o que quer que estejamos chamando de exclusão.

Seguimos o texto com duas breves revisões sobre os conceitos apresentados. Embora o conceito de *lugar*, adiantado na última seção, tenha se mostrado como conceito operável nesta pesquisa, o contato com a obra de Achille Mbembe e com fragmentos da crítica marxista brasileira sobre a consolidação do capitalismo e da estrutura fundiária nacional fez com que se optasse por trabalhar o termo *terra*. Isso porque ele nos permite tratar de forma mais imediata a relação entre os processos históricos de subjugação, a constituição do ser e sua relação implicada com o mundo que o cerca e, por fim, nos possibilita retomar mais facilmente os conflitos subjetivos que emergem desse emaranhado. Sua operabilidade direciona-se ao resgate de determinada historicidade. Se *lugar* nos oferece maiores facilidades ao lidar com as fronteiras a serem investigadas no urbano, o conceito de *terra* nos permite analisar tanto as condições históricas pelas quais determinado grupo estigmatizado se vincula ao *lugar* como os

produtos ontológicos que daí derivam (ou seja, os modos de ser que emergem de um processo de violência contra os indivíduos desse grupo).

2.3 Os conceitos

2.3.1 A terra

To think about distant places, to colonize them, to populate or depopulate them: all of this occurs on, about, or because of land. The actual geographical possession of land is what empire in the final analysis is all about. At the moment when a coincidence occurs between real control and power, the idea of what a given place was (could be, might become), and an actual place—at that moment the struggle for empire is launched. This coincidence is the logic both for Westerners taking possession of land and, during decolonisation, for resisting natives reclaiming it (Said, 1993, p. 78).

[...] the evolution of modern property laws and justifications for private property ownership were articulated through the attribution of value to the lives of those defined as having the capacity, will, and technology to appropriate, which in turn was contingent on pre-vailing concepts of race and racial difference (Bhandar, 2018, p. 4).

Three major events have, in the course of the last quarter of the twentieth century, profoundly affected the material conditions of the production of life in Africa. These events are as follows: (1) the increasing rigor of monetary constraint, and its effects in revivifying long-distance imaginaries; (2) the simultaneity of democratization and of the deregulation of the economy and the structures of the state; and (3) the dispersion of state power and the fragmentation of society (Mbembe, 2005, p. 149).

O presente capítulo é balizado por algumas premissas. Podemos sintetizá-las em duas perguntas complementares: em direção ao que o termo *terra* se projeta? Ou, quais objetos, dinâmicas e processos sociais in-formaram essa palavra dos significados por ela acionados?

Esses questionamentos são a forma mais coerente, acreditamos, de centralizar a dificuldade por nós enfrentada ao buscar uma definição ao mesmo tempo larga e rigorosa do termo. Quando assumimos lidar com o conceito de *terra* em uma pesquisa voltada à tradição dos estudos urbanos, somos convidados a enfrentar todas as dificuldades que um campo interdisciplinar como esse possui. Na verdade, não enfrentamos esse problema de mãos vazias: junto à pergunta de pesquisa, que sempre situa os esforços e serve como instrumento de crivo bibliográfico, temos aqui uma proposta de concatenar corpo e lugar em um só objeto de análise.

Não houve grande êxito ao tentar reproduzir o exercício etimológico utilizado na introdução deste estudo para balizar o trato da palavra *terra*. E ainda, ao se tomar o termo como uma centralidade de leitura, seu significado parece distinto em artigos jurídicos, leis, em artigos voltados à política urbana, em falas de militantes que representam movimentos sociais, ou mesmo em conversas dentro desses espaços. Ainda, conforme a tradição teórica de opção, podemos encontrar significados por vezes romantizados, usos que hipertrofiam o caráter simbólico em detrimento do material e vice-versa. Porém, a própria recorrência da palavra na

bibliografia consultada denuncia que, qualquer que seja o sentido representado, trata-se de algo de grande importância para a formação e reprodução das estruturas de dominação e de resistência dentro da sociedade brasileira. Nesse percalço, há um referente que, por demasiado óbvio, nunca é mencionado: a terra refere-se, antes de tudo, a um lugar.

Edward Said (1993) introduziu o livro *Culture and Imperialism* a partir de uma crítica ao *romance* inglês. Em sua retomada, o autor propõe que enxerguemos as expressões literárias desse estilo como um artefato da sociedade burguesa. Seu argumento passa pela seguinte estrutura: o romance, como uma forma cultural difundida, contribuiu para a sedimentação de narrativas e imaginários pelos quais regiões geográficas não europeias eram consideradas propriedades e posses coloniais. Bhandar (2018) também introduziu seu livro *Colonial lives of property* a partir da proposta de Said. Um trecho de sua apresentação pode iluminar a ideia que pretendemos defender:

O direito de propriedade foi um mecanismo crucial para a acumulação colonial de capital, e, ao final do séc. XIX, desenvolveu-se juntamente a esquemas raciais que mantinham, firmemente, sujeitos colonizados sob seu domínio. As leis de propriedade e a subjetividade racial desenvolveram-se uma em relação à outra, numa articulação que eu capto com o conceito de regimes raciais de propriedade. Enquanto uma formação jurídica, os regimes raciais de propriedade mantiveram seu poder disciplinar na organização do território e na produção de sujeitos racializados através de uma hierarquia de valores, constituída entre os domínios da cultura, ciência, economia e filosofia. (Bhandar, 2018, p. 2, *tradução minha*).

Para Bhandar, todo esse esquema racial é alavancado por aquilo que ela chama de “regimes raciais de propriedade” (Bhandar, 2018, p. 3, *tradução minha*), compondo o pano de fundo para o que in-forma a sociabilização na sociedade colonial. Em outras palavras, a partir da lógica colonial, a normatividade jurídica consolida uma distribuição desbalanceada de acesso a uma mercadoria em especial: a terra (aqui, entendida como base material de reprodução do agente).

Ao moldar estruturas próprias de controle e de exercício do poder, o colonialismo modelava tanto a estrutura de subjugação social – os agentes a serem dominados, os agentes dominadores, os dispositivos e jogos de dominação – quanto as formas subjetivas de naturalização da subjugação. Segundo a autora, a propriedade constitui uma parte central na narrativa fundadora da dominação colonial: até a descrição de um mobiliário ou divisão interna de uma casa grande (ou senhorial, na tradução literal de seu texto) “reforça e naturaliza a posse e a ocupação” (Bhandar, 2018, p. 3, *tradução minha*). O objetivo de seu argumento é explicitado

na seguinte passagem: “se a posse da terra foi (e permanece) o objetivo final da dominação colonial, então a legislação sobre a propriedade é o meio fundamental de realizar esse desejo” (Bhandar, 2018, p. 3, *tradução minha*).

Nosso argumento a partir da discussão teórica aqui elaborada é o de que aquilo que entendemos por *terra* se trata, conceitualmente, de um significante que entrelaça a normatividade jurídica, a economia política e a cultura. Essa articulação busca explorar algumas das propriedades da terra que se mostram pertinentes para problematizar sua incorporação na construção da lógica da desigualdade nas cidades brasileiras. Tal como Mbembe (2005) o faz ao refletir sobre as condições materiais de produção da vida na África no último quarto do século XX, busca-se pensar a pertinência da dispersão do poder estatal e da fragmentação da sociedade – a partir da política fundiária e do acesso à terra – na constituição dos limites fundiários da sociedade colonial brasileira.

Nesse sentido, acreditamos que é possível desenhar as bases de uma plataforma política sobre a qual se desenvolvem os modelos de organização territorial mais complexos, tais quais as metrópoles e grandes cidades do Brasil. Assinalamos que, longe da proposição de um modelo científico, este capítulo busca tensionar as categorias analíticas pelas quais se trata cientificamente a questão da terra e da propriedade nos estudos urbanos. Os objetivos de uma rearticulação conceitual como a que se segue nestas páginas encontra amparo na proposição sociológica de Bourdieu:

O trabalho, difícil e talvez interminável, necessário para romper com as pré-noções e os pressupostos, isto é, com todas as teses jamais colocadas como tais, já que estão inscritas nas evidências da experiência comum com todo o substrato de impensável subentendido no pensamento mais vigilante, é frequentemente mal compreendido, e não apenas por aqueles chocados em seu conservadorismo por esse trabalho (Bourdieu, 2011, p. 92-93).

Nesse sentido, as características que destacamos aqui como pertencentes à terra são: I) a faceta de mercadoria; II) a capacidade de ser apropriada em lógicas de separabilidade; e III) uma faceta jurídico-normativa, que historicamente lhe conferiu a condição de propriedade. Essas características, sugerimos, possuem como qualidade essencial sua força. Possuem uma inércia, uma capacidade de se preservar no curso da história e de redesenhar a forma pela qual são inteligíveis aos grupos e agentes sociais. Em outras palavras, essas facetas operam de forma articulada, movimentando-se dentro de uma margem de deslocamento e reposicionamento interna, obedecendo a estratégias que são conformadas por uma urgência histórica. Após constituída e estabilizada, essa teia de relações permanece disponível para ser operacionalizada

em diferentes circunstâncias de sociabilização. Na medida em que os processos sociais seguem seu curso histórico, essas propriedades adquirem novas formas, são atualizadas conforme as relações de dominação específicas de cada período e contexto socioespacial. A seguir, buscamos explorar, ainda que de forma inicial, as três vertentes aqui destacadas.

3.1.1 - Faceta 1: A erótica da mercadoria, o jogo das terras e a terra mercadoria

O capitalismo cria duas categorias fictícias: a terra e o trabalho (Polanyi, 1944, p. 84).

Pode-se introduzir a ideia que buscamos expor aqui através de uma arriscada alegoria histórica que transita entre o suicídio voluntário por geofagia feito parte dos escravizados brasileiros e as amarras jurídicas que impediram a inserção da população negra no mercado de terras que se desenvolvera no século XIX no país. Arriscada, antes de tudo, por pertencer a um tema há algum tempo resgatado por parte da sociologia da medicina (Oda, 2007; Oda, 2008; Karasch, 2001), que atribui novos argumentos a sua interpretação clássica. Arriscada, ainda, por um certo fascínio que sua imagem produz e, em alguns textos (Freyre, 1987; Sousa, 2000), acaba por conduzir a uma exacerbada liberdade poética por parte das análises eruditas que a tomam por objeto. Apesar dos riscos assinalados, consideramos que as fontes históricas (estudos e relatos de viajantes, conforme levantado por Oda (2008) consubstanciaram uma dimensão simbólica que não deve ser desprezada enquanto tal. Não buscamos, nesse sentido, elaborar justificativas sobre os motivos que levam determinada pessoa a praticar a geofagia, mas, sim, considerar o simbolismo sedimentado pelos argumentos clássicos e academicamente reproduzidos “sem reflexão” (Oda, 2008, p. 754) sobre o tema como parte constitutiva da imagem histórica da relação entre o negro brasileiro e a terra.

A força imagética da interpretação clássica reside, ademais, nos inevitáveis paralelos entre o que se postula como motivo cerne da depressão (a saudade da terra natal) e o meio de suicídio escolhido para dar fim ao sofrimento (ingestão de terra). Somam-se a isso os dispositivos de controle empregados pelo senhor de escravos para impedir a geofagia e, principalmente, para preservar a capacidade de trabalho do escravizados: a máscara de flanders, espécie de mordaca colocada na boca dos negros, impedia a ingestão de terra ou líquidos. A relação entre a terra e o negro é desenhada com um significado romântico de afastamento. Através desse simbolismo, a interpretação clássica sustenta tanto a situação de infelicidade do negro quanto a impossibilidade de, em terra brasileiras, alguns dos então escravizados recorrerem ao solo em busca da reconstrução de uma identidade africana perdida (Freyre,

1987). Podemos interpretar essa construção simbólica deslocando, para a situação brasileira, algumas propostas de Mbembe sobre a colonização.

Mbembe (2018) acrescenta à imagem que Fanon (2022) produziu acerca da colonização duas novas características. Uma primeira trata da violência da ignorância, condição de assimilação da razão colonial acerca das populações colonas: no terreno da colônia é mais eficaz a lógica da guerra como baliza que guie à dominação e à vitória em detrimento do conhecimento e da confecção de saberes. Uma segunda, importante para nosso trato, é a proposta de que “a colonização é uma prodigiosa máquina produtora de desejos e fantasias” (Mbembe, 2018, p. 203). Para Mbembe, essa máquina atua na produção e circulação de bens materiais e recursos simbólicos cobiçados pela sociedade colonial. Sua capacidade de operar socialmente consiste na elaboração de diferenciação entre os corpos que habitam o terreno colonial. As ferramentas de administração desses bens em circulação são, também, aparatos de manutenção do poder e da gestão da perversidade colonizadora. Operam, por sua vez, “racionando as gratificações, produzindo novas formas espetaculares as quais o colonizado dificilmente esquece” (Mbembe, 2018 p. 203). Concluindo seu raciocínio, Mbembe afirma:

O potentado tenta, assim, levar o nativo, se não a renunciar às coisas e aos desejos a que se sente apegado, então ao menos a complementá-los com novos ídolos, a lei de novas mercadorias, o preço de novos valores, uma nova ordem de verdade (Mbembe, 2018, p. 204).

O diálogo entre o aparato colonial e o colonizado, portanto, se dá através de uma relação libidinal. Aqui, Mbembe (2018) desenha dois principais pilares: a regulação das necessidades e a regulação dos fluxos do desejo. É preciso destacar que o termo *regulação* refere-se à capacidade do sistema colonial de interferir e organizar a esfera subjetiva do colono. A crítica do autor, nesse ponto, preocupa-se em emaranhar a *política* (no sentido mais geral da palavra) e a existência, dimensão mais restrita de análise. Em nossa interpretação dessas ideias, entendemos, assim, a dimensão estruturalista do mundo colonial: a capacidade de articular instrumentos políticos e institucionais para condicionar uma forma de existência permanentemente limitada.

Retomando a argumentação do autor, a mercadoria encontra-se entre os dois pilares em posição privilegiada – posição essa que possibilita um uso simbólico (distintivo), psíquico (desejo) e instrumental (necessidade). Valendo-se de seu esforço, nossa proposta é a de direcionar suas reflexões a uma particularidade da formação social e econômica brasileira, a

saber: a transformação da terra em mercadoria, forma econômica que surge no Brasil durante o século XIX, como resultado da soma da construção do direito de propriedade pela Constituição de 1824 e da Lei 601, de 18 de setembro de 1850 – a Lei de Terras, sendo esse “um corte fundamental na forma de apropriação da terra no Brasil, com grandes consequências para o desenvolvimento das cidades” (Rolnik, 1997, p. 23).

Até o início do século XIX, a lógica de apropriação de terras no Brasil possuía um tom caótico. Sua imprecisão, conforme aponta Abreu (2011), era resultado das particularidades do estatuto das sesmarias, da disputa por terrenos mais próximos aos centros políticos ou cursos d’água navegáveis e da inadequação das técnicas de demarcação de posse. Com o objetivo de povoamento e de produção agrícola, esse sistema provocava grande insegurança jurídica nos posseiros de terras situadas mais ao sertão ou com menor capacidade de instalação, sob o risco de confisco de suas dependências. Com o advento da Lei de Terras e da terra mercadoria, as terras não ocupadas converteram-se em terras devolutas; e a compra-venda, na única forma de consolidação jurídica da propriedade. Esse regime favorecia aqueles que poderiam pagar pelos terrenos, excluindo um grande contingente populacional de seu acesso. A zona rural passou, então, a ser motivo de disputa.

No resumo de Rolnik (1997), a partir desse corte, a compra devidamente registrada passou a ser o único meio de acesso à terra, e daí decorreram reverberações imediatas: a absolutização da propriedade e sua monetarização, o que reconfigura a forma social desse objeto por completo. Aqui, a “terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria” (Rolnik, 1997, p. 23). Esse aspecto é o cerne da crítica elaborada no artigo intitulado “Do cercamento das terras comuns ao Estatuto da Cidade” (Alfonsin et. al. 2019). Para as autoras, há um descompasso entre a efetivação do direito à cidade (e a função social da propriedade) e o estatuto jurídico da propriedade:

Ainda que a maior parte desses apanhados mencione uma evolução do instituto até a sua conformação atual, na qual a caracterização da função social da propriedade lhe seja inerente, é bastante revelador, para nosso estudo, o fato de que tenha havido um grande silenciamento teórico de narrativas sobre as violências praticadas ao longo da História, com o fim precípua de que o direito de propriedade assumisse as feições que possui hoje no Brasil, na América Latina e no Ocidente, como um todo. No Brasil, há uma espécie de naturalização desse direito, o que se mostra bastante conveniente para latifundiários rurais e grandes proprietários urbanos (Alfonsin *et al.*, 2019, p. 299).

Se a terra, a partir desse marco jurídico, é abstraída de suas determinações mais concretas e de seu valor de uso, sob a forma de mercadoria a relação social de maior importância na mediação entre grupos e agentes sociais e o lugar que ocupam no mundo passa ser o modelo de compra e venda, sendo a forma jurídica da propriedade seu principal artifício regulador. Nesse sentido, Alfonsin *et al.* (2023, p. 305) reconstituem o histórico do “instituto propriedade” a partir do legado jurídico português e de sua transposição ao processo colonial brasileiro. As autoras apresentam semelhanças entre as transformações disparadas pelo surgimento desse modelo de organização territorial na sociedade brasileira e o processo de cercamento das terras comuns na Europa, caso estudado por Marx (2013 [1897]) em sua investigação sobre as condições sociais de surgimento do modo de produção capitalista.

Em condições estruturalmente similares aos cercamentos europeus, a constituição da terra-mercadoria no território brasileiro alocou um contingente imenso de negros e indígenas numa margem de despossessão fundiária. Na importação do modelo proprietário português, um dos atributos de maior eficiência na reconfiguração do sistemas de terras brasileiro foi aquele segundo o qual “a propriedade é um direito natural, anterior à ordem jurídica positiva, decorrente da própria natureza do homem como ser que necessita de se projectar [sic] exteriormente nas coisas para se realizar” (Hespanha, 2005, p. 87). Alfonsin *et al.* (2023) acertam ao caracterizar esse atributo como um fator moral a naturalizar a tomada de terras dos povos originários. Soma-se a isso a dificuldade, que a partir de então se sedimentaria na estrutura social brasileira, do acesso à terra pelo povo negro, “já que o país começava a receber pressões pela abolição da escravatura e os escravizados não possuíam recursos financeiros para adquirir as terras tornadas mercadoria pela lei” (Alfonsin *et al.*, 2023, p. 303). Junto à Lei de Terras, o Código Civil de 1916 efetivou um grande e proposital apagamento das origens perversas e injustas da introdução do direito de propriedade no país (Alfonsin *et al.*, 2023).

A esse respeito, Maricato (2000) aponta como a elite política brasileira dividia-se em torno da elaboração da nova Lei de Terras e da abolição da escravidão no país. De um lado, o projeto liderado por José Bonifácio, que buscava implantar uma colonização branca associada à pequena propriedade privada, e, de outro, a demarcação de terras devolutas e formalização de grandes latifúndios – projeto vitorioso. Conforme argumenta a autora, a definição e demarcação das terras devolutas, após 1850, foi uma das maiores farsas que marcaram a história do Brasil. A farsa se explica pela ineficiência do Estado em controlar as terras demarcadas: acentuava-se o processo de grilagem e os órgãos de administração nada faziam a não ser confirmar as

propriedades existentes e reivindicadas. Por outro lado, após a abolição, surgia uma categoria nova de trabalho no país: o trabalho assalariado. Nesse ponto, Baldez (1986) debruça-se sobre as alterações da forma de dominação da sociedade escravocrata para a pós-abolicionista justamente na órbita da questão fundiária. Se a terra não era mais fator subalterno, as sequentes políticas de gestão fundiária e a inserção da mão-de-obra assalariada na produção rural brasileira sujeitaram a população recém-liberta ao trabalho na fazenda e ao regime de exploração capitalista. Assim, “o trabalhador vai irrompendo na história e entra no processo de trabalho destituído de bens materiais, trazendo consigo apenas sua força de trabalho” (Baldez, 1986, p. 106).

Sem dinheiro, o trabalhador recém-liberto deveria se enveredar no trabalho nas fazendas para depois, pela compra, adquirir a terra. Esse princípio de banimento do trabalhador escravizado da terra é o mote sobre o qual se organizará a estrutura de trabalho rural e que sustentará o êxodo rural e respectivo inchaço das cidades brasileiras (Martins, 1979). Uma vez que estavam afastados da primeira rodada de comercialização de terras, ainda sob os efeitos da formação de uma aristocracia política e econômica própria da colonização, a primeira aproximação que pode haver entre esses corpos e a terra mercadoria não é outra, senão a psíquica e simbólica, enquanto se reserva a seu uso instrumental a reprodução da forma de dominação, agora sobre a sombra do salário. É por essa relação entre corpo e terra-mercadoria que buscamos fundamentar a ideia de separabilidade dos corpos.

Se essa pequena arqueologia do simbolismo entre o negro e a terra na historiografia brasileira nos permite acessar as linhas mais gerais desse imaginário erudito sobre o escravo e seu cativo, a crítica da economia política, sobretudo no trabalho de Martins (1979), nos apresenta a terra como centralidade nas transformações das condições de trabalho no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Seu argumento busca explorar uma dimensão ignorada pelos historiadores marxistas e sociólogos brasileiros do século XX: de que modo a concentração de terras e a constituição da carne escravizada como mercadoria sustentaram uma quase inevitável subordinação dos negros recém libertos a uma forma de exploração assalariada semelhante à escravidão. Em suma, sua proposta destaca que “a libertação do escravo não o libertava do passado de escravo; esse passado será uma das determinações da sua nova condição de homem livre” (Martins, 1979, p. 80). As condições sociais de produção de uma nova semântica simbólica para essa categoria (o negro-livre) correspondem à constituição de novas relações sociais de produção. As palavras de Martins captam essa transformação, como se segue:

Mais do que a emancipação do negro cativo para reintegrá-lo como homem livre na economia de exportação, a abolição o descartou e minimizou, reintegrando-o residual e marginalmente na nova economia capitalista que resultou do fim da escravidão. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, a troca de um trabalhador por outro. O capital se emancipou, e não o homem. As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho, mas apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade (Martins, 1979, p. 81-82).

Tenha-se em conta que na maior parte do período de vigência da escravidão o uso da terra não dependia de compra, mas, sim, de cessão de uso do domínio do que de fato pertencia à Coroa. Não existia, propriamente, a não ser como exceção, a propriedade fundiária, que só se formalizou com a Lei de Terras de 1850. A incorporação da terra na formação capitalista brasileira passa, nesse sentido, pela naturalização de uma dimensão ideológica da propriedade.

Ainda nos valendo da leitura de Martins (1979) ao analisar a produção de café e a propriedade fundiária no Brasil pós independência, podemos perceber que, sendo a terra um elemento natural, destituído do trabalho humano em sua composição, em teoria não deveria ter preço. Mas, conforme demonstra o autor, antes do advento do capitalismo, nos países europeus, “o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento de renda em trabalho, em espécie ou em dinheiro” (Martins, 1979, 82). Essas eram formas pré-capitalistas de renda, fruto de uma estrutura política em que alguns agentes tinham o monopólio da terra, cujo uso estava sujeito a um tributo. No modo de produção capitalista, a propriedade fundiária, sobretudo a partir dos textos jurídicos, foi transformada em mercadoria – contradição que se expressa na renda capitalista da terra, o que, na visão do autor, vinha a substituir o rentismo que o sistema escravocrata desenhava sobre a figura do escravizado. Assim:

O rentismo estava na propriedade do escravo, carecendo o fazendeiro de capital adicional para fazê-lo produzir. Durante a crise do trabalho servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, do domínio num para a outra, da atividade produtiva do trabalhador para o objeto do trabalho, a terra. Nessa mudança sutil, persiste a dimensão propriamente rentista da economia de exportação, o que é diverso do propriamente capitalista. Porém, libertando do rentismo o trabalho e transferindo o rentismo para a propriedade da terra (Martins, 1979, p. 92).

A constituição desse novo objeto (terra-mercadoria) possui efeito socioespacial estruturante na formação brasileira. A organização da estrutura fundiária acompanha, em grau íntimo, a organização da estrutura social, e, com isso, condiciona a disposição dos agentes,

grupos sociais e bens simbólicos ou materiais no território. Ao ser abstraída como mercadoria, a terra é alienada das dimensões culturais e de uso. Podemos resumir o argumento desenvolvido até então do seguinte modo: a episteme ocidental deixa um lastro material sobre os espaços colonizados. Esse lastro consiste na organização do espaço a partir da mutilação de parte de suas determinações concretas e da ênfase em categorias de produtividade/acumulação. Entendemos que o efeito dessa organização é a produção de categorias de subjugação social: negro/branco, mulher/homem etc. Assim, no capitalismo, o domínio sobre as coisas é também domínio sobre as pessoas. A partir de então, buscaremos apresentar como essa organização do espaço a partir da terra-mercadoria é a base que sustenta a *separabilidade* (Silva, 2016) nas cidades brasileiras.

3.1.2 - Faceta 2: A terra mercadoria e a separabilidade dos corpos

As cidades brasileiras são hoje a expressão urbana de uma sociedade que nunca conseguiu superar sua herança colonial [...] (Ferreira, 2005, p. 20).

Quando eu digo casa, penso que estou ofendendo as casas de tijolos. (Jesus, p. 57. 2007)

A partir de 1850 a sociedade brasileira experimentou uma hipertrofia dos seus sistemas urbanos, sustentada, sobretudo, pelos diversos projetos de industrialização que se buscaram efetivar no país. Sobre a estrutura colonial, tanto a transição econômica como a demográfica fizeram emergir novas formas de organização socioespacial e, com isso, o *urbano* passava a ser um problema cada vez mais recorrente nos estudos econômicos, sociológicos e geográficos brasileiros.

A atenção à especificidade da urbanização latino-americana reverbera em uma interpretação original do marxismo²⁷, a partir da expansão dos mercados globais e da consequente sedimentação da divisão internacional do trabalho (Furtado, 1998). Essa especificidade consistia fundamentalmente na concentração de renda, na produção informal de habitações e na desigualdade social – pilares sobre os quais as metrópoles brasileiras eram produzidas. Aqui, entendemos que a manifestação desses fenômenos no meio socioespacial se dá por uma lógica de fronteira, isto é, lógica que inscreve determinados corpos em posições

²⁷ Essa interpretação possui como expoente principal a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), de onde derivaram algumas das bases teóricas que fundamentaram projetos de desenvolvimento econômico brasileiro, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

(geográficas e sociais) expostas às mais diversas violências. O termo *fronteira* não significa, nesse raciocínio, a representação de um limite geográfico, mas sim a confecção de um sistema de poder que possui, como dimensão fundamental, a capacidade de separar.

Silva (2016) nos apresenta uma reflexão original sobre o termo *separabilidade*. Seu objetivo é construir uma leitura da exclusão social a partir de uma denúncia à violência dos modelos de pensamento cunhados durante a expansão colonial ocidental. Diferente da pensadora, não pretendemos, nesta pesquisa, propor novos esquemas de entendimento sobre o corpo e o mundo. Apesar da diferença quanto aos objetivos, a autora apresenta seu conceito através da elucidação da crise dos refugiados, marco que apoia nos limites políticos administrativos do Estado-nação a justificativa da construção de categorias de separação éticas pautadas na nacionalidade e nas manifestações culturais. Desse modo, a diferença é apropriada para a construção de um discurso que naturaliza uma cisão social extrema, efetivada por normativas jurídicas, pela naturalização de sucessivas mortes daqueles que atravessam as fronteiras dos países europeus em busca de melhores condições de vida e pela dificuldade que, uma vez tendo cruzado as fronteiras, esses grupos possuem de se incluir no mercado de trabalho, nas instituições de educação e nas políticas de assistência social. Um dos sintomas mais nítidos da exclusão é o sofrimento que aqueles que estão sob sua sombra suportam no cotidiano. Desse modo, entende-se, nesta pesquisa, que a separabilidade é o componente fundamental da lógica de fronteira: aplica-se sobre o corpo (através de esquemas de invisibilização) e tem na *propriedade* uma de suas formas de reprodução e mediação social.

O trabalho de Silva (2018) nos apresenta a evolução histórica do conceito de propriedade como uma das camadas para se discutir a natureza da desigualdade socioespacial brasileira²⁸. A partir das diversas transformações dos textos jurídicos e das interpretações coletivas sobre essa forma social, a autora confecciona uma lente teórica que nos permite entender os efeitos da terra-mercadoria na organização fundiária durante a ocupação colonizadora. Para tanto, ela retoma a discussão de propriedade a partir de suas múltiplas facetas: etimológica, semântica, jurídica, filosófica e aquela relativa às ciências sociais, em especial à antropologia e à sociologia. Como saída, a pesquisadora acata os conselhos de Grossi (2006) e Magalhães (2017) e assume a propriedade como uma ideologia de origem europeia –

²⁸ Em seu trabalho, podemos, sem muita perda, aproximar o que a autora trata como desigualdade socioespacial da *lógica de fronteira*: a disparidade de organização de pessoas nas cidades distribui determinados corpos em posições cuja exposição a violências – simbólicas ou físicas – é naturalizada.

constructo social amplamente difundido e reconhecido como dado da realidade. Trocando os termos, enquanto ideologia, a propriedade existe como forma social naturalizada e que naturaliza a relação entre um agente e um bem por meios jurídicos.

Entre os elementos capazes de conduzir essa mediação, podemos destacar a terra em sua face mercadoria. De forma breve, ao se constituir como mercadoria, uma determinada parcela de terra serve à lógica de fronteira como um instrumento a atualizar a lógica de separabilidade, concretizando situações de subjugação social e precarização territorial de contingentes populacionais. As ações de reintegração de posse ou a concentração de moradores em situação de rua em determinados redutos urbanos são exemplos de como a propriedade opera essa separação: no primeiro exemplo, a terra mercadoria (acompanhada de seu par complementar, a propriedade) é o que sustenta a inscrição de determinados corpos em categorias éticas e jurídicas (invasores; criminosos) e permite o uso de violência para removê-los dos limites profanados da propriedade privada; no segundo exemplo, os limites da propriedade privada tornam-se verdadeiras muralhas diante do corpo de um morador em situação de rua – afinal, impossibilitados de transpô-las sob o risco de cometer um crime, esses corpos acabam se agrupando em áreas residuais da cidade.

A separabilidade, nesse sentido, é operada dentro de um espectro que contempla as formas, categorias e modelos de reconhecimento próprios da noção de humanidade. Basta ter em mente o recente avanço dos discursos de ódio em redes sociais: sua consistência é justamente a confecção de categorias que expulsam determinadas minorias do reduto da humanidade.

Nesse espectro, os corpos separáveis deslocam-se entre posições de maior ou menor grau de reconhecimento social de sua própria humanidade. Mbembe, em duas oportunidades (no ensaio *Necropolítica*, de 2019, e em ensaio intitulado *Corpos-fronteira*, de 2021), aborda esse tema, introduzindo, respectivamente: as categorias de morte e de vida como dimensões concretas para fundamentação do campo da política, ao invés das proposições iluministas de liberdade e razão; e como, na Idade Média, algumas instituições surgiram para enclausurar determinados corpos que vagavam sem rumo, sem capacidade de produzir e sem oferecer maiores chances de controle à maquinaria do poder até então instituída na Europa. A esses sujeitos, próximos da morte e do controle, era criada uma nova ontologia. Separava-se, primeiro, para, depois, produzir sua diferença.

Ao produzirem-se as condições para a hiperexploração da massa recém liberta e, além disso, para a solidificação de uma elite fundiária e agrária, lançavam-se sobre o solo brasileiro os limites necessários para consolidar a lógica de fronteira como forma de mediação socioespacial na formação da economia industrial nacional. A impossibilidade de que esses corpos acessassem a terra reverbera – presumimos – nas tipologias de ocupação informal que se difundiram pelas cidades.

A obra de Carolina Maria de Jesus (2007) nos oferece uma bonita e dura ilustração desse argumento. Em *Quarto de Despejo*, Carolina constroi uma perspectiva narrativa de onde são costurados a cidade, a favela, a fome, a violência, o trabalho e seus afetos pessoais, todos esses elementos articulados por seu estar no mundo. Ao se debruçar sobre a obra de Carolina, Leandro (2015, p. 53) propõe que consideremos a dimensão do corpo, do discurso e do território ao analisarmos os escritos da poeta, uma vez que eles constituem elementos indissociáveis em seus escritos.

Através de sua vida na São Paulo dos meados do século XX, Maria de Jesus reflete sua posição na hierarquia socioespacial da cidade, onde ecoa a urgência da sobrevivência, organizando o entendimento dos lugares por onde vive a partir da miséria de seu dia a dia. Nesse movimento, sua posição autoafirmada de favelada contrasta com a rua²⁹, de modo que, sob seu ponto de vista, a cidade formal é desenhada como um oposto ao que sua autorreflexão exprime como a sua existência. Essa cartografia de São Paulo através da narrativa é destacada por Leandro, que também entende que, através de seus deslocamentos a pé, Carolina interage com o mundo. Nas palavras da autora:

[...] o olhar que se verte em direção à narrativa de Carolina, é atravessado pela dimensão do corpo através dos gestos e dos lugares que ele elabora e ocupa no interior das narrativas, e também pelo próprio corpo que escreve, que se desloca, afetando e sendo afetado pelos/nos/com os territórios nos espaços por onde transita. Corpo, discurso e território são dimensões indissociáveis em suas narrativas (Leandro, 2015. p. 53).

Carolina olha da favela para a cidade, mas também olha da favela para a favela. Nela, exprime as diferenças entre ela mesma e seus vizinhos. A partir de seu olhar, a favela é organizada pelas formas de sociabilização de seus moradores e, nesse sentido, torna-se multifacetada. Frente à cidade, a favela de Carolina é homogeneizada pela miséria; no entanto,

²⁹ Ao se referir à *rua* Carolina Maria de Jesus está se referindo à cidade formal, ao universo socioespacial fora da favela.

atravessando-se suas ruas de terra, a miséria também articula as diferenças entre os múltiplos lugares da favela e entre seus moradores.

Desse ponto, a favela como território não é o oposto imediato da rua. A favela em *Quarto de Despejo* torna-se o oposto a partir do encontro de seus moradores com o mundo: as marcas corpóreas da miséria articulam uma distinção nos processos de sociabilização entre favelados e o restante da população. Essa distinção, incrustada sobre o corpo, é compartilhada com seu território de (re)produção: a favela. Na narrativa de Carolina, a miséria é o elemento pelo qual se pode ligar o corpo e seus lugares.

3.1.3 - Faceta 3: A normatividade jurídica, a raça e a propriedade

Quando Raúl Prebisch criou a célebre imagem de “Centro-Periferia”, para descrever a configuração mundial do capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, apontou, sabendo-o ou sem saber, o núcleo principal do caráter histórico do padrão de controle do trabalho (Quijano, 2005, p. 120).

No Brasil contemporâneo, a propriedade, conforme argumentamos anteriormente, reverbera formas sociais e de sociabilidade do sistema colonial, sendo sua consolidação histórica uma das facetas pelas quais a desigualdade socioespacial adere à racialização das relações sociais e segrega o espaço urbano brasileiro. As análises clássicas sobre a segregação e a periferização urbana brasileira, como as de Kowarick (2012) ou de Villaça (2001), ainda que reconheçam a distribuição desigual entre pretos e brancos nos territórios das cidades, mensuram a perversidade da produção do território urbano a partir da renda, pouco explorando a amplitude dos mecanismos discriminatórios raciais que compõem sua organização. Nesse sentido, se, conforme é conhecido, o preço da terra urbana e a desigualdade de renda são fatores que compõem a dificuldade de algumas classes sociais em acessar a propriedade fundiária, a racialização do espaço urbano também se atrela às diversas configurações da ideologia da propriedade, bem como às suas formas jurídicas e sociais na história política do país. Em suma, a propriedade compõe os limites que demarcam, dimensionalmente, a desigualdade no espaço urbano. Assim, uma das faces da separabilidade são os limites das coisas materiais, sociabilizadas como propriedade.

A normatividade jurídica é o que medeia a relação entre o corpo e as coisas materiais tornadas propriedade. Ao nos atentarmos para os limites das coisas materiais, estamos destacando justamente a capacidade que o direito (enquanto campo de confecção de normas ou instituição) possui de se apropriar de objetos e lhes embutir uma dimensão socialmente difusa

e concreta, como é o caso da dimensão de propriedade. Na medida em que esses limites condicionam ações sociais, balizam deslocamentos de pessoas sobre o território ou definem sua (in)capacidade de usufruto, eles, na mesma medida, constroem o corpo capaz de operar dentro de ou a partir desses mesmos limites.

O cerne de nossa argumentação é este: na medida em que o direito produziu e produz os limites da propriedade no solo, ele produziu, igualmente, o contingente populacional excluído das condições (materiais e simbólicas) necessárias para se apropriar desse solo. Através da teoria da encriptação, proposta por Sanín-Restrepo (2020), podemos avançar na discussão sobre o papel da normatividade jurídica em sua costura entre a separabilidade e a erótica – derivações da mercadoria, exercidas pela terra. A contribuição de Sanín-Restrepo (2020) para nossas pontuações reside em oferecer um modelo pelo qual as facetas da terra são apropriadas e compõem o poder e seu exercício. Retomando seus termos:

(A encriptação) É a imposição de simulações institucionais de diferença que condicionam, neutralizam ou proíbem a agência (atuação) política, reduzindo-a (a diferença) a modelos estáticos e sólidos de identidade que se apresentam como a única forma de poder. Qualificar a vida impondo condições severas, bem como finalidades e hierarquizações, para o exercício do poder são, portanto, resumidamente os principais canais da encriptação do poder (Sanín-Restrepo, 2020, p. 2-4).

Acreditamos que a confecção do mercado de terras brasileiro a partir do desenvolvimento capitalista de nossa sociedade e a paralela constituição institucional da forma mercadoria sobre a terra atualizaram a fragmentação socioterritorial já imputada pela lógica colonial. Assim, a diferença antes colocada em voga pelos opostos casa grande/senzala, branco/negro-indígena-mestiço, senhor/escravo encontrou, agora, novos receptáculos a reproduzir essa lógica de dominação. Com a incorporação das terras devolutas no mercado fundiário brasileiro (ampliação da forma mercadoria sobre a maior parte do solo nacional), o que se estabelecia eram qualificações ou condições para o pertencimento à sociedade pós-escravocrata, ao mesmo tempo em que se preservavam as condições de dominação – ou seja, preservava-se a eficácia das categorias de subjugação consolidadas até então na sociedade brasileira – na nova formatação do trabalho. De forma abstrata, Sanín-Restrepo (2020) sintetiza nossas aferências:

A máquina de encriptação mais sofisticada da colonialidade é a ideia constitucional. Por meio dela, hierarquias (raciais, de gênero, nacionais) são estabelecidas, os bens de uso comum são privatizados e a democracia é destruída

em seu próprio nome, enquanto o capitalismo é instalado como a única verdade global (Sanín-Restrepo, 2020, p. 7).

Encriptado às dimensões jurídicas e econômicas do mercado de terras brasileiro estava o *sujeito de direito* capaz de acessá-lo. Valendo-nos, ainda, da teoria de Sanín-Restrepo, podemos observar que a transição do regime de trabalho foi efetiva ao confeccionar um modelo de qualificação e de condições de vida necessárias para se participar dos novos jogos sociais no interior da nova sociedade. O *ser*, para *ser*, deveria ser idêntico ao que esse modelo transcendente ditava. As diferenças, portanto, eram exercidas sob as restrições precisas do modelo – existia-se sobre qualidades corpóreas já ditadas (homem, branco, detentor de capital, terra, heterossexual etc). Esta é a dimensão ontológica do jogo de terras: confecciona-se, juntamente ao mercado, um modo de ser encriptado, cujas qualidades constitutivas são resguardadas jurídica, política e economicamente dentro do modo de produção capitalista.

2.3.2 *O corpo: um argumento ontológico?*

Embora desterrada para o domínio das particularidades, das contingências, ou exterioridades do ser no qual me confinastes, pulsa em mim, *em repulsa a esse ôntico ao qual me reduzistes*, um resto ontológico que busca um diálogo restaurador dessa dupla mutilação que empreendestes em relação a ambos. Tu te encontras encastelado na contemplação da Idéia que tens do *mundo e eu, anjo caído, residente nesse mundo* te convido a olhá-lo com olhos que te permitam ver nele a tua face refletida. Só eu posso te ofertar esse olhar no qual a plenitude do teu ser se manifesta (Carneiro, 2005, p. 21, *grifos nossos*).

Deus fez o mar, as árvore, as criança, o amor.

O homem me deu a favela, o crack, a trairagem, as arma, as bebida, as puta.

Eu? *Eu tenho uma bíblia véia, uma pistola automática e um sentimento de revolta.*

Eu tô tentando sobreviver no inferno (Letra da música *Gênesis*, Racionais MC's, 1997, *grifos nossos*).

Na cena da primeira citação, duas figuras opostas confrontam-se em prosa poética. Uma delas, desfigurada, muda e transparente: a encarnação da episteme ocidental, nomeada como “Eu hegemônico”. A outra, Sueli Carneiro, posicionada discursivamente no “lugar da escrava” (Sueli, 2005, p. 20), uma espécie de clausura histórico-subjetiva de onde se enuncia um manifesto. O leitor acompanha o embate por uma perspectiva ocular, junto de Sueli. Disparando contra a personagem amorfa, a autora formula uma crítica ao potentado colonial e apresenta os principais objetivos de sua pesquisa: expurgar a figura sombria produzida pelo Eu hegemônico *para seu e a partir de seu corpo*.

Através da denúncia escarrada pela *escrava*, Carneiro (2005) nos apresenta tanto sua posição social quanto a forma através da qual ocupa esse lugar, ambas formatadas a partir de

uma predeterminação simbólica. Para a *escrava* de Sueli, é como se sua existência no mundo social gozasse de uma definição anterior a seu ser, cujo significado é sempre apriorístico, ou seja, independente de sua participação. Trata-se de uma identidade compulsória, forjada sem a participação da personagem: uma casca existencial, sempre-já atualizada sob e sobre sua identidade individual, sendo assim um artefato a mediar sua trajetória em vida.

A *escrava*, posição assumida pela autora, é uma figura pré-determinada hipernegativada que, para existir, vincula-se às características corpóreas da própria Sueli, mulher negra retinta – à maneira como, em Carolina Maria de Jesus, a figura da favelada vincula-se ao corpo da poeta. Seu adversário não tem rosto, não tem corpo (ou não os declara em suas manifestações) mas, ainda assim, exerce de uma fortaleza cujo alicerce é a base epistemológica ocidental, a capacidade de controle e definição sobre ambas as posições – a do Eu Hegemônico e a da escrava. Aqui, as muralhas dessa fortaleza demarcam um reino inacessível a um grupo de seres amaldiçoados (anjos caídos – como o Eu lírico do *rap* que introduz, em segundo plano, este capítulo), condenados a vagar pela existência sem participarem da produção de si mesmos. Expulsos do castelo da autodeterminação, uma singularidade falsa (uma *categoria*) é forjada com vistas a sobredeterminar seu sentido político, econômico e subjetivo. Uma vez agrupados em larga escala, suas diferenças são achatadas, e a nova singularidade, massificada, é injetada em cada um deles por uma razão tirana e encastelada.

Condenados: uma luta permanente entre o humano e esse ser categórico construído e costurado na carne de cada um dos anjos caídos. A maldição, também compartilhada pela *escrava*, é a maldição da raça: um simulacro simbólico introjetado pelo *Eu hegemônico* naqueles que ele mesmo tratou de produzir. Um emaranhado em permanente crise entre “o ser e a aparência, a verdade e o falso, a razão e a desrazão, a linguagem e a vida” (Mbembe, 2018, p. 30).

Se, até então, esse confronto toma uma via lírica excessivamente poética para um texto científico, por outro lado, é justamente a partir do deslocamento desencadeado por esse recurso estilístico que a autora faz brotar uma ironia extremamente fértil de seu trabalho. Carneiro (2005) fissa a estrutura da tese acadêmica a partir de seu lugar social: objetiva-o em uma personagem e assume essa posição ironicamente, tomando consciência de que sua existência social é mediada por uma figura existente independente (*escrava*), que, similar a um parasita, lhe toma sua existência social para se concretizar.

Com a *escrava*, Sueli denuncia que em seu próprio corpo está depositada uma forma social que a empurra para a posição de afetamento (posição de exterioridade, da coisificação), lugar isento de autodeterminação. O corpo da autora gesta um modo de ser, é engolfado por uma casca existencial, que se arrasta permanentemente junto a sua trajetória de vida. Virar a página do capítulo introdutório da tese de Sueli Carneiro (2005) é, a partir de então, observar o teatro da *escrava* e do *Eu hegemônico* em termos científicos, no qual o enredo passa a ser a investigação sobre a produção da racialidade enquanto dispositivo de poder.

De sua pesquisa, podemos transladar três questões que auxiliam o desenvolvimento deste subcapítulo: de que maneira são construídas essas categorias que parecem suprasumir individualidades e entrelaçar a existência de sujeitos a uma espécie de produto simbólico negativo? Para o sujeito então categorizado, essa relação contígua entre ontologia, corpo e vida social é passível de ser fissurada? Há alguma possibilidade de agência, de ruptura dessa casca ontológica, da qual o sujeito categorizado foi revestido? Com relação à última pergunta, a consciência irônica da autora ao narrar o supracitado teatro nos permite afirmar que existe um limite para o domínio ontológico.

Como Carneiro, que em Foucault enxergou condições de apresentar os incômodos que essa forma social (raça) lhe provocava a partir de um arcabouço teórico, buscamos, aqui, desenvolver as questões levantadas a partir das propostas de Pierre Bourdieu e seu trato dialético sobre a problemática da agência e da estrutura estabelecida dentro das ciências sociais. A escolha por Bourdieu sustenta-se, além desse motivo, pela centralidade do *corpo* em sua teoria social³⁰. Com certeza, a maior recorrência de um conceito na obra de um determinado pensador leva a uma aplicação mais rigorosa, seja do próprio conceito, seja da constelação de termos que o acompanham. Em nossa pesquisa, o descuido com essa palavra (*corpo*) pode se

³⁰ Essa relação é especialmente destacada no Capítulo IV de *O poder simbólico*, intitulado "História reificada e incorporada". O problema tratado por Bourdieu nas páginas iniciais do texto é o de denunciar e superar o que o autor trata como *misticismo* (p. 78) entranhado nos termos e argumentos filosóficos e históricos. Essa postura metafísica é produto de uma falta de capacidade dos pensadores em trabalhar o problema da *herança e do herdeiro* (termos emprestados de Marx) no mundo social. Assim, Bourdieu (2001b) busca em proposições da fenomenologia de Heidegger e Merleau-Ponty a noção *corpo* para entrelaçar as determinações sociais de um mundo que se apresenta ao agente (estrutura-estruturada) à sua incorporação e ao espectro de ação (estrutura estruturante). "A relação dóxica com o mundo natal, essa espécie de empenhamento ontológico que o senso prático instaura, é uma relação de presença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história" (Bourdieu, 2001b, p. 83).

reverter em um problema duplamente teórico e metodológico, uma vez que aproximamos aqui tradições de pensamento que nem sempre veem-se lado a lado.

Entretanto, assumindo o risco e precavendo-nos contra os descuidos, podemos também avançar sem muitas dificuldades em uma problemática que acompanha este texto desde as primeiras páginas. Em que sentido o conflito entre subjetividade e objetividade toma o *corpo* como palco principal? Bourdieu (2001a)³¹ atrela às estruturas cognitivas (ou, se preferirmos, princípios cognitivos de reconhecimento da realidade) as estruturas sociais. O mundo social apresenta-se a determinado agente na dimensão em que esse mesmo agente pode percebê-lo enquanto realidade. Trata-se, portanto, de uma implicação entre agência e estrutura. Esta é uma das características de sua sociologia: Bourdieu rejeita os esquemas de representação binários para analisar o mundo social. Não há, com isso, uma oposição dualista entre corpo e mente, objetividade e subjetividade, entendimento e sensibilidade. O corpo é o sítio primário de conhecimento do mundo social. De forma inversa, o mundo social torna-se inteligível a partir de sua incorporação por parte dos agentes nele investidos. Essas proposições, trabalhadas por Bourdieu de forma transversal ao longo de sua obra, fazem-nos atentar para uma relação de interface entre as determinações sociais e a ação individual, diálogo que o corpo parece abrigar. Para o autor, o corpo é, antes de tudo, o veículo da prática – em outros termos, o veículo da agência.

A prática é uma investida do agente que implica as dimensões mais sociais da existência individual e as dimensões mais individuais da existência social num ambiente ampliado (mundo social), saturado de diversos investimentos de mesma natureza. A posição do agente é constituída tanto pela externalização de seus interesses quanto pela parcialidade com a qual o mundo social se oferece à sua localização social. Nesse movimento dialético entre o social e o individual estabelece-se um determinado estado habitual, ou seja, um determinado conjunto de disposições, tendências e inclinações a reconhecer no mundo os princípios inculcados pelas relações sociais constitutivas desse mesmo mundo. O espaço social tende a se retraduzir no espaço físico, sob a forma de um certo arranjo de agentes e propriedades. Essa estrutura de reprodução é um dos desdobramentos do seguinte argumento: “Não existe ninguém que não

³¹ Embora, como apresentado, o *corpo* tenha um papel transversal na obra de Pierre Bourdieu, aqui optamos por trabalhá-lo principalmente pela obra *Meditações Pascalianas*, conjunto de ensaios escritos ao final da vida do sociólogo e que, por isso, condensa os debates, argumentos, pesquisas e conclusões construídos ao longo de sua trajetória intelectual.

seja caracterizado pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente” (Bourdieu, 2001b, p. 165).

Se fica destacado o movimento de reprodução das estruturas sociais pelo agente (trata-se de um efeito da parcialidade com que esse mundo informa determinada posição social de sua existência), resta esclarecer sobre as condições de transformação do mundo social – definidas pela margem com que cada indivíduo pode acionar estratégias para converter determinada disposição de estruturas e agentes em uma disposição de seu desejo. Nesse ponto, cabe destacar a diferença traçada por Bourdieu entre o corpo e o agente.

Em Bourdieu, o agente tem como referente fundamental o espaço do campo, um lugar diferencialmente constituído em relação aos demais agentes. O corpo, por sua vez, tem como referente fundamental sua vinculação a um lugar no mundo. Entenda-se por *lugar* não apenas o critério locacional, afinal: “O que está inscrito no mundo é um corpo para que possa existir um mundo, incluído no mundo, mas segundo um modo de inclusão irredutível a simples inclusão material e espacial” (Bourdieu, 2001a, p. 165).

O mundo é dotado de sentido porque o corpo, tendo a capacidade de estar presente no exterior de si mesmo, ficou exposto às suas regularidades. Tendo adquirido, por esse motivo, um sistema de disposições ajustado a tais regularidades, o corpo se acha inclinado e apto a antecipá-las praticamente em condutas que mobilizam um conhecimento pelo corpo capaz de garantir uma compreensão prática do mundo. A concretização do desejo de realização – também chamada por Bourdieu de “princípio de ação” (Bourdieu, 2001a, p. 183) – depende, nesse sentido, do modo de funcionamento do mundo social ou do campo no qual determinado agente está inserido.

O mundo social inscreve suas estruturas não apenas sob os limites desse embate interno ao agente, mas também na disposição das coisas dentro do espaço (físico e social). Essa atualização das estruturas sociais, quando analisada a partir do prisma da prática, se configura como uma margem de possíveis: trata-se do limiar que define as ações e intenções que possuem condições de se concretizar. Assim, o social possui, ao menos, dois estados cúmplices entre si: a história (estruturas) objetivada nas disposições das coisas e a história encarnada nos corpos (*habitus*).

Reside na cumplicidade entre dois estados do social, entre a história tornada coisa, ou melhor, entre a história objetivada nas coisas, sob a forma de estruturas e mecanismos, e a história encarnada nos corpos, sob forma de *habitus*, cumplicidade que funda uma relação de participação quase mágica entre essas duas realizações da história (Bourdieu, 2001b, p. 184).

Esse motor da (re)produção social é ainda teorizado por Bourdieu a partir da derivação da história entre história objetivada e história atuada. Seu ganho em relação a proposições dialéticas similares (como a relação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto* que Milton Santos (2008) retoma de Marx (2016) para sustentar a relação entre formas geográficas e o contexto social) é a preservação da dimensão da agência como amálgama entre a disposição das estruturas em um dado momento e sua disposição subsequente. Para Bourdieu não há processo social sem prática, e não há prática sem intencionalidade.

[...]a história objetivada (nos instrumentos, monumentos, obras, técnicas etc.) somente consegue converter-se em história atuada e atuante quando é assumida por agentes que, por conta de seus investimentos anteriores, se mostram inclinados a se interessar por ela e dotados das aptidões necessárias para reativá-la (Bourdieu, 2001b, p. 184).

Dito isso, a correspondência entre as posições ocupadas no mundo social e as tomadas de posição (prática) não possuem um caráter meramente mecânico. As ações se estabelecem por meio de estratégias de agentes dotados de *habitus* e de capitais específicos diferentes, ou melhor, de um domínio desigual das formas de atuação, ação e percepção herdadas das gerações anteriores.

O corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo. As próprias estruturas do mundo estão presentes nas estruturas (ou melhor, os esquemas cognitivos) que os agentes empregam para compreendê-lo: quando é a mesma história que sobrepõe o *habitus* e o *habitat*, as disposições e a posição, o rei e sua corte, o patrão e sua empresa, o bispo e sua diocese, a história se comunica de algum modo consigo mesma, reflete-se nela própria. A relação dóxica com o mundo natal é uma relação de pertencimento e de posse na qual o corpo possuído pela história se apropria de maneira imediata das coisas habitadas pela mesma história. E somente quando a herança se apropriou do herdeiro que o herdeiro pode se apropriar da herança (Bourdieu, 2001b, p. 185).

A sociologia de Bourdieu reconhece no corpo um motor fundamental da vida social, que é a intencionalidade. Esse motor é condição de existência do agente, afinal, a partir da intencionalidade o agente investe seus interesses no mundo social, em processo denominado como prática pelo autor. O mundo social, por sua vez, é um meio saturado das investidas de diversos agentes. Nessa ótica, o mundo social não é uma plataforma neutra, mas um processo dialético de interação entre as várias intenções e interesses nele investidos. Isso significa que todo agente nasce em um mundo em permanente disputa, seja pela transformação das estruturas

sociais existentes ou por sua manutenção. Tomando uma explicação esquemática: o mundo social não é uma folha em branco, à espera da intenção de cada novo agente para ser preenchida; e, da mesma forma, o agente não é uma tábula rasa, a qual reflete livremente os processos do mundo. Basta, aqui, lembrar a escrava de Sueli, que enfrenta uma condição de existência imposta na busca por definir a si mesma. A ação de reivindicar a si própria é também uma intenção lançada sobre o mundo.

Essa retomada nos permite apontar o resultado de nosso esforço teórico: o corpo é ao mesmo tempo o instrumento e a plataforma pela qual os processos de constituição do *ser* (enquanto participante objetivado do mundo social e, simultaneamente, enquanto síntese subjetiva de uma experiência individual) são disparados. Neste trabalho, defendemos a posição de que a política fundiária e a mutilação da terra em terra-mercadoria constituem-se como estrutura frente a qual determinados sujeitos têm seus *modos de ser* compulsoriamente definidos.

2.3.3 Apontamentos parciais: sobre a terra e o corpo negro

Quais marcadores sociais conferem a alguém a capacidade ou não de se apropriar da terra? Quais efeitos a construção desses marcadores têm sobre determinado agente? De que modo os processos sociais preservam, transformam ou destroem as estruturas de estratificação social no curso da história?

No jogo de terras brasileiro, a retomada bibliográfica feita por essa pesquisa nos permite entender que a confecção da forma social terra-mercadoria produziu tanto as configurações econômicas e políticas pelas quais se formaria a elite agrária brasileira quanto os termos pelos quais grupos populacionais seriam impedidos de se associar solidamente à terra. Aqueles condenados (para utilizar expressão consagrada por Fanon, 2022 [1971]) pela política fundiária instaurada no Brasil Colonial e pelo mercado de terras constituído e reproduzido nas primeiras décadas do Brasil Império e durante o Brasil República tiveram de buscar outras formas, que não a propriedade jurídica, para rearranjarem sua relação com o lugar onde firmam o pé.

Fora do regime jurídico da propriedade, existem e existiram no Brasil formas extremamente singulares de vinculação entre corpo e terra. Os quilombos e aldeias, por exemplo, se observados pela lógica instaurada pela política fundiária colonial, mostram-se como uma anomia socioespacial, mas sustentam, entretanto, possibilidades de existências outras por se afastarem da *ontoepistemologia* colonial. Entre um corpo racializado que viveu

toda sua vida no meio urbano brasileiro e o corpo quilombola – ou indígena – que articula a relação entre seu eu e as coisas do mundo por uma outra episteme, há um espectro sobre o qual é necessário marcar os objetivos desta pesquisa. Em verdade, a formação do sistema fundiário brasileiro é também a consolidação de uma forma sistêmica de exclusão econômica e simbólica, que toma o corpo para perpetuar modelos de subjugação dentro de uma episteme e de uma lógica de sociabilidade própria.

Nossa pretensão teórica, ao costurar a carne à terra, é também entender quais as determinações simbólicas que permeiam a exclusão e de que forma elas são reproduzidas. Ou seja, mapear as estruturas que produzem e violentam determinadas formas de existência dentro de uma sociedade de origens coloniais, e não, como seria igualmente válido, mapear e articular epistemes outras, que resistem ao processo de dominação e subjugação por nós caracterizado.

Com esse interesse, assumimos um foco maior na caracterização da matriz que sustenta, ainda hoje, processos de subjugação e conformação dos corpos e de seus lugares no mundo. Assumimos que a estrutura fundiária é, simultaneamente, a matriz pela qual uma episteme consolidou categorias de existência negativadas e reproduziu sistemas de estigmatização sobre corpos. A transformação jurídica do termo “terra” ao longo da história de formação da república brasileira e os reflexos provocados pelo modelo econômico nacional frente à organização fundiária (das sesmarias à economia agrícola do latifúndio, à organização territorial em torno da atividade mineira e ao inchaço dos grandes centros pela industrialização tardia) perpetuaram o regime de propriedade de maneiras distintas dentro do país.

Apesar do sistema produtivo agrícola ser a base sobre a qual o Brasil foi inserido na divisão internacional do trabalho, o caráter exportador da economia colonial exigia pontos de articulação entre o poder político-econômico nacional e o mercado internacional. Oliveira (1982) destaca que, nesse processo, são as cidades as conformações socioespaciais privilegiadas do controle e da acumulação capitalista e, portanto, as formas políticas responsáveis pelo gerenciamento da condição colonial diante da rede econômica internacional. Apesar de se apresentar de forma distinta, o protagonismo das cidades é preservado durante as transformações econômicas experimentadas pelo Brasil do século XXI, onde o processo de industrialização disparou um fluxo demográfico sem precedentes, com a emigração do campo às cidades brasileiras.

As formas particulares de produção do espaço urbano que surgiram então não passaram despercebidas pelos intelectuais de diversos campos do conhecimento. Conforme a retomada de Zanatta (2022, p. 28), são esses aspectos da “crise urbana desde o sul” que serão apropriados para a constituição do campo dos estudos urbanos brasileiros. A “má distribuição de renda, o subemprego e desemprego, o endividamento, habitações precárias e amontoadas, o baixo acesso à serviços públicos básicos, os problemas de nutrição e saúde precária, o isolamento, a insegurança e a violência” (Zanatta, 2022, p. 33) fizeram com que o objeto *cidade* assumisse as feições de “uma máquina trituradora, na qual o indivíduo, imerso e perdido na massa, aliena-se” (Santos, 2017, p. 173).

Sobre esse ponto, Canetti (2020) relembra que, ao longo da década de 1950, o Brasil viu surgir uma sociologia que “teve que se haver com uma situação que não era completamente explicada pelos modelos teóricos mais gerais de origem europeia (...) [sendo necessário, então, interpretar criticamente a] precariedade constitutiva da produção do espaço e da vida cotidiana numa situação periférica ” (Canetti, 2020, p.45). A periferia tornava-se, assim, tanto uma chave interpretativa pela qual caracterizou-se a posição geopolítica brasileira (Oliveira, 1982; Valadares, 2001), quanto a forma particular de uma condição determinante para a reprodução social do capital em crise, que atua parasitando formas de subjetividade e corroendo a capacidade orgânica dos trabalhadores em todo o mundo (Canetti, 2020).

Embora não esteja em nosso horizonte o aprofundamento do debate sobre o conceito de *periferia*, podemos tomar emprestadas as reflexões dessa tradição crítica para entender que, uma vez atravessada pela categoria fictícia da mercadoria, a relação ontológica corpo-terra (nos presentes termos, *corpo-terra mercadoria*) no urbano brasileiro contribuiu para a constituição de um meio socioespacial saturado de *fronteiras*, ou seja, uma tal configuração socioespacial onde corpos são permanentemente categorizados, agrupados, diferenciados e hiperexplorados no espaço urbano.

Os próximos capítulos buscam trabalhar, *a partir de e com os* efeitos concretos do processo de interação entre as *fronteiras* do urbano. Nesse sentido, buscamos conduzir a análise dos documentos a partir de um mote central: o que se falava sobre o corpo? Como esses discursos construíram categorias da prática social? Nossa tarefa seria tanto mais fácil caso a implicação entre corpo e terra nos fosse apresentada de antemão nas mídias pesquisadas para constituição de nossos argumentos. Entretanto, o arcabouço teórico é, antes disso, um artefato a ser operado diante dos elementos que compõem os discursos, narrativas e imagens

cristalizadas pela História em direção à constituição de um relato-outro sobre seu sentido e seus efeitos.

Veremos que, ao produzir análises técnicas sobre o sítio de implantação da futura capital e sobre a população que ali vivia, os técnicos não se furtaram de apresentar características sobre o corpo dos moradores e sua incompatibilidade com as virtudes da terra que ocupavam. Ao separar terra e carne, era possível construir imagens de qualidades antagônicas e pobremente contraditórias entre os corpos e seus lugares. Nesse sentido, a construção das categorias da prática social – dos *nomes* – brotavam a partir de uma cisão imposta no duplo carne-terra, movimento esse que teve, como principal efeito, a constituição de limiares de estigmatização e desestabilização ontológica no mundo social do pequeno arraial que antecedeu a cidade Belo Horizonte. Do ponto de vista da produção do espaço, a construção dessa ruptura ecoou no desenho urbanístico, no zoneamento urbano e no conjunto de leis elaboradas para regular o uso, a ocupação, a compra e a venda dos lotes parcelados.

O gerenciamento das categorias a nível social e simbólico exigia um eficaz gerenciamento material. Nosso esforço, portanto, trata-se da reconstrução de um fio narrativo, que diz respeito aos primeiros 25 anos da formação urbana da cidade (1895-1920) a partir do uso do tensionamento ontoepistemológico elaborado na primeira parte do trabalho. Essa postura direcionou nossa análise a documentos e falas já consagrados em retomadas historiográficas da formação da cidade de Belo Horizonte, todavia, explorando em sua linguagem a concatenação entre corpo e terra. Ainda que o recorte assumido pela pesquisa compreenda um período que se estende desde as primeiras desapropriações realizadas no arraial, na metade da década de 1890, até o que Guimarães (1991) assumiu como o primeiro boom imobiliário da cidade, na década de 1920, buscamos gotejar, no texto, homologias entre situações observadas atualmente no centro de Belo Horizonte e os processos decisórios e políticos que embasaram a separabilidade (Silva, 2016) desde os primeiros dias de concepção da capital. Ao aproximar contextos tão afastados temporalmente, o que se pretende é demonstrar a eficácia e a permanência das estruturas de distinção social que alicerçaram e alicerçam o mundo social da nascente Belo Horizonte. As consultas realizadas foram operacionalizadas de forma a construir um fio narrativo que permitisse uma composição diversa sobre o corpo na cidade. Para tanto, nos valem de reportagens de jornais da época, relatórios produzidos pelo poder público, os textos jurídicos – sobretudo os que se referem ao uso e ocupação do solo de Belo Horizonte,

fotografias, pinturas, mapas e estudos já consagrados sobre a produção do espaço na nascente capital.

3 SEGUNDA PARTE: O CENTRO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

3.1 O manejo dos corpos e os corpos indesejáveis

O progresso não se faz impunemente! (Prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro, no primeiro Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, 1900-1902, pág 7)

Quem, com espírito perspicaz e observador, estuda o movimento da construção da nova cidade, atende às circunstâncias de lugar, de tempo e de pessoas, vê a ordem e a harmonia que reina, o andamento regular de todos os serviços, admira-se e conclui reconhecendo que verdadeiramente Deus tem protegido a nova Cidade de Minas, desde seus primeiros fundamentos. (Dias, 1897, p 8)

Entre o Hipercentro de Belo Horizonte e o bairro Bonfim, os únicos percursos possíveis de se fazer a pé são por duas passarelas: uma primeira, mais movimentada, conecta o Terminal Rodoviário Municipal a uma praça residual, fruto das intervenções viárias que mutilaram a região nos últimos 50 anos. Por esse caminho, é necessário passar pela estação de metrô Lagoinha e percorrer as calçadas da Rua Bonfim e da Av. Dom Pedro II até as primeiras ruas do bairro. A segunda passarela, mais tímida, está instalada atrás do Restaurante Popular Herbert de Souza, assentado na Av. do Contorno sobre o Ribeirão Arrudas, onde, três vezes ao dia, no horário das refeições, moradores em situação de rua e outros usuários do serviço aglomeram-se em filas que, por vezes, percorrem duas esquinas da quadra. Essa passarela passa sobre a linha de metrô, sob um dos muitos viadutos do complexo viário da Lagoinha e termina na Rua Padre Paraíso, no bairro Carlos Prates. Para acessar o Bonfim, continua-se pela Av. Tereza Cristina por duas quadras, vira-se à direita, corta-se a Av. Dom Pedro II e, finalmente, adentra-se os limites do bairro (**Fig. 1**)³².

Ao sair da passarela do segundo percurso, até 2019, o pedestre se deparava com uma aglomeração de usuários de crack, com algumas barracas franzinas, às vezes, com discussões mais ou menos acaloradas a respeito do sumiço de algum item de alguma barraca e com cachimbos e latas iluminadas pela queima da pedra, cenas encarnadas por pessoas com as mais diversas características demográficas: gênero masculino ou feminino, cisgêneras ou transgêneras, crianças, adolescentes, adultos e idosos, gestantes. Negras em sua maioria.

³² Recomendamos à leitora que acesse às localidades do percurso também através do link:

< https://www.google.com/maps/@-19.9136625,-43.9417791,984m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&_ep=EgoyMDI0MDkyNC4wIKXMDS0ASAFQAw%3D%3D>.

Durante aquele ano, uma série de ações policiais buscaram desarticular a pequena cracolândia³³. Até a completa desmobilização, presenciei, por acaso, três delas. Uma, pela manhã, ao ir à faculdade, e outras duas vezes à noite, voltando para casa. Em todas elas, a mesma lógica de operação: enfileiravam-se as pessoas na parede do viaduto, ao tempo em que eram destruídas suas instalações improvisadas. Ao final, os moradores daquela rua, vários deles sem nada exceto a roupa do corpo, dispersavam-se.

Expulsos dali, penso que alguns lugares fáceis eram seu principal destino: os baixios dos viadutos da Lagoinha, a cerca de 500 metros de distância, junto a um grupo já existente de moradores em situação de rua – exatamente no ponto de saída da primeira passarela; em barracas pontuais, entre os trilhos do metrô e a Av. do Contorno; ou, mais improvavelmente, em alguma rua próxima à Praça da Estação, importante marco no hipercentro belorizontino. Havia fatores comuns a todos os possíveis rumos levantados nesse exercício de imaginação: primeiro, todos margeiam o limite norte da Av. do Contorno, em área próxima aos bairros Lagoinha e Colégio Batista; segundo, em todos é possível ver, à luz do dia, *corpos abjetos* (Rui, 2012) vagueando ou descansando sob carrinhos de sucata, por vezes mendigando a algum pedestre que, dificilmente, atravessa a região.

Para o observador cotidiano atento, uma rede de relações desvela-se. Na região das passarelas, um microcosmo comercial, difícil de se mapear por dados estatísticos oficiais, estrutura o percurso diário de vários catadores: muitas sucatarias, distribuídas ao longo das ruas Itapecerica e Além Paraíba, ao redor da Praça do Peixe, em edificações pontuais ao longo da Av. Dom Pedro I, da Av. Nossa Senhora de Fátima e em pequenos lotes na própria Rua Padre Paraíso servem como centro de gravidade à rota dos catadores. Ao final do dia, carcaças de alumínio, fruto de várias horas de trabalho nas ruas centrais, delimitadas pela Av. do Contorno, são negociadas com os proprietários. Em cantos das ruas próximas aos percursos de travessia, após às 20:00, barracas são levantadas e fogueiras, acesas. Alimentos são cozidos, roupas, lavadas. Os moradores em situação de rua utilizam pontos de tomada de água na Praça do Peixe

³³ A cracolândia relatada era apenas uma entre as várias existentes na região. Ao final da década passada, pequenas aglomerações de usuários da droga foram desmobilizadas, sobretudo as mais próximas à Avenida do Contorno, em ações sem nenhuma cobertura midiática. Sobre o tráfico e comércio de crack na região, ver: Saffari, Luis; Sena, Lúcia; Silva, Bráulio. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. *Revista DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 5; nº 1. Rio de Janeiro, JAN/FEV/MAR 2012. p. 37-60; Salgado, Nayara. A pedra não para: um estudo sobre a cracolândia na cidade de Belo Horizonte/MG. *Rev. UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.268-293, jan./jun. 2013

para higienização de seus objetos e de si mesmos. À noite, evita-se, mais que dia, a passagem na região.

Nesse cenário, é difícil diferenciar quem é quem: moradores em situação de rua, usuários de crack, traficantes, catadores de sucata, camelôs, pedestres. Essas categorias são comumente confundidas e agrupadas em outras, mais amplas e indefinidas, que buscam organizar todo o caos em grupos da alteridade: *nóias*, *cracudos*, *vagabundos* etc. Os grupos estigmatizados valem-se da estrutura urbana da região como abrigo – em verdade, o jogo histórico de interesses e as decisões políticas que sedimentaram-no no ambiente construído (Cruz, 2022) tornaram aquela região propícia à aglomeração desses corpos-Outros. Trata-se de uma interação entre negativos: lugares residuais, de baixa qualidade urbanística, abandonados pela “vida” urbana e corpos supérfluos, “condenados ao abandono” (Mbembe, 2021, p. 75).

Fig. 1: Localização dos pontos narrados



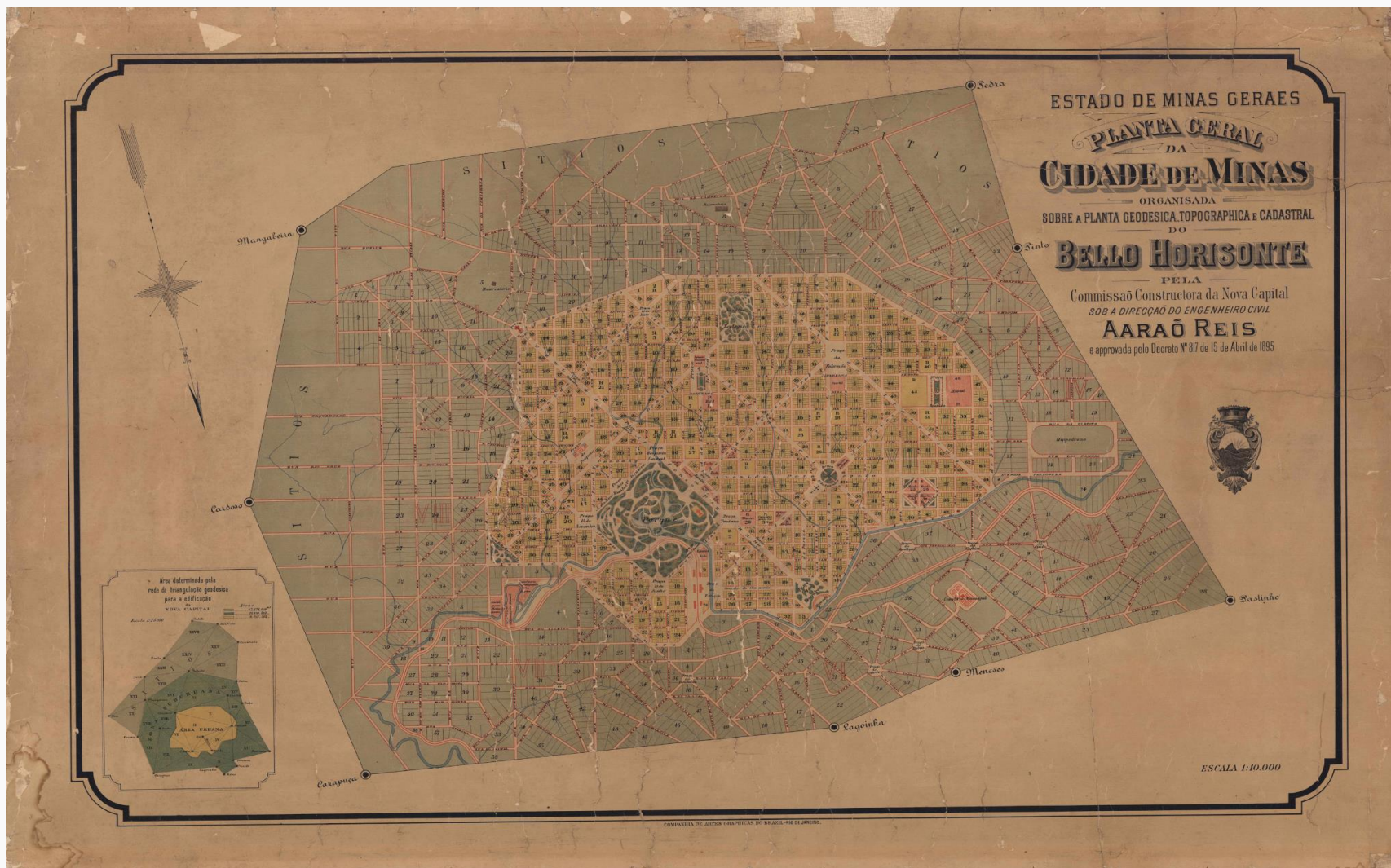
Tanto o agrupamento de pessoas naquelas ruas, praças e viadutos, quanto a desmobilização da cracolândia, em 2019, compartilham um mesmo fio condutor, que, aliás, remonta ao projeto e às obras³⁴ de transferência da capital mineira de Ouro Preto à então chamada Cidade de Minas: o manejo de corpos indesejados no meio socioespacial. Em verdade, implica-se ao mesmo movimento de expulsão e reagrupamento dessas pessoas no espaço, a produção de uma cisão na qual o próprio ambiente construído torna-se, a um só tempo, causa e efeito desse ato de separação. No caso de uma intervenção planejada como a que inaugurou a nova capital de Minas Gerais, o germe da *separabilidade* (Silva, 2016) encontra-se já em seu plano de ocupação e na planta definitiva, que norteou as obras viárias e arquitetônicas.

Aqui, buscaremos argumentar como a inserção de um boulevard periférico (atual Av. do Contorno mas, nas primeiras década e no projeto de parcelamento da cidade, Av. 17 de Dezembro) a delimitar a zona urbana da nascente Belo Horizonte forneceu os princípios para consolidação de um sistema de exclusão estruturante *de* e estruturado *por* um tensionamento permanente entre o visível e o invisível, entre o dito e o não dito, na constituição da atual área central da cidade. O embrião desse sistema foi articulado pelos desdobramentos de uso e ocupação da Planta Geral da Cidade de Minas (**Fig. 2**) e, principalmente, pela Lei Adicional à Constituição Mineira nº 03, de 17 de dezembro de 1893 - que dispôs sobre a criação e o preço dos lotes na nova capital.

O entrelace desses dois pilares produziu: a) a escassez de lotes urbanos, com a conseqüente confecção de um tecido urbano com localidades distintas e distintivas, de maior raridade, que instaurou e replicou a nova estratificação social da cidade; b) as condições - sejam elas econômicas ou institucionais - de aquisição e apropriação da terra parcelada; e c) a categorização de contingentes populacionais em grupos da alteridade e de presença indesejada na nova capital, cuja imagem apoiava-se em princípios abstratos como o ‘progresso’ e a ‘modernização’. Esses fatores também comandaram permanências e mudanças no meio socioespacial da região central da capital durante o avançar do século seguinte - o boulevard periférico, atual Av. do Contorno, ainda secciona o mundo social da cidade.

³⁴ O projeto e as obras de Belo Horizonte foram desenvolvidas por grupos articulados dentro da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), criada a partir do Decreto nº 680, de 14 de fevereiro de 1894. A nova capital foi inaugurada em 1º de dezembro de 1897 com o nome de Cidade de Minas, mudado, em 1900, para Belo Horizonte. Neste trabalho, quando tratarmos da capital pelo nome *Cidade de Minas*, estaremos nos referindo aos primeiros 3 anos de sua existência, e quando a tratarmos por Belo Horizonte, referimo-nos aos anos que se seguem ao séc. XX.

Fig. 2: A Planta Geral da Cidade de Minas – em amarelo, a Zona Urbana, seccionada pela Av. do Contorno, em verde, Zona Suburbana.



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1895.

Mesmo que grandes trabalhos de sistematização tenham tematizado os primeiros movimentos de construção e gerenciamento do território nas obras de transposição da capital mineira³⁵, poucas obras nos permitem uma saída analítica bifurcada entre os *afetos* provocados pela destruição do antigo arraial e os debates políticos que então emergiram na vida pública mineira como o romance *A Capital*, do escritor Avelino Fóscolo. Publicado originalmente em 1903, a obra narra o processo de transposição da capital a partir da angústia de personagens pertencentes à pequena elite do Curral Del Rey, arraial pré-existente às obras que viriam a modificar toda a região. Fóscolo acompanha os debates políticos e intelectuais existentes sobre a nova capital³⁶, tornando-se um telespectador privilegiado das transformações que culminaram na construção de Belo Horizonte e das rupturas e modificações institucionais e econômicas que marcaram a transição entre o século XIX e XX em Minas Gerais. Embora seu texto, como trata Regina Duarte, tenha “a cidade como grande protagonista”, uma vez que “Belo Horizonte é mostrada na miséria que as fachadas não logravam esconder, nas expropriações desonestas dos terrenos, na especulação, na mendicância, na busca inescrupulosa do lucro” (Duarte, 1988, p. 51), ele também nos apresenta, em suas entrelinhas, uma personagem tão importante quanto a nova cidade: *o progresso*.

Pelo *progresso*, Fóscolo (1979) articula os afetos de suas personagens: Cunha, ambicioso ex feitor de escravos, dono de um famoso armazém da localidade, que via na especulação fundiária saída rápida para enriquecimento pessoal. Em seu negócio, reuniam-se frequentemente "o Mestre Pinto, professor aposentado, o Félix, charlatão do lugar, e Libório, diretor da Sociedade Filarmônica de Santa Cecília" (Fóscolo, 1979, p. 75), grupo que fantasiava sobre os novos tempos, na já iminente instalação da futura cidade, tema que, pouco a pouco, difundiu-se pelo arraial. Como resume Aguiar (2009, p. 156), dentro do humilde armazém, essas personagens “esboçaram seus sonhos de riqueza: a vinda da capital valorizaria as propriedades do arraial, o governo pagaria bons alugueis e a nova cidade se ergueria aos poucos, reformando-se e ampliando-se o velho arraial”.

É diante do progresso evocado pela transposição da capital do estado que novas intenções são articuladas, projetos pretensivos de enriquecimento pessoal são feitos e que cada

³⁵ São exemplos: dois fascículos da *Revista geral dos trabalhos*, editada pela própria CCNC, de forma a publicar os avanços na construção da nova capital; o livro *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*, do pároco do arraial, padre Francisco Martins Dias e o segundo volume de *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*, esforço de sistematização de Barreto (1950).

³⁶ Ver Duarte (1988) e Pereira (2019), nesta última, em especial as páginas 125-130.

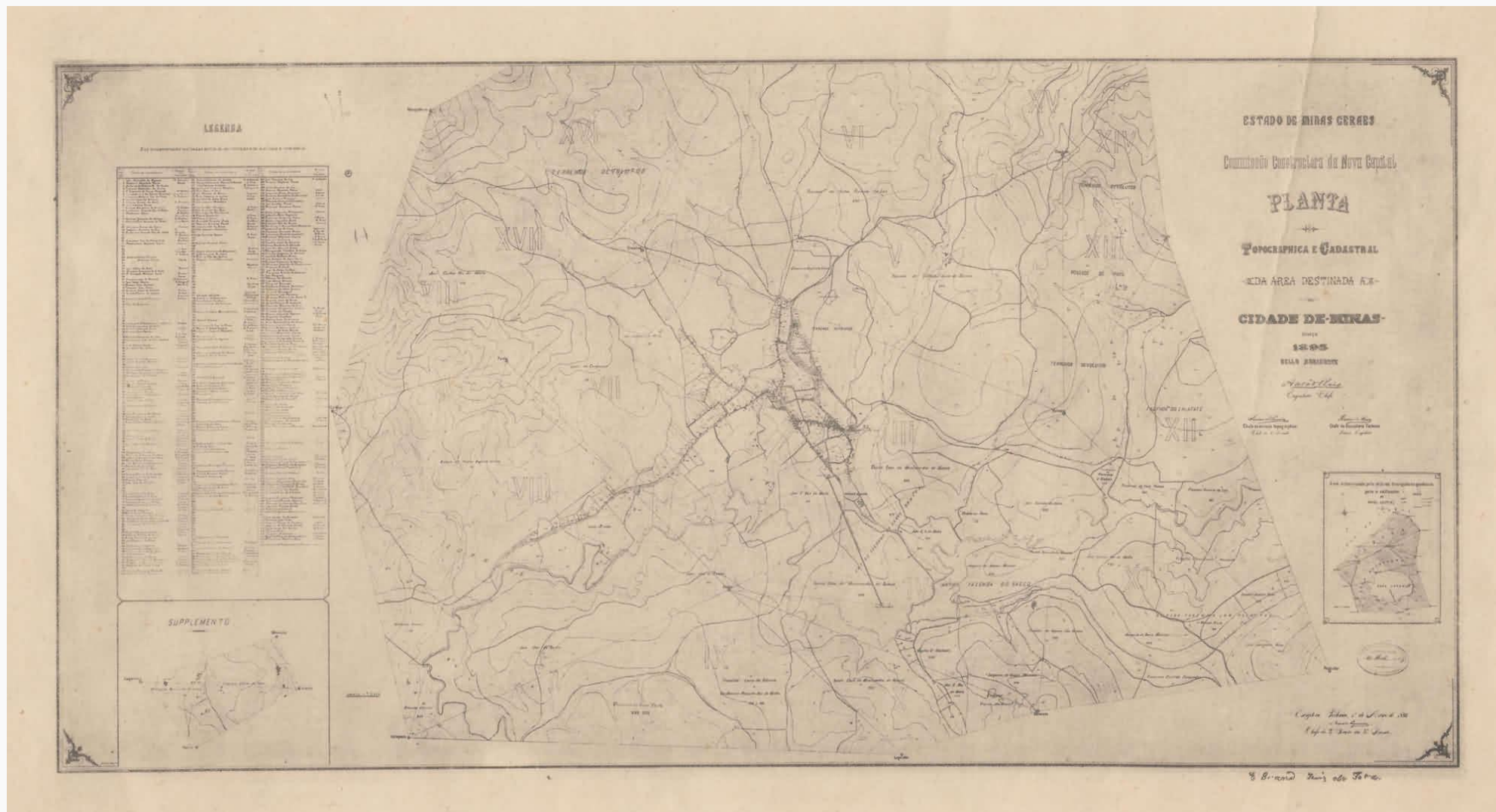
metro quadrado das terras do arraial é convertido em uma potencial fortuna. Para o pequeno grupo, a propriedade da terra seria o marcador social pelo qual se preservaria uma posição homóloga àquela que as personagens ocupavam até então no vilarejo. Detentores de glebas generosas, e tendo o Estado como cliente certo, cada um devaneava, a seu modo, a nova posição diante de uma cidade moderna, cujos futuros habitantes, de certo, seriam gente de maior valor que os humildes moradores de Curral del Rey.

Na narrativa de Avelino, todos eles “esperavam ser na Capital o que tinham sido no Curral: (...) autoritários, impondo a lei a seu bel prazer, adquirindo fraudulentamente o solo, formando grandes domínios” (Fóscolo, 1979, p. 80). O progresso, antes elemento a sustentar as fantasias de sucesso e a expectativa pela futura posição social da pequena elite local, passou a ser, após a aprovação do plano e a partir das ações de desapropriação conduzidas pela CCNC, elemento pelo qual as personagens encaravam com nostalgia o passado e passariam a aguardar, com medo, o momento de sua expulsão do arraial.

Como relembra Aguiar (2009), uma das tarefas da CNCC era a de elaborar uma base cartográfica³⁷ - **Fig. 3**, com uma dupla função: primeiro, determinar as características geomorfológicas de todo o terreno do sítio escolhido para abrigar a futura capital, com vistas ao cálculo das indenizações necessárias para desapropriação dos terrenos; segundo, para que fosse, a partir desse documento, iniciado o projeto da Cidade de Minas (Minas Geraes, 1895).

³⁷ “De acordo com uma memória descritiva dos trabalhos topográficos e cadastrais, escrita em outubro de 1894 pelo engenheiro Samuel Gomes Pereira, chefe da divisão da CCNC encarregada dos estudos do sítio, os métodos geodésicos e topográficos empregados nesses trabalhos foram os correntes no fim do século XIX: triangulação do sítio, com a implantação de marcos de pedra, configurando no terreno os vértices de 27 triângulos geodésicos; planimetria, com a medição de ângulos e distâncias horizontais, tomando como referência os marcos geodésicos (...)” Aguiar, 2009, p. 137.

Fig. 3: Planta topographica e cadastral da área destinada à Cidade de Minas



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1895.

Fig. 4: Sobreposição entre a planta do antigo arraial e a planta da Nova Capital.



Fonte: Arquivo Público Mineiro, acervo da Comissão Construtora da Nova Capital, s.d.

A Planta Topográfica Cadastral compunha um registo mais ampliado, com escritura e levantamentos mais precisos de cada propriedade a ser desapropriada no Arraial (Barreto, 1996). Nesse aspecto, Fóscolo (1979) costura um importante marco dos primeiros anos da nova capital para reconfigurar o significado do *progresso* em seu romance. Conforme a coletânea de

Barreto (1996), os habitantes de Curral del Rey, com objetivo de fraudar o fisco³⁸, subestimaram ao longo dos anos o valor de suas propriedades nas declarações dos bens patrimoniais diante do governo. Essa postura, segundo o autor, prejudicou-os no momento das desapropriações, uma vez que o critério legal de cálculo das indenizações tomava como base os valores declarados na arrecadação dos impostos prediais. Aguiar (2009) constrói um argumento de grande força ao calcular a diferença de preço entre os terrenos do Curral del Rey e o preço das construções na nova Cidade de Minas:

Segundo dados apresentados na mensagem enviada em junho de 1898 ao Congresso Mineiro pelo presidente do Estado, o governo mineiro gastou 796:666\$036 (796 contos de réis) na desapropriação das 430 propriedades e posses existentes no arraial, enquanto o custo da construção de 205 casas para funcionários e quatro residências oficiais para os secretários de Estado e o chefe de polícia foi 2.870:195\$456 (2.870 contos), sem incluir o valor dos terrenos, cedidos aos funcionários. Esses dados mostram a discrepância entre o valor dos imóveis no arraial e o custo de se construir na nova cidade. (Aguiar, 2009, p. 158).

Diante do plano da nova cidade, o que o romance do Fóscolo apreende é a alienação da terra de suas histórias e vínculos simbólicos pré-existentes, construídos pela população do Curral del Rey. As edificações, as divisões espaciais que marcavam a vida cotidiana do pequeno povoado, as celebrações e, em suma, o mundo social pré-existente era negado e destruído pelo plano da nova cidade (**Fig. 4**).

O formato de romance permite Fóscolo resgatar, em seu texto, dois elementos que a natureza do *plano*³⁹ nega e os discursos legitimadores do progresso recalcam: a reordenação da prática social - sempre violenta - provocada pelas desapropriações e os efeitos simbólicos disparados pelas obras de construção da Cidade de Minas. Tanto as personagens quanto o espaço do Arraial por elas habitado representavam o *status* a ser superado pela modernidade e pelo progresso. “O trabalho colossal de terraplanagem, as novas construções brotando do solo,

³⁸ Sobre isso, também é de grande iluminação o comentário de Alfredo Camarate: “as propriedades tinham um valor insignificatíssimo porque a décima redial era, em geral, calculada por valor muito inferior ao seu produto locativo; fato, aliás, muito vulgar em todos os estados do Brasil e mesmo em Espanha, Portugal, Itália e poderia dizer mesmo, sem grande injustiça, em todos os países do mundo. Os que [avaliaram] as suas propriedades por menos, com o fim de fraudar o fisco, com a mais absoluta inocência, com a maior serenidade de consistência, porque é corrente entre o povo que roubar a nação não é pecado, veem-se agora acolhidos nas malhas da própria rede. Havia, além disso, prédios sem nenhum valor locativo e que se alugaram gratuitamente só para que os inquilinos os mantivessem; havia culturas tentadas, ao acaso da fortuna, em terrenos do estado e todos esses posseiros, mais ou menos contestáveis e contestados de Belo Horizonte, olharam apenas para o futuro que lhes prometia a instalação de uma capital nesses terrenos” (Camarate, 1985, p.90).

³⁹ “Na modernidade capitalista, os planos, os mapas e as representações visuais do espaço ganham predominância em relação à dimensão concreta da vida cotidiana na atividade de urbanistas, planejadores e burocratas (...)” (Siqueira, 2021, p. 176).

com uma vitalidade fantástica” eram a forma “feérica” pela qual “aquele empreendimento gigante, jamais ousado no Brasil” se anunciava aos habitantes do arraial (Fóscolo, 1979, p. 71).

É pertinente, aqui, o comentário síntese de Pereira:

No entanto, em *A Capital*, a cidade como promessa de progresso e superação do passado – tal como a República – torna-se ideia abandonada já no nascedouro, justamente pelo vínculo estreito com o passado de corrupção e opressão que se deseja superar, e por negligenciar transformações que estabeleceriam os alicerces para a consolidação da cidadania: educação, condições dignas de trabalho e de vida. (Pereira, 2019, p. 131).

Nesse romance, Fóscolo estabelece um paralelo sutil entre as transformações sociais prometidas pelas novas formas políticas da época e sua percepção da continuidade das formas de distinção e hierarquização políticas e sociais. Essa manobra torna-se mais visível se, conforme Pereira (2019), destacarmos no exercício de interpretação do texto tanto a posição do autor nos debates políticos da virada do século em Minas Gerais quanto se direcionarmos nossos interesses à investigação do papel da racialização na produção do espaço nos primeiros anos da nova capital.

Nascido em Sabará, em 1894, Fóscolo viveu em Belo Horizonte de 1915 até sua morte em 1945. Em sua vida, trabalhou na mina de Morro Velho - importante empreendimento minerário do Nova Lima (MG) que, durante os séculos XVIII e XIX, teve papel estruturante na formação econômica da região. Como nos apresenta Pereira (2019), o autor percorreu o Brasil e outras repúblicas latino-americanas junto de um artista de feira norte-americano. Tornou-se jornalista, escritor e também conciliou as atividades profissionais com a militância anarquista de seu tempo - para Duarte (1988), a crítica de fundo em *A Capital* compunha o esboço de seu grande sonho por um modelo político anarquista na colônia⁴⁰. Teve, também, grande relevância no cenário jornalístico mineiro, atuando na redação de *O Contemporâneo*, jornal de Sabará (MG). Seus escritos na imprensa, durante a última década do século XIX expressavam críticas à escravidão e “uma profunda decepção com as continuidades do modo de vida e de dominação que prevalecem nas relações sociais e de trabalho, no alvorecer da República” (Pereira, 2019, p.128-129).

⁴⁰ “Portanto, é possível que Fóscolo, demonstrando seu interesse pela questão da terra, já estivesse esboçando em *A Capital* o sonho de uma colônia anarquista, sonho que, com o contato com a realidade decepcionante das colônias do município de Sete Lagoas, tomaria contornos críticos mais precisos e duros em *O Semeador*, peça que buscava difundir entre os lavradores pobres de Taboleiro Grande os ideais libertários”. Aguiar, 2009, p. 251.

O engajamento do escritor com pautas abolicionistas e o uso do texto como instrumento de militância (Duarte, 1988), permite que interpretemos a ausência do fator racial na narrativa como um dado sintomático dos novos tempos: na República e na *Capital*, o corpo negro não tinha lugar, justamente por representar a persistência da subjugação racial, produzida nas formas políticas anteriores (Colônia e Império) como fator determinante da vida social brasileira e mineira. Nas poucas linhas dedicadas às personagens negras, pode-se perceber que os traços de linguagens, adjetivos e cenários buscam compor um arranjo da subalternidade para os afrodescentes. É como se, em seu romance, “Fóscolo representasse Belo Horizonte a partir de uma branquitude configurada pela invisibilidade dos tantos “pretos” e “mestiços” que para ali também afluíam ao mesmo tempo em que os imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e outros europeus” (Pereira, 2019, p. 128).

O *progresso*, aqui, é pilar a sustentar a trajetória do espírito político republicano a partir da supressão do futuro no presente (pela monumentalidade da nova cidade) e pela superação, pelas vias do apagamento e da destruição, do passado e seus símbolos, dentre os quais, um dos principais, sem dúvida, é o corpo negro e o modo de produção escravagista. Esta é a ambiguidade colocada pelos novos tempos: a necessidade da contínua subalternização do corpo racializado e o igualmente necessário ofuscamento de sua presença na vida social belorizontina. Recorremos de novo a Dias (1897, p. 84) em capítulo de seu livro dedicado diretamente às expropriações conduzidas por Aarão Reis, chefe da CCNC: “mais de uma vez ouvimo-lo dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir-se retirando”. É preciso se perguntar: quem eram os antigos habitantes?

Retomando a tese de Pereira (2019, p. 25), “Belo Horizonte, ao contrário das principais sedes administrativas do país, não testemunhou a escravidão”, afinal sua inauguração se dá um ano após a lei nº3.353, de 13 de maio de 1888, que declara extinta a escravidão no Brasil. Ainda, em seu esforço de sistematização dos censos e dados populacionais estatísticos, a autora afere que “os principais registros por meio dos quais o assunto poderia ser tratado – em especial os de cunho demográfico – não assinalam a categoria cor/raça, durante grande parte da primeira metade do século XX” (Pereira, 2019, p. 25).

Assim, interessa-nos levantar os seguintes questionamentos: qual o espaço do corpo do recém liberto em Belo Horizonte? O que a categoria “negro” ou “ex-escravo” informava à nova capital? Os trabalhos que ocuparam-se, no século XX, de contar a até então recente história da

capital mineira tornavam secundárias, quando muito o faziam, as informações sobre a racialidade na cidade, articulando-as sempre pelo papel laboral ou por feitos de impacto, como o assassinato de um major por um escravizado fugido (Barreto, 1996). Na construção narrativa da identidade da nova capital, negava-se a presença corpo negro ao tempo em que se dissimulava a ainda persistente herança escravocrata. Antes figura hipernegativada⁴¹, agora o negro tratava-se de figura a ser determinada e separada do espaço do progresso.

Vejamos alguns aspectos sobre a determinação do corpo negro na transição entre o arraial e a nova capital. O último recenseamento realizado na Freguesia do Curral del Rey - que até então integrava o município de Sabará, antes de sua destruição, data de 1872 (Pereira, 2019). Nele, consta uma população total de 5.524 pessoas, com 2.690 homens e 2.834 mulheres. Desses, 5.188 livres e 336 escravizadas/os. As categorias raciais empregadas atestam o domínio da população negra (soma de pretos e pardos), com 3.860 pessoas frente aos 1.634 brancos. Pela divisão de gênero, a população branca era a soma de 864 mulheres e 770 homens; dentre os pardos, 1.533 mulheres e 1.349 homens; em relação aos pretos, 491 homens e 487 mulheres.

Tomando a divisão entre livres e libertos (esses dados foram produzidos antes da lei da abolição) temos uma proporção semelhante: a predominância da população negra. A população livre possuía 2.689 mulheres e 2.499 homens. Intersectando a categoria racial pela de gênero, temos 2.762 pardas/os (1.419 mulheres e 1.313 homens), 1.634 brancas/os e 712 pretas/os (376 mulheres e 336 homens). Entre os escravizados, 191 homens (155 pretos e 36 pardos); 145 mulheres (111 pretas e 84 pardas).

Ao tabular esses dados, temos a possibilidade de formular questões que, exatamente por sua difícil resolução e trabalhabilidade em pesquisa, orientam interpretações sobre a construção da categoria “negro” no novo espaço republicano mineiro: quais aspectos costuravam a vida social em um arraial de população majoritariamente negra, em um período de transição entre a economia escravocrata para a assalariada? De que modo a categoria-raça articulou os desejos pessoais, os afetos, as relações de amizade e inimizade nesse lugar? O romance de Fóscolo (1979) não nos permite fabular sobre essas lacunas, e o esforço de Pereira (2019) demonstra como as bases documentais, por vezes, favorecem a construção narrativa do negro como uma

⁴¹ Sobre a noção de hipernegativação, ver o subcapítulo 3.2: *O corpo: um argumento ontológico?*

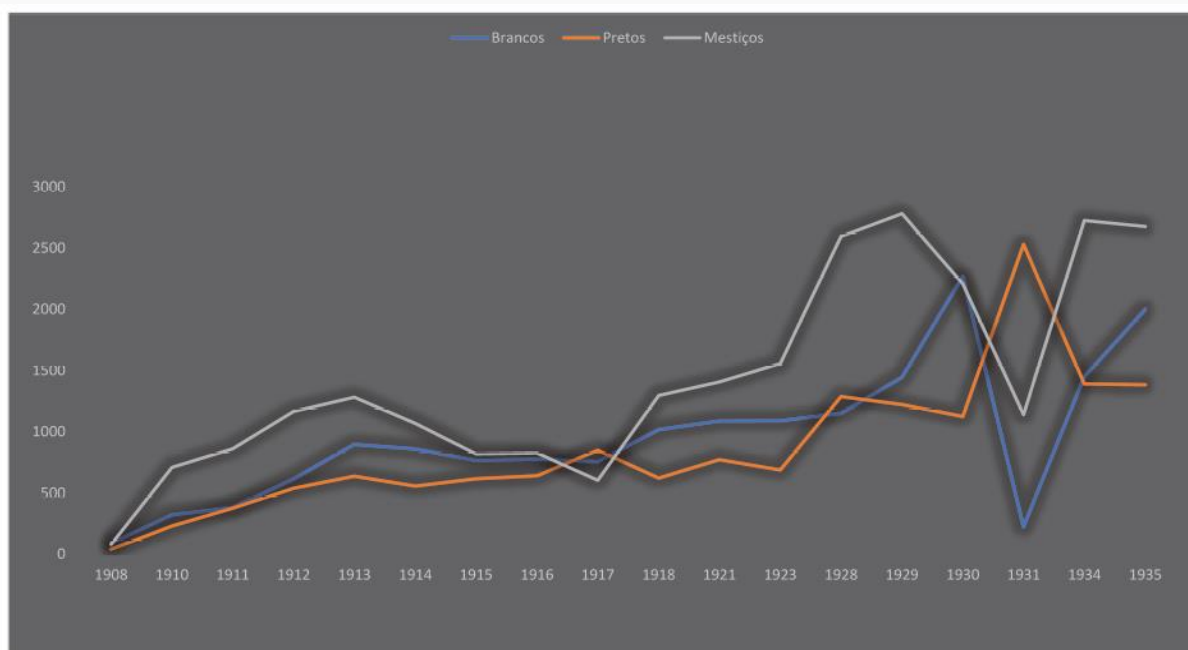
figura cujo lugar comum histórico é aquele do trabalho, do feitiço e do atraso⁴². É válido aqui nos apropriarmos da reflexão de Hartman (2020, p. 15) diante da natureza dos arquivos. Ao levantar dados e mídias em sua investigação sobre o sequestro de garotas negras durante o vigência do tráfico negreiro, a historiadora aponta: “as histórias que existem (pelos arquivos) não são sobre elas, mas sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram de suas vidas, que transformaram-nas em mercadorias e cadáveres e identificaram-nas com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras”.

Se a categoria “negro” já organizava estruturalmente a economia, a política e o território brasileiro, diante do *progresso*, no entanto, podemos identificar a sofisticação do papel do racial enquanto instrumento a operar a lógica de separabilidade: fosse o novo espaço político experimentado no Brasil, fosse, como em nosso caso, a nova cidade republicana, haveria de se produzir ainda o papel e o lugar do ex-cativo, do novo negro da república.

As dificuldades para levantamento de fontes e arquivos que Pereira (2019) relata em sua pesquisa são bons exemplos dessa produção. A autora recorre, no capítulo 2 de sua tese, aos registros de indivíduos categorizados como “pretos/as” e “mestiços/as” em arquivos da Santa Casa de Misericórdia e da Chefia de Polícia de Minas Gerais. Movida em direção contrária ao argumento vigente de seria pouco significativa a migração de negros para a capital do estado até a década de 1930, seu primeiro movimento é mapear os dados oficiais da evolução demográfica municipal, de forma a apresentar o crescimento exponencial da população belorizontina na primeira metade do século XXI. A principal contribuição para esse aumento são os movimentos migratórios (Botelho, 2007), tanto nacionais quanto internacionais. Para Pereira (2019), diante dos dados reunidos da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, fica explícita que a evolução do número de atendimentos aos corpos categorizados como como “pretos/as” e “mestiços/as” acompanha, proporcionalmente, a evolução dos atendimentos aos corpos brancos (ver Gráfico 01), o que indicava também um aumento populacional de mesma proporção.

⁴² O primeiro capítulo da tese de Pereira (2019), intitulado *Transfluências afrodiáspóricas no Curral del Rey* (p. 32 - 91), inicia-se com a retomada da história de Francisca Correia, ex-escravizada, e de seu companheiro, Manoel da Rocha, negro cativo de Ignácio Xavier da Rocha Villa Verde. O casal criou fama na região pelas habilidades de cura, envoltas em cerimônias religiosas de grande influência africana. Segundo a autora, “a presença africana era tão significativa naquele povoado que, do ponto de vista dos projetos eclesiásticos (...) as práticas culturais e religiosas de africanas/os e seus descendentes tornaram-se objeto de grande atenção nas Visitas Pastorais. Os visitantes (...) tinham por missão formar uma nação espiritual e ideologicamente homogênea, a serviço dos interesses políticos e da centralização do poder” (Pereira, 2019, p. 34).

Gráfico 1: Evolução no número de atendimentos hospitalares a partir da raça – 1908-1935



Fonte: Pereira (2019), a partir de APM (1908-1935) p. 103

Se, por um lado, as lacunas relacionadas aos dados censitários sobre indivíduos racializados contribuem para um forte apagamento historiográfico da presença do corpo negro nas primeiras décadas de formação de Belo Horizonte, por outro lado, a natureza funcional das instituições que apresentam os dados trabalhados, a saber, o controle e a disciplina (Foucault, 1987), nos apontam os efeitos socioespaciais da produção dessa categoria - o corpo a ser controlado, disciplinado e gerenciado no espaço da capital. A historiografia preferiu enfatizar a participação de estrangeiros uma vez “que tais registros (da população afrodescendente) ou evidências não são considerados relevantes nos sistemas de produção e organização de informações” (Pereira, 2019, p. 111). Assim, justifica-se o comentário introdutório da autora sobre a relação entre a contribuição da população negra e o novo modo de vida da capital:

De todo modo, a priorização de trabalhadoras/es brancos, em detrimento do grande número de trabalhadoras/es negras/os disponíveis, na execução do projeto de desenvolvimento que se buscava implementar, é elucidativa quanto ao que não fora explicitado no discurso que expressava a intenção de, por meio da nova Capital, superar o passado colonial: a eliminação do Curral Del Rey implicava, de maneira tácita e naturalizada, a *eliminação do legado das populações de origem africana inscrito no território e nos modos de vida e trabalho que forjaram a sociedade mineira local*. (Pereira, 2019, p. 79, grifo nosso)

Acerca do processo de violência sobre o corpo negro e a tentativa de apagamento da contribuição da cultura afrobrasileira para a formação da cidade acrescenta-se, ainda, a confecção de uma outra lógica de reprodução do controle desse corpo diante do espaço

republicano. Nesse aspecto, tomar a produção do espaço urbano como centralidade analítica nos permite uma saída metodológica de grande contribuição aos argumentos aqui trabalhados: a construção de uma cidade, a disposição de seus lotes, a forma e a divisão dos espaços de suas casas, em suma, sua arquitetura e seu urbanismo participam ativamente da construção social de uma *categoria* - ou, para retornarmos os termos da apresentação deste trabalho, da construção de sentido sobre um nome.

No relatório de caracterização do arraial datado de 1895⁴³, encomendado pelo governo mineiro, Fábio Nunes Leal, então secretário da CCNC qualifica os moradores de Curral del Rey a partir de uma métrica negativa, afinal, diante de seus olhos, “a população indígena⁴⁴ é toda ela atrofiada, fraca, sem cores nem alegrias”. O homem erudito não observara nenhuma relação de maior vínculo entre os moradores em sua terra, pelo contrário, parecia entender que, para um sítio de tão boas condições, não se justificava o desperdício da terra com a gente que ali vivia, pessoas “vinda de margens pouco salubres do São Francisco”. Para Leal (1895, p. 14), era difícil entender como “em um lugar tão salubre, com todas as condições higiênicas de primeira ordem, possa ter degenerado uma população destas, superior talvez a duas mil almas”.

Nesses trechos, a violência discursiva não se detém apenas na qualificação pejorativa das características físicas e culturais do grupo de moradores (negros, em sua maioria, como mostram os dados censitários da época). Se tomarmos o mote teórico desenvolvido no trabalho até então, podemos perceber que o discurso do secretário opera também minando a relação entre corpo e terra: em um mesmo diagnóstico, ao desqualificar biológica e culturalmente a população moradora de Curral del Rey, o relator qualifica as características físicas e naturais do sítio, futuro abrigo das dependências da nova capital. Essa lógica cinde a relação entre a carne - desqualificada - e a terra - qualificada - dos moradores do Curral del Rey. Sob a razão encastelada e técnica do progresso positivista, faltava “força” e “cor” (Leal, 1895 p. 14) aos corpos que ali existiam, ao tempo em que forma que sobrava, à sua terra, “salubridade” e “higiene”, qualidades que seriam incorporadas às soluções urbanas do plano de ocupação da futura Cidade de Minas.

O projeto para esse sítio propunha a organização de uma cidade a partir de três zonas: a urbana, com 8.815.382m², cuja área trata-se do perímetro compreendido pela Av. do Contorno,

⁴³ LEAL, Fábio Nunes. O Arraial do Bello Horizonte. In: MINAS GERAIS. Revista Geral dos Trabalhos. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., 1895.

⁴⁴ Indígena, aqui, se refere à população de origem do arraial.

a suburbana, com 24.930.803m², imediatamente adjacente à Av. do Contorno, e a rural, com 17.474.619m². Fora a metragem, o principal fator de diferenciamento de cada setor eram as características do traçado das vias, dos quarteirões, além do formato, das dimensões e do modelo de aquisição dos lotes parcelados.

A planta de apresentação do projeto da CNCC acompanhava um relatório descritivo com sua apresentação, texto esse onde Salgueiro (2020) atentamente observou duas recorrências: nas duas primeiras páginas, a palavra “topografia” era mencionada cinco vezes e, ao longo do texto, o termo “lote” apareceria sete vezes - demonstrando uma certa preocupação dos engenheiros com a alocação do plano sobre o terreno. A série de estudos que precedeu o desenho final da cidade também se ocupou de um levantamento minucioso da geomorfologia local (Aguar, 2009; Salgueiro, 2020) e, ao sobrepor a rede de triangulações feitas para elaborar o mapa topográfico do sítio, é possível observar a influência do processo de levantamento topográfico na delimitação da zona urbana da cidade.

Salgueiro (2020) recorre à sobreposição entre topografia e plano para analisar os pontos de maior prestígio dentro da malha urbana: as posições mais altas, em topos e cristas de morro, eram reservadas aos lotes públicos e edifícios administrativos. As vias possuíam 20 metros de largura, o suficiente para acomodar a estrutura urbana dos novos tempos - canteiros centrais, estruturas para jardinagem, faixas de circulação de veículos, trilhos dos bondes e as obras de instalação e manutenção das canalizações. As quadras urbanas formariam quadrados de 120 metros de aresta, divididos, cada um, em 24 lotes. Essa regularidade seria quebrada apenas quando, entre a malha xadrez, aparecessem avenidas alocadas entre 45 e 30 graus diante da regularidade viária.

O traçado xadrez não se resumiu à simples transposição formal de uma ideia positivista⁴⁵. Embora as desvantagens de uma solução desse tipo passem pela alta declividade de algumas vias e por seu difícil assentamento em trechos do sítio, provocando obras custosas e de grande volume de movimentação de terra, por outro lado, a regularidade do traçado

⁴⁵ Conforme argumenta Guimarães (1991) ao comentar a biografia de Aarão Reis, embora o engenheiro fosse adepto às ideias do positivismo, sobretudo em suas vertentes filosóficas, sua adesão não se caracterizou pela ortodoxia. A propagação dos ideais positivistas no Brasil se deu por um ecletismo que não deve ser ignorado ao se tecer análises sobre seus expoentes. Segundo a autora, é preciso considerar que “o positivismo é *casa de muitos compartimentos*, e, portanto, é difícil esclarecer o lugar ocupado por Aarão Reis nessa casa. Ora sua atitude se aproxima à de um *littreísta*, ora à de um ortodoxo e, algumas vezes, se mostra totalmente contrária à de um positivista.” (Guimarães, 1991, p. 58).

permitia tanto o jogo de visibilidade entre os pontos de maior e menor destaque quanto um maior aproveitamento do solo para divisão dos lotes urbanos que, nas primeiras décadas, tinham a função de captar recursos para viabilização da infraestrutura urbanística.

Duas avenidas tinham papel destacado no plano. A atual Av. Afonso Pena foi projetada como a única avenida a fazer diretamente o percurso de norte a sul da zona urbana. Suas dimensões eram de 50 metros de largura e 3200 metros de extensão: o maior alargamento visava solidificar o centro obrigatório da cidade e, como é apresentado por Aarão Reis, forçar o crescimento da população do centro para a periferia (Reis, 1985), pretensão essa que, como veremos, será frustrada pela lógica de ocupação estruturada na cidade. A outra via de grande importância era a já apresentada Av. do Contorno, projetada com 35 metros de largura e 10 quilômetros de extensão, circulando toda a zona urbana. Para Salgueiro (2020, p. 183), tratava-se de uma “muralha”, que compartimentava o “espaço da cidade” (a autora assume a cidade como o limite da zona urbana), e separando-a da zona prevista para as habitações suburbanas. O termo “muralha” ilustra bem o papel desta via na organização da ocupação da capital, afinal, é justamente em sua extensão que ocorreria a interface entre o centro urbano e a área suburbana/rural (**Fig. 2**).

O parcelamento do solo para além da Contorno foi concebido através de quarteirões irregulares e terrenos de dimensões variadas em ruas mais estreitas, com 14 metros de largura, mais adaptadas à topografia do sítio e sem a busca pela distinção geográfica. Essa área, uma espécie de subúrbio da nova cidade, seria a transição entre o centro urbano e a zona de sítios, responsável pelo abastecimento de alimentos e produtos agrícolas em toda a cidade. A rigidez funcional e a distribuição da ocupação pretendida pela CCNC foi sendo anulada desde os primeiros anos de ocupação da cidade (Salgueiro, 2020) num movimento em que se entrelaçaram a construção de classes sociais e os conflitos políticos que nasciam em Minas Gerais.

Sobre esse aspecto, Aarão Reis e a CCNC enfrentaram, ao longo da segunda metade da década de 1890, a transição entre os governos de Afonso Pena e Bias Fortes, processo que retirou, gradativamente, a autonomia da Comissão sobre a organização da cidade. Como argumenta Guimarães (1991), a nova administração adotava uma lógica de clientelismo político: contrariamente à orientação técnico-científica que prevalecia nas decisões da CCNC, Bias Fortes buscava a consolidação de uma nova oligarquia política e econômica no estado, e

a destinação do uso e da ocupação do solo da nova capital tiveram grande valor na articulação política que se desenhou. Conforme descreve a autora:

O compromisso de Bias Fortes com a estruturação partidária do Estado e com os setores políticos que tinham garantido sua eleição e a preocupação em consolidar sua liderança o levavam, por todos os meios, a reforçar sua autoridade de presidente, líder político e chefe administrativo do governo. Esse centralismo atingiria a autonomia que gozava a comissão construtora e, particularmente, sua direção. Mediante vários decretos, se retirou, pouco a pouco, da comissão a competência da ordenação, distribuição e ocupação do solo. (Guimarães, 1991, p. 75)

O solo circunscrito pela Av. do Contorno tornava-se, cada vez mais, inacessível à maior parte dos novos moradores da capital. Na verdade, seria difícil para a maioria dos habitantes que se instalaram na nascente Belo Horizonte romper as fronteiras representadas pelo boulevard periférico, afinal, também eram somados ao plano o projeto e a distribuição de prédios, as condições para a implantação das habitações, com o Código de Posturas, e a indicação em planta da destinação final dos lotes: os que seriam vendidos, reservados ou concedidos aos funcionários públicos e proprietários de Ouro Preto.

A respeito dos lotes, o preço da terra não fora, de início, regulado pelas dinâmicas mercadológicas da oferta e da demanda. A Lei Adicional nº 3, de 17/12/1893, apontava que:

Art. 2º - Fica o governo autorizado:

1º - a mandar organizar o plano definitivo da nova cidade sob as seguintes bases:

a) divisão do terreno em lotes destinados a edificações urbanas, a quintas ou chácaras, *com determinação dos preços de cada categoria, atendendo a sua colocação, proximidade do centro da cidade e outras condições que possam influir no respectivo valor;*

b) determinação dos terrenos que devem ser reservados para edifícios públicos do Estado, ou da União e Municipalidade, praças, jardins, passeios públicos, mercados, estações de estradas de ferro “transways, casas de caridade, hospitais, templos e cemitérios;

2º - A proceder à desapropriação dos terrenos particulares compreendidos na planta que for aprovada.

3º - *A estabelecer em regulamento os planos, condições higiênicas e arquitetônicas que devem presidir as edificações, assim como o tempo e modo das concessões.* (Minas Geraes, 1893)

O Decreto nº 803, de 11/01/1895, por sua vez, estabelecia que o preço dos lotes seria calculado através “da área dos lotes, sua situação relativa à maior ou menor proximidade dos edifícios públicos, das ruas principais e do centro comercial” (Minas Gerais, 1895). Junto às manobras jurídicas de definição do preço da terra, como estratégia de povoamento da capital, a Lei Adicional nº 3 de 1893 também definiu, através de seu artigo 2º, que:

6º - A estipular, nas concessões que fizer, condições para promover construções de casas destinadas aos empregados públicos de que trata o nº 7 do art. 2º, de modo a facilitar-lhes o pagamento em prestações que poderão ser deduzidas de seus vencimentos, se o requerem.

Igualmente promoverá a construção de casas em condições higiênicas e de aluguel barato para operários.

7º - A conceder a título gratuito, aos atuais funcionários estaduais que por lei têm residência obrigatória na Capital, e que o requererem, um lote de terreno para construção de casa ou chácara, antes de serem postos em hasta pública, assim como transporte e ajuda de custo.

8º - A conceder a título gratuito, a cada um dos atuais proprietários de casas em Ouro Preto, situadas no perímetro estabelecido para cobrança do imposto predial no exercício de 1900, um lote de terreno para edificação. (Minas Geraes, 1985).

O parágrafo sexto, junto à descrição de como seria financiado o aluguel de moradias a funcionários públicos, também indicou que, no caso dos trabalhadores das obras de construção da nova capital, definidos enquanto “operários”, seriam destinadas casas com aluguel proporcional a seus rendimentos. Os parágrafos sétimo e oitavo estabelecem que, diferentemente de outras categorias, os funcionários públicos e proprietários de casas em Ouro Preto teriam acesso facilitado, sem a mediação monetária, à propriedade da terra na nova cidade, especificamente dentro da área delimitada pelo boulevard periférico, desde que possuíssem as condições para pagamento do imposto predial.

O Decreto 803, instituído na mesma data, regulamentou ainda a venda e a concessão de lotes e terrenos por concorrência pública, com limite máximo de 20 lotes urbanos e 10 suburbanos por pessoa. Haveria um prazo máximo de quatro anos para o comprador edificar sua moradia, com risco de se perder o direito ao lote, e quinze dias para formalização da compra, mediante pagamento à vista. Algumas diretrizes para a ocupação do lote eram ainda o cercamento do lote com muro e jardim, juntamente à construção do passeio, com prazo máximo de dois anos, obrigações essas que dificultavam, ainda mais, a aquisição e a manutenção do imóvel urbano por pessoas sem poupança ou quaisquer tipos de economias. O decreto 818, por sua vez, retirou da CCNC o direito de contratar construtoras de casas. Após a promulgação do texto, a comissão passou a ter como única função a fiscalização das obras. É dentro desse contexto que se pode interpretar os dados levantados por Singer (1968), onde, em 1897, apenas 210 lotes, menos de 10% do planejado, tinham sido comprados.

Em outubro do mesmo ano, foram promulgadas as posturas da Cidade de Minas (decreto 1.211, de 31/10/1898). Esse texto revogou as normas de aquisição anteriormente vigentes e fixou o preço dos lotes urbanos - em quinhentos mil réis, e dos lotes suburbanos - em trinta réis

por metro quadrado. Ainda se mantinha um prazo mínimo para início das obras de edificação, agora contando seis meses a partir do pagamento inicial do lote e ficava proibido qualquer permuta ou concessão de terreno por parte da Prefeitura da Cidade de Minas e terceiros. Entre os artigos 30 e 57, uma série de regras à qualidade construtiva das edificações, bem como a exigência de materiais empregados também estabeleceu restrições cada vez maiores à formalização de moradias, sobretudo na área urbana da cidade.

O jogo das terras na nova capital era, então, orquestrado pelo texto jurídico. Seus artigos, parágrafos e incisos caracterizavam tanto os agentes aos quais seria permitido acesso facilitado às frações de terra que compunham a nova capital, bem como suas regras de apropriação. Quando não o faziam explicitamente, a desigualdade econômica e a herança estrutural da sociedade colonial-escravocrata construiriam, naturalmente, as barreiras para aquisição formal por parte de contingentes populacionais incapazes de pagar por sua terra.

Junto ao instrumental jurídico desenhado para o gerenciamento dos valores da terra, o Estado, no início da década de 1890, já era proprietário de todo o terreno demarcado para ocupação pelo plano desenhado pela CNCC (Aguiar, 2009). Ao articular as dimensões da terra-mercadoria - *separabilidade* - e da normatividade jurídica e do plano - *determinabilidade* - (pontos de sustentação da organização ocidental do espaço), o Estado estruturava uma posição - ocupada por suas instituições - de enorme capacidade prática e de direta interferência na organização socioespacial da cidade, cujos efeitos - simbólicos e materiais - eram a produção das posições sociais e espaciais consagradas (representadas por políticos, engenheiros, economistas, advogados e administradores que, nesse sentido, encarnaram as instituições estatais, seja no planejamento, controle da execução das obras ou gerenciamento da nova cidade) e das posições sociais, sob a ótica do progresso, desprezadas (como a posição do pedreiro, do trabalhador braçal, do negro ex-cativo). Se, ainda que subjugadas, as posições sociais desprezadas eram necessárias para a execução do projeto da cidade republicana, como conciliar a dupla necessidade entre a exclusão e a presença do negativo? Onde, portanto, viveram os corpos excluídos da nova cidade? Como se segue:

Havia o interesse do governo em garantir a permanência da mão-de-obra necessária à construção da cidade. Em decorrência das sucessivas crises econômicas acompanhadas de desemprego, era grande o movimento de vaivém da população trabalhadora, registrando-se ondas de êxodo e de imigração. (Guimarães, 1992, p. 98).

Para Salgueiro (2020), a falta de uma política de habitação para os trabalhadores que chegavam na cidade e o idealismo de um projeto que se abdicou de pensar a estratificação de classes impuseram a Belo Horizonte uma ocupação que se deu da periferia ao centro. Como os lotes centrais eram inacessíveis à maioria da população, as classes populares da cidade “concentravam-se do outro lado do boulevard periférico, em uma profusão caótica de loteamentos irregulares, sobre os montes das cercanias, de onde ela olhava a cidade regular surgir” (Salgueiro, 2020, p. 196).

Nesse ponto, a estratificação econômica fez sombrear duas categorias: o “negro” e o “operário”. A previsão de moradias com alugueis baratos aos trabalhadores limitou-se, de início, à implantação de uma hospedaria provisória, edificada pela Comissão Construtora para abrigar 200 pessoas, que, rapidamente, mostrou-se “insuficiente para acolher a todos que chegavam, e provocou o surgimento de cafuas e barracos por todos os lados” (Guimarães, 1992, p.12). Avelino Fóscolo nos apresenta a seguinte cena em seu romance:

O trem deslizava através da estrada sacudido de quando em vez por violento solavanco. A confusão das estações, a desordem então reinante, trazia os passageiros em sobressalto e não se passava nada despercebido, esperando todos, a cada instante, o desastre diário. E os vagões vinham repletos, apesar de tudo: os de segunda comprimidos de povo, numa atmosfera asfíxiante. (Fóscolo, 1979, p. 56)

Dias (1897) relata que, na medida em que o andamento das obras seguia, aumentava-se, proporcionalmente, a quantidade de trabalho a ser feito e, por consequência, a população da cidade. De 2.600 pessoas em 1894, chegaram a 6.000 habitantes em 1896, um ano antes da inauguração da capital. “Nessa já o velho Curral d’El Rei não era o mesmo de outr’ora; a sua habitual placidez e monotonia ia sensivelmente se trocando pelo reboiço e borborinho dos centros commerciaes adeantados” (Dias, 1897, p. 87). Conforme Botelho (2007), nos anos que se seguiram à inauguração da capital, o crescimento ainda obedecia a padrões exponenciais: 13 mil habitantes, em 1900; 17 mil, em 1905; cerca de 40 mil, em 1912; e, finalmente, 55 mil, em 1920.

Um dos efeitos do crescimento demográfico vertiginoso foi o surgimento de um contingente considerável de moradores em situação de rua na Cidade de Minas. Nesse aspecto, é ilustrativo o Decreto n. 1435, que aprova o “regulamento de Mendigos” e o papel do poder público municipal diante da população em situação de rua. Já em seu artigo primeiro, o texto investe na definição de uma nova categoria jurídica, importada da sociabilidade da capital: o *mendigo*. Como se segue:

Todo o indivíduo, que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos, nos termos da lei civil, e implorar esmolas, será considerado mendigo. (Minas Geraes, 1900).

Este decreto estende-se por 15 outros artigos, de forma a construir uma espécie de código de posturas da mendicância e estruturar alguns mecanismos de coerção, multa e punição àqueles que não obedecerem às normas desenhadas, tais como: o local e o horário para pedir esmolas, idade e capacidade de trabalho, naturalidade da família e local de nascimento. Os aprovados a exercer a posição de *mendigo* gozariam de registro próprio e documentação junto ao livro de inscrição de mendigos da Diretoria de Higiene da cidade. Uma vez registrados:

Art. 6º – Feita a inscrição será entregue a cada mendigo:

1 – Uma placa com a designação “mendigo” e número da inscrição, para trazer no peito e por forma bem visível;

2 – Um bilhete de identidade, contendo o número da inscrição, nome, idade, residência e designação do local destinado a estacionar, bilhete este que será designado assinado pelo Dr. Diretor de Higiene. (Minas Geraes, 1900).

Junto à invenção das formas de dominação via incorporação de uma massa populacional pelo trabalho “livre”, as dinâmicas de crescimento urbano da nascente Belo Horizonte, bem como o jogo de leis que emergia no mundo social da capital nos mostram que também era necessário, no caso, a inventar as formas de dominação social do “não-trabalho”. Em outras palavras, se o trabalho estabelecia um novo regime de dominação sobre os corpos a partir da confecção da categoria de *operário*, o seu oposto, o não-trabalhador, também era objeto de controle e dominação, no exemplo em voga, pela confecção da categoria jurídica de *mendigo*.

Essa visível contradição é o que fundamenta a constituição das primeiras favelas de Belo Horizonte: a favela Alto da Estação e a favela presente ao longo do Córrego do Leitão que, somadas, em 1895, antes da data de inauguração da nova capital, em 1897, possuíam cerca de 3.000 residentes (Guimarães, 1992), cerca da metade da população da cidade, se tomarmos os dados demográficos de Dias (1897) como corretos. Esses números tornam-se mais relevantes ainda se observamos que até junho de 1896 apenas 6 casas destinadas aos funcionários públicos estavam concluídas dentro da Av. do Contorno (Penna, 1997). Abílio Barreto, por exemplo, ao desembarcar no canteiro de obras da Cidade de Minas, observou, por detrás da Estação de Ferroviária Minas a favela Alto da Estação, na atual Rua Sapucaí, e a definiu como o lugar da “gente operária” (Barreto, 1996, p. 378). Adelman (1974), por exemplo, expõe dados demográficos e acerca da infraestrutura urbana municipal para concluir que, até 1910, mais da metade da população vivia fora da Av. do Contorno. A Belo Horizonte nascente, era, por

definição, uma cidade de *favelados, negros e trabalhadores*. Sem o aparato jurídico escravista, o *negro* foi a única dessas categorias a não ser mencionada em nenhuma lei urbanística da cidade.

O lugar do trabalhador era visto como um dos principais problemas na consolidação da área planejada da cidade. Se considerarmos os Relatórios de Prefeitos dos primeiros 5 anos após a inauguração da cidade, por exemplo, pode-se observar tanto que a moradia dos trabalhadores no perímetro compreendido pela atual Av. do Contorno era, por regra, entendida como um problema sanitário pelas altas densidades, cuja resolução era o manejo desses corpos para outras regiões do território; quanto que grande parte das obras (sejam obras de construção de rede ou de manutenção da infraestrutura existente) de esgoto, abastecimento de água, do sistema de drenagem, de instalação de linhas telefônicas, de rede elétrica, de iluminação pública, arborização e calçamento foram destinadas à área delimitada pela avenida do Contorno - ver também o relatório apresentado pelo prefeito Bernardo Pinto Monteiro (1900, pp. 25-30). Na área suburbana, fora a tentativa fracassada de assentamento dos operários que ainda viviam em *cafuas*, barracos e barracões⁴⁶ na zona central da capital, a ação pública limitava-se à construção de pontes e elaboração de diagnósticos sobre a infraestrutura urbana, contrariando o que se previa nos textos jurídicos⁴⁷. Em raras situações, houve a consolidação de projetos para saneamento básico, como no caso do reservatório de água previsto na VI seção suburbana - que atualmente compreende os bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates. Transcrevemos abaixo os relatos de Bernardo Monteiro, prefeito de Belo Horizonte na virada do século XIX.

Tenho tomado serias providencias mandando demolir os barracões, provisoriamente permitidos e que foram construídos nos pateos de diversos predios, por terem os mesmos se convertido em verdadeiros cortiços. Existem outros, cujas plantas foram aprovadas para construcções definitivas e cujos proprietarios os construíram sob pretexto de serem os mesmos destinados a depositos ou residencias de creados, alugando-os depois, o que transforma sua natureza, pois, são outros fócios de insalubridade, pela aglomeração de individuos que passam a habita-los. Urge lançar-se um imposto pezado ou mesmo proibitivo sobre semelhantes habitações na zona urbana. (Monteiro, 1902, p. 15)

As capitaes, no sentir de um celebre escriptor, são centros de convergência das classes dirigentes da sociedade, habituadas ao conforto da vida, às requintadas exigencias do bem estar, por consequência, a administração, em contacto com as mesmas, é arrastada a realizar melhoramentos por meio de sacrificios maiores. A administração é difficil levar os mesmos melhoramentos a zona assim distante.

⁴⁶ “Cafuas são casas de barro, cobertas de capim; os barracos são feitos de tábua, cobertos de capim ou zinco e ambos podem estar localizados ou não em áreas invadidas. Barracões são construções de alvenaria levantadas, em geral, nos fundos de outras casas.” Guimarães, 1991, p. 82..

⁴⁷ “[...] promover a construção de habitações higiênicas destinadas aos empregados públicos e de aluguel barato para os operários [...]” Minas Gerais, 1895.

Accresce que o preço elevado não permite a venda da terra, que, por outro preço adquirida, facilitará o desenvolvimento da cidade, radicando e seduzindo o adquirente, de cuja afeição precisa como cidade nova, para onde todos ocorrem e onde só permanecem, si as condições de cidade auxiliam e animam. É sob a inspiração destas considerações, que tenho a honra de submeter a esclarecida apreciação de v. exc. o seguinte decreto, que, além de outras providencias, converte em zona suburbana parte de uma area urbana, sem prejuízo da planta da cidade. (Monteiro, 1902, p. 10)

O que aproxima as transcrições feitas acima é a construção de um discurso pautado pela lógica da falta. Ao lugar a que tudo falta, ocupa-o o corpo a que nada tem acesso. O sentido social dessa falta é preenchido e reproduzido a partir de decisões políticas que, por afetarem e se direcionarem à terra, afetam a própria existência daqueles que nela se constituem. A presença de trabalhadores da nova capital pode ser aferida por registros fotográficos, produzidos para constatar a monumentalidade da cidade que se produzia, mas que denunciavam, em segundo plano, a divisão racial do trabalho atualizada pelo progresso - questão que será melhor desenvolvida no capítulo seguinte.

Fig. 5: Casa de pau-a-pique no antigo arraial Curral del Rey.

Barreto (1996, p. 238) identifica esta imagem como um “Rancho Velho da Papuda. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe.” - localização essa que criou-se e permaneceu distinta na malha urbana da cidade. A fotografia é recuperada por Musa (2022) e friccionada contra o relato feito pelo Dr. José Pedro Drummond “que em defesa da localidade como futura capital relatou ao congresso ter encontrado apenas 4 indivíduos com bócio, sendo 2 deles mulheres e estas lhe pediram esmola” (Musa, 2022, p. 61). O arraial passaria a ser apelidado de “Papudópolis” em Ouro Preto devido a endemia da doença. Diante do olhar do observador, o registro lhe apresenta uma mulher, preta, sorridente apoiada na parede de barro seco e cipó, com alguns utensílios domésticos secando sob o sol. O estreito caminho que faz a ligação entre sua casa e a de seu vizinho seria modificada pela abertura dos bulevares positivistas desenhados por Aarão Reis nos anos seguintes. Como fabula Musa (2022, p. 60), “Belo Horizonte está à espreita, segurando uma câmera fotográfica. Onde ela vê uma paisagem prestes a ser violentamente modificada, há toda uma trama do vivido. [...] Ela olha para o fotógrafo, a sua presença transforma a imagem. Viva diante dos nossos olhos ela descortina o passado e esboça um sorriso enigmático para o futuro. Não desapareceu, continuou existindo na fotografia”.



Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto/ Fundação Municipal de Cultura, 189X.

Fig. 6: Funcionários da Comissão Construtora da Nova Capital posam em frente à casa que ocupavam no Arraial de Belo Horizonte.

Na fotografia em tela, parte dos integrantes da Comissão Construtora da Nova Capital senta diante de uma das casas ocupadas pela comitiva durante as obras da nova cidade. Habitam a imagem um grupo de homens brancos - com destaque para Aarão Reis, sentado em primeiro plano diante de uma das entradas da edificação - alguns passarinhos engaiolados, uma criança, também sentada, e uma mulher, negra cuja presença se faz tímida dentre os técnicos e burocratas. Seu avental conta-nos seu trabalho: pouco remunerado, mas de estrutural relevância para a reprodução da força de trabalho técnica da cidade. Seu corpo ocupa, simultaneamente, o interior da casa e o lado de fora. Há um detalhe sobre o qual o observador deve se atentar: seu olhar. Ele “passa por cima daquele que está ao seu lado e alcança um ponto não fotografado da imagem, para quem, o quê, onde ela olha? Ela não está à sombra deles, não foi capturada por eles. Dona Silveira pode ter escolhido estar ali, ou agora aqui entre nós. Ela escolheu a posição do braço, soltou o pé esquerdo para fora do degrau, encostou no marco da porta, esboçou o sorriso e olhou para o lado de fora da câmera, do fotógrafo e da fotografia. O corpo é o habitat dessa mulher, a partir dele, ela negocia sua presença. Um olhar, um passo para frente, para o lado, um leve esboço de expressão no rosto pode mudar a configuração de um espaço e a narrativa de um tempo” (Musa, 2022, p. 122).



Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto/ Fundação Municipal de Cultura, 189X

Fig. 7: Comparativo da ocupação do solo do arraial e da já inaugurada Belo Horizonte (1894-1897).

A Serra do Curral, pano de fundo das duas imagens, é o elemento que, pela sua imutabilidade, denuncia as transformações que ocorreram em três anos: o arraial transformara-se em capital do estado. A festividade de 19 de dezembro marcava a inauguração de uma cidade ainda por construir. Na imagem de baixo, diferente daquelas que enfocam a construção de edifícios e avenidas, o protagonismo é do corpo e das vestimentas da classe média da Cidade de Minas. O corpo negro perde o espaço que ocupa nas imagens cujo tema é o trabalho braçal. Ainda seguindo a poética proposta por Musa (2022), na primeira imagem, a Belo Horizonte olha diretamente a seu passado, um conjunto de casas, ruas e pessoas que cederá sua terra ao progresso.



Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto/ Fundação Municipal de Cultura, 1894-1897

Fig. 8: Construção do Palácio do Governador

Na imagem abaixo, transcrevemos a fabulação de Musa (2022, p. 74), consoante com o esforço empreendido por nossa pesquisa até então:

“Em um instante de interrupção do trabalho, os homens provavelmente bateram a poeira do corpo, abotoaram a camisa de manga, organizaram os cabelos e se posicionaram em frente ao equipamento fotográfico. Em poucas imagens de obras seus construtores são convidados a sair de dentro de fossas, do fundo dos porões, soltar as ferramentas e posar para fotografia. Eles aparecem no alto dos pilares, completam a estrutura em carne e osso, parte deles está na sacada que será futuramente ocupada por governadores em enérgicos discursos. No espaço em que a voz não será a deles, seus corpos podem dizer na fotografia. Pés reunidos, mãos soltas, peito aberto de uma geração para outra. Do lado de fora da obra no chão estão aqueles que aparecem com vestimentas elaboradas, seriam engenheiros? políticos? autoridades? Juntos obreiros e autoridades são apenas um elemento na edificação em construção, estão distantes, diminutos, o andar das obras no Palácio da Liberdade é que conforma o foco da fotografia. O corpo nu da edificação, com alguns tijolos ainda expostos, dá a ver o processo construtivo e as mãos que ficaram escondidas no conjunto de políticas de invisibilidade. Do reboco que oculta os tijolos assentados um a um, à fotografia futura que reluziu em vestimentas enobrecidas a história oficializada da cidade. Diferente delas, algumas fotografias podem restituir a obra aos obreiros, mesmo que timidamente”.



Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto/ Fundação Municipal de Cultura, 189X.

Podemos aproximar, aos registros fotográficos levantados, o painel “Civilização Mineira”⁴⁸ (Fig. 9), de Cândido Portinari, datado de 1959. Uma possível chave de leitura para a compreensão desta pintura passa pela identificação de tempos históricos afastados e sobrepostos. Em primeiro plano, posicionados na esquerda, próximos ao centro do quadro, estão os 10 inconfidentes mineiros, evocando um dos mitos fundadores da nacionalidade brasileira⁴⁹. A revolta, fracassada, em 1789 deu início ao processo investigativo conhecido como “A Devassa” que culminou na execução, por enforcamento, de Tiradentes. A Ouro Preto representada já é a Ouro Preto que se despedira da posição de capital e centro político-administrativo do estado de Minas Gerais, cujo *status* simbólico passaria, cada vez mais, a ser meramente cultural, ocupando a posição de representante primorosa do barroco mineiro. Já a Belo Horizonte do painel trata-se da capital da segunda metade do século XX, diferente em tamanho, arquitetura e densidade do canteiro da Cidade de Minas, no final do século XIX. Dois momentos, afastados em quase 200 anos, são aproximados em uma mesma construção imagética: a Ouro Preto do final do Século XIX ocupa cerca de $\frac{1}{3}$ do painel. A Belo Horizonte já consolidada, ocupa $\frac{2}{3}$ do painel.

Uma estratégia desenvolvida pelo pintor chama nossa atenção: na velha capital, de ruas sinuosas, cuja arquitetura foge da rigidez da linha ortogonal do urbanismo dos novos tempos, Portinari sobrepõe uma série de linhas de fuga perpendiculares, que distorcem a sinuosidade da paisagem, em um movimento que preserva somente as torres das igrejas barrocas. A distorção cartesiana das curvas no espaço urbano, e a conservação dos mares de morros, ao fundo, que não se autorizam ceder à modificação racional do positivismo, sugerem que a antiga cidade não comportaria mais as formas políticas e espaciais do novo tempo. O *progresso*, em nossa leitura apresentado nesse momento justamente pela perspectiva ortogonal, debate-se contra uma massa já organizada de edificações coloniais, cuja forma de ser, visivelmente, não se deixa mais ser transformada pela nova lógica de organização espacial.

Os inconfidentes, todos, olham adiante, para a direita, onde o futuro se apresenta a partir de uma sobreposição de prismas, planos e elementos urbanos que apertam-se uns contra os

⁴⁸ Atualmente exposto na Casa Fiat de Cultura, um dos equipamentos do complexo cultural da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, o painel é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e trata-se do maior painel de Cândido Portinari em Minas Gerais, medindo 2,34 X 8,14 metros, a técnica de sua execução é mista, a partir da junção de têmpera e óleo sobre madeira.

⁴⁹ Ver, especialmente, SANTOS, Lúcio José. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

outros. Aqui, as linhas de perspectivas que antes reajustavam a paisagem caduca, agora são, de outra forma, apagadas pela força caótica da disposição dos edifícios de Belo Horizonte. A rua e o espaço público também somem e a visada nos mostra, por fim, o topo das torres e dos postes, altura essa só habitada pelas aves.

Mais uma vez, a posição dos Inconfidentes, na transição entre as duas paisagens e o gesto manual de duas das personagens - uma delas, Tiradentes - sugerem que o projeto por eles iniciado, finalmente, tomou sua forma definitiva. Aqui, os sujeitos do progresso, finalmente, têm rosto: trata-se de parte da elite intelectual e política ouropretana do século XVIII que foi perseguida, presa e que morreu sem ver o projeto da república tomar a forma definitiva.

Fig. 9: Cândido Portinari, A Civilização Mineira



Fonte: Acervo Digital Casa Fiat de Cultura, 2024.

Em alta resolução, consultar: < https://artsandculture.google.com/asset/culture-of-minas-gerais/pAG_nv472QLNCA?hl=pt-br >

Ao contrapormos foto e pintura, quais possibilidades críticas são abertas? Os corpos desviantes da fotografia deturpam a construção iconográfica que Portinari parece propor em seu painel: o trabalho apresentado pelo pintor - encarnado nos heróis da inconfidência, é o trabalho político, de imaginação da nova forma de cidade que os tempos futuros viriam consolidar. Ao que parece, nessa narrativa pintada, o corpo negro e o trabalho braçal não têm lugar diante da força do homem político. Outra vez, as palavras do Padre Martins Dias:

O arraial, depois da saída de grande parte de seus habitantes e ao passo que iam chegando os obreiros da nova cidade, foi-se logo transformando em uma verdadeira oficina de trabalho, onde se devia fundir a primeira maravilha da América do Sul, chamada Minas. As casas deixadas pelos seus ex-proprietários foram logo ocupadas pelas famílias dos membros da Comissão Construtora da Nova Capital; e como não havia cômodos para os demais obreiros da nova cidade, iam estes se acomodando como podiam, em barracões e cafuas que, a cada momento e por todos os recantos, surgiam, como cogumelos nas queimadas, em tempo de chuva (Dias *apud* Barreto 1996, p. 79).

Encontramos uma reflexão de grande apoio imagético a nosso desenvolvimento no ensaio apresentado por Lélia Gonzalez em 1980 na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e publicado na *Revista Ciências Sociais Hoje* em 1984 intitulado “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Em um sugestivo trecho de sua escrita, a pensadora nos apresenta o racismo como “a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (Gonzalez, p. 224). Sintoma e neurose são termos devotos do campo psicanalítico, cujas definições foram inicialmente propostas por Freud (Freud, 2011). Gonzalez (1980) buscava, ao transpor os conceitos do domínio da clínica à diagnóstica social, apresentar uma leitura sobre o racismo que o reposicionasse funcionalmente. Seu papel no Brasil republicano tratava-se de recalcar (conduzir até o lugar do não-visto, do não-existente) as violências raciais, de forma a apagá-las discursivamente e institucionalmente da realidade social do país - essa é a natureza neurótica dessa estrutura. Ao negar a existência do trauma, de acordo com a proposta freudiana (Freud, 2011), constrói-se os artifícios psíquicos necessários para pressioná-lo (o trauma) em um lugar próprio do inconsciente, inacessível à consciência humana e, ainda que presente, não identificável.

O ato do recalçamento produz efeitos na maneira como o sujeito significa seu mundo - Freud distingue duas formas gerais pelas quais o recalque patologiza o sujeito, a saber, os quadros clínicos da psicose e da neurose. Nesse último caso, aquilo que foi recalçado retorna, enquanto sintoma, e se apresenta à consciência a partir da negação discursiva: “Você agora vai pensar que eu quero dizer algo ofensivo, mas não tenho de fato essa intenção” (Freud, 2011, p. 276), na medida em que a intenção é justamente a ofensa, ou a partir da repetição simbólica,

ponto esse, desenvolvido mais tarde por Lacan (1991)⁵⁰ - essa é a sintomática cultural brasileira: a negação, pelas instâncias institucionais e formais, dos efeitos sociais do apagamento institucional da violência racial. Se, no caso clínico, o sintoma se reapresenta por vias patológicas, na negação ou repetição de determinadas ações, falas e imagens *pele* e *diante* do sujeito, em suma, rompe com a condição de negatização exercida pelo aparelho psíquico, de que forma o sintoma social se reapresentaria à sociedade que o produziu?

A agência daqueles categorizados por *nomes* cuja determinação social é a da subalternidade, do apagamento e da obliteração, quase sempre se encaixa no exemplo desenhado por Gonzalez (1984) - extravasa-se diante da estrutura perversa em formas que denunciam o limite do projeto de controle e apagamento direcionado contra eles mesmos. A contradição da Belo Horizonte do começo do século XX era a da impossibilidade de se obliterar o corpo do negro e do operário, a da falta de terra para sua carne, ao mesmo tempo em que sua força de trabalho era um dos marcos para a consolidação da nova cidade. As favelas, cortiços e aglomerações que se apresentavam como a anti-cidade republicana eram, portanto, parte da sintomática cultural mineira, agora atualizadas na neurose republicana do progresso.

3.2 As fronteiras urbanas, a transformação da terra e a profanação do plano

Deixavam que a gente viesse para cá, mandavam-nos para cá, mas não se tinha onde morar. A gente podia viver, mas não podia morar. Joaquim Antônio – Seu Quinca, ex-morador da Favela da Barroca. (Gazeta Mineira, (1938) *apud*. Guimarães, 1991, p. 81.)

Gostaria de mostrar que os ‘discursos’, tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras[...]; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; [...] Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (Foucault, 2008, p.54 e 55).

No texto *Favelas em Belo Horizonte – Tendências e Desafios*, Guimarães (1992) levanta a hipótese de que a existência do trabalhador da construção civil no espaço republicano seria

⁵⁰ Sobre o sintoma, afere o psicanalista: “É esse objeto, *das Ding*, enquanto o Outro absoluto do sujeito, que se trata de reencontrar. Reencontrá-lo no máximo como saudade. Não é ele que reencontramos, mas suas coordenadas de prazer; é nesse estado de ansiar por ele e de esperá-lo que será buscada, em nome do princípio do prazer, a tensão ótima abaixo da qual não há mais nem percepção nem esforço” (Lacan, 1991, p. 69). Também desenvolvido em “O que a experiência analítica nos ensina em primeiro lugar é que o homem é marcado, é perturbado por tudo aquilo a que se chama sintoma na medida em que o sintoma é aquilo que o liga aos seus desejos. Não podemos definir-lhe o limite nem o lugar por satisfazer isso sempre, de alguma maneira, e, o que é mais, sem prazer” (Lacan, 1992, p. 262-263).

temporária. A autora argumenta que o principal sustentáculo dessa posição é a inexistência, no plano elaborado pela CCNC, de “um lugar para alojar o trabalhador encarregado de construí-la” (Guimarães, 1992, p. 11). Uma vez finalizadas as obras, eles migrariam para outras cidades, esvaziando a zona urbana da capital. Em outra oportunidade (Guimarães, 1991) a autora sugere a periodização do problema da moradia da classe trabalhadora na nascente Belo Horizonte em duas partes: uma primeira, situada entre 1897 a 1919, com a formação do sistema de acesso à terra e edificação de casas, que dificultou o assentamento de trabalhadores na cidade, e uma segunda, que compreende a década de 1920, caracterizada por uma constante disputa entre a prefeitura e a classe trabalhadora pela terra. Ambos os argumentos emergem como resultado da pesquisa historiográfica da autora e compartilham das mesmas premissas: a ocupação formal da zona urbana pelo trabalhador da construção civil em Belo Horizonte era impedida e, no melhor dos cenários, dificultada pela administração municipal.

Em nosso recorte de pesquisa, a saber, as duas primeiras décadas de vida da cidade, alguns fatores gerais guiavam seu crescimento de forma a construir a polaridade trabalhador/administração apontada por Guimarães (1991; 1992). O estudo das pesquisas historiográficas utilizadas como fonte de consulta - Barreto (1996); Guimarães (1991; 1992); Aguiar (2006); Pereira (2019); Salgueiro (2020) - nos permitiu levantar convergências entre os dados objetivos disponíveis sobre esse período e também entre os pontos de partida analíticos traçados pelos autores, apesar de, conforme apontado na apresentação de nossa pesquisa, o desenvolvimento da argumentação e os objetivos de cada um desses trabalhos guardarem particularidades entre si.

Correndo o risco de sumarizar a relação multifacetada entre elementos de ordem econômica, política e demográfica apresentada nessas pesquisas, a expansão da cidade balizava-se, principalmente, por cinco fatores estruturantes nesses primeiros anos, a saber: a organização do parcelamento do solo municipal e os requisitos para aquisição formal da terra, por nós explorada anteriormente; a explosão demográfica; a divisão do trabalho social, polarizada, a grosso modo, entre operários/trabalhadores braçais e burocratas; a crise financeira brasileira do café somada à crise fiscal existente no estado de Minas Gerais; e, por fim, as disputas políticas alavancadas pelo projeto de uma nova ordem econômica mineira, com a subsequente constituição de uma nova oligarquia estadual.

Através da relação entre esses elementos, explorada a seguir, interpretamos como a urbanização produziu as categorias de subjugação socioespacial na constituição do centro da

cidade. Em resumo, na virada do século XIX para o século XX, a administração local se viu obrigada a lançar mão de artifícios para controle e gerenciamento dos corpos indesejáveis na zona urbana de Belo Horizonte, o que resultou na delimitação de uma região na porção central da cidade para assentamento da massa de trabalhadores e de negros que viviam em construções informais pelas ruas da nova capital. Essa região, nomeada de Barro Preto – ver adiante **Fig. 11**, contribuiu para efetivar e reproduzir os estigmas necessários para a solidificação das categorias de negatização social projetadas sobre aqueles corpos. Como tratará a argumentação deste capítulo, a eficácia simbólica da produção do estigma reside na possibilidade de convertê-lo (o estigma) em um mecanismo de separação socioespacial socialmente naturalizado - a *fronteira*. O Barro Preto, em Belo Horizonte, surge como um efeito da formalização da diferença; em verdade, surge como uma resposta à necessidade institucional de organizar territorialmente o caos social existente na cidade.

Os dados demográficos disponíveis do final do séc. XX possuem poucas estratificações categóricas. Guimarães (1992) relata que, nas pesquisas sobre favelas e ocupações irregulares em Belo Horizonte, os dados estatísticos são sempre um grande empecilho e sua falta denuncia, dentre outros fatores, o descaso por parte do planejamento urbano do início do século XX diante do problema. Já apresentamos os argumentos de Pereira (2019), cujos esforços em buscar informações sobre a caracterização demográfica do movimento migratório das primeiras décadas de Belo Horizonte foram infrutíferos. Os dados trabalhados por Aguiar (2006) são consonantes aos da autora. Guimarães (1991) em alguns de seus argumentos apresenta apenas a evolução geral populacional, com base em dados resultado de uma interseção entre a obra de Barreto (1950), levantamentos disponibilizados pelos jornais *O Correio Mineiro* e *O Diário*, dados que integram o Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Plambel (1979), e do Anuário Estatístico do Brasil, datado de 1938. Apesar de mapear a evolução em intervalos menores que os demais pesquisadores, seu trabalho não discrimina os valores totais em categorias demográficas mais específicas, como homens e mulheres, negros, pardos e brancos e etc.

Quadro 1: Evolução demográfica de Belo Horizonte entre 1890 e 1920.

Ano	População	Taxa de crescimento anual
1890	600	
1893	2.650	64,1%
1897	12.000	45,9%
1900	13.472	3,9%
1905	17.615	5,5%
1910	33.245	13,5%
1912	38.822	8,1%
1920	55.563	4,6%

Fonte: *Adaptado de Guimarães (1991), com base em Barreto, 1950, p.61 e p. 274; Correio Mineiro, Belo Horizonte, 12/12/1926, p. 1; O Diário, Belo Horizonte, 12/12/1945, p.10 e p. 16; Plambel, 1979, p. 70; IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1938, p. 128.*

Qual a qualidade desse incremento populacional? Podemos presumir, sem muita resistência, que o fator determinante para a explosão demográfica da nascente Belo Horizonte foi a taxa de migração que a cidade naturalmente experimentaria. Os autores consultados parecem concordar ao qualificar o movimento migratório a partir do fluxo de uma massa de trabalhadores em direção à capital (Pereira, 2019; Aguiar, 2009; Guimarães, 1992; Salgueiro, 2020). Embora, como adiantado, não haja dados censitários precisos sobre as características dos novos moradores, os registros de crescimento da malha urbana da cidade também incorporam esse argumento, afinal, diante de todas as condicionantes de compra, venda e construção na área urbana da Cidade de Minas, a massa de migrantes parecia não possuir as qualificações e quantias necessárias para se instalar dentro do limite da Av. do Contorno:

O centro da cidade ficará deserto por muitos anos, com suas ruas sem história se cruzando em ângulo reto, em contraste com os quarteirões suburbanos que se estendem ao longe ziguezagueando sobre as montanhas, densamente povoados e na maior desordem geométrica. A falta de densidade faz com que o tecido urbano não seja contínuo, apresentando vazios que vão sendo ocupados aos poucos. (Salgueiro, 2020, p. 198.)

Em verdade, a transposição da capital de Minas Gerais (final do século XIX) coincidiu com um período de grande estímulo à imigração europeia para o Brasil. Em Minas Gerais, seguindo a tendência do país, o governo estimulava a chegada de mão de obra estrangeira - italianos, principalmente. O estímulo foi arquitetado, em 1892, pela lei 32 de 18/07/1892, a qual

autorizava o “Presidente do Estado a promover imigração de trabalhadores, mediante a concessão de diversos favores”. Dentre outros incentivos, o texto jurídico previa a concessão de crédito de até 5 milhões de réis por família, a facilitação na aquisição de terras, nunca inferiores a 25 hectares de terra de cultura e 50 de campo para cada família e fornecimento de passagens de trem e navio até sua locação final.

Conforme Guimarães (1992, p. 85), essa mão de obra “destinava-se à formação de Núcleos Agrícolas no interior do estado e em Belo Horizonte”, mas também era direcionada à construção da nova capital, cuja arquitetura eclética dos prédios exigia mão de obra qualificada. Adelman (1974) aponta que em 1894 chegou a primeira leva de 292 italianos em Minas, a maior parte alojada na zona agrícola da Cidade de Minas, em local conhecido como a Fazenda do Barreiro. Nos primeiros meses de 1897, o autor estimou em 2.500 os estrangeiros chegados a Belo Horizonte e, ao final deste ano, haveria em torno de 7.000 trabalhadores nos canteiros de obra da nova capital. Embora Guimarães (1991) e Adelman (1974) afirmem em seus textos que a maior parte da massa trabalhadora fosse estrangeira, esses argumentos foram questionados e revisados por Pereira (2019) e Musa (2022) no direção em que, com dados estatísticos incompletos e diante da (in)visível presença negra na nascente cidade, a participação dos corpos racializados foi permanentemente mascarada na historiografia belorizontina.

Mesmo com a imprecisão demográfica, fato é que os núcleos agrícolas foram rapidamente incorporados à zona suburbana da cidade e passaram a constituir novos bairros como o Carlos Prates, a Lagoinha, o Horto e Santa Efigênia (Monteiro, 1973). Como apresenta relatório da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), a colônia do Carlos Prates, por exemplo, “nunca chegou a adquirir as características de Núcleo Agrícola” (Plambel, 1979, p. 51).

Embora a tese da migração de trabalhadores seja consensual e, inevitavelmente, chegue-se a esse raciocínio quando buscamos explicações sobre o aumento populacional nas primeiras décadas da cidade, vemos em poucas oportunidades esforços empreendidos na direção de explicações das causas da migração. Em geral, os argumentos apresentados passam pelo já apresentado incentivo migratório e, de modo geral, pela oferta de trabalho da construção civil numa cidade ainda perfazer. A seguir, buscaremos esboçar os fatores gerais da consolidação do vetor de migração estabelecido pela Cidade de Minas com o objetivo principal de demonstrar como o solavanco populacional foi uma das causas estruturais da exclusão socioespacial dos corpos estigmatizados na cidade.

4.1.1 Causas gerais da explosão demográfica

Em 1890, a recém efetivada abolição da escravidão deslocava uma massa de corpos escravizados em direção a uma novo formato de trabalho no país. Como resultado, os centros urbanos brasileiros aglutinaram, de forma exponencial, um mercado de mão-de-obra de baixa qualificação sob o ponto de vista da especialização do trabalho - ver os argumentos desenvolvidos no capítulo 3.1 - *A terra*.

Nesse contexto, a concretização de um projeto aos moldes de Belo Horizonte ofertaria uma quantidade enorme de vagas de trabalho no setor da construção civil. Embora permaneça ainda a lacuna histórica sobre as condições e características da relação entre a imigração e ocupação produtiva na Cidade de Minas, pode-se ter uma noção, através do primeiro recenseamento municipal, datado de 1912, que a proporção de pedreiros, operários e carpinteiros estavam entre as maiores no corpo de trabalhadores municipal, juntamente com os agricultores e profissionais do serviço doméstico e comércio (Belo Horizonte, 1912). A hipertrofia do setor terciário - com 6.172 profissionais, diante do secundário (5.205) e do primário (1.564) também contribui para a caracterização do quadro. Esses dados explicitam que, mesmo diante dos esforços de industrialização da nova capital por parte do governo estadual (Plambel, 1979), até a primeira década do século XX não se observava, refletido na ocupação do trabalhador belorizontino, as políticas de transformação econômica e industrialização.

Até então, pode-se levantar a título de hipótese, o principal dispositivo de dinamização da economia da capital, fora a construção civil, era a integração econômica propiciada pela linha férrea. Se, conforme Plambel (1979), a preocupação inicial do grupo de trabalho foi a de construir o ramal férreo ligando Belo Horizonte à rede da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Sabará, para facilitar o envio de material destinado à construção, a médio prazo, essa estrutura permitiria fissurar o isolamento que se mantinha entre a região e pólos econômicos do estado. O escoamento de mercadorias facilitado e contemporâneo à inauguração da cidade

explicaria o rápido crescimento do comércio e a consolidação de outra força de absorção da mão de obra trabalhadora⁵¹.

Se Belo Horizonte ainda não se transformara na potência industrial que viria a ser na segunda metade do século XX, as políticas de incentivo à instalação das indústrias cumpririam seu papel de germinar o projeto mineiro de transformação econômica. Em 1912 já existia em Belo Horizonte um “apreciável parque industrial, encontrando-se inclusive uma empresa com mais de 500 empregados” (Plambel, 1979), empresa essa do ramo têxtil. No total, haviam 23 indústrias catalogadas na cidade, considerando o Relatório do Prefeito Olyntho dos Reis Meirelles, apresentado em 1912. Essas empresas localizam-se quase todas no perímetro urbano. É observado em Plambel (1979) que não só existia uma atividade industrial pungente na cidade, como também seus agentes organizavam-se em grupos e sindicatos de estreita relação com o poder público, tanto a nível municipal, do qual viria a gozar de benefícios fiscais e incentivos de instalação e fixação de suas estruturas, quanto a nível estadual⁵², onde reivindicavam medidas de proteção contra produtos estrangeiros. Em suma, destacamos sugestivo trecho do relatório que sumariza nossos esforços de argumentação:

[Em Belo Horizonte] o Estado “protege” indústria não só num esquema legal a nível de tributação isenção, impostos, etc. próprios de uma política protecionista mas protege também a nível físico, cedendo terrenos com infraestrutura. Inova na época, a política de incentivos, tão copiosamente imitada nos dias atuais. (Plambel, 1979, p. 45).

Todo esse contexto formataria um vetor de atração populacional de grande força para a nova capital, e, na medida de sua consolidação, também se formalizaria um mercado local com capacidade de consumo muito superior aos municípios vizinhos. Os incentivos industriais e a crescente oferta de postos de trabalhos construíam as condições necessárias para a absorção de mão de obra - qualificada ou não - e que, possivelmente, findando-se as vagas da construção civil, serviria como exército de reserva à indústria local.

⁵¹ Esses argumentos permeiam o relatório intitulado “O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte 1897-1970”, da Plambel, em especial nas páginas 30-40 onde busca-se rever o argumento então vigente de que Belo Horizonte seria uma “Cidade Administrativa”, em função de sua origem burocrata. Ainda que o projeto de industrialização não tenha sido concluído, o relatório afirma que “Belo Horizonte é também uma cidade industrial (...) e não pode ser classificada como uma cidade exclusivamente terciária” (Plambel, 1979, p. 39).

⁵² Aqui, é destacado o papel de João Pinheiro no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 realizado em Belo Horizonte. No evento, o político apresentou um programa de industrialização para o estado, destacando-se os ramais de agricultura, mineração, transformação e siderurgia. Em trechos destacados por Plambel (1979), Belo Horizonte é centralidade em seu discurso nas pretensões de desenvolvimento econômico no estado.

Os efeitos da consolidação desse vetor já foram adiantados, mas, um editorial do jornal *Diário de Minas* datado de 1911, cuja posição ia de encontro a grupos empresariais não beneficiados com os incentivos governamentais, aponta a seguinte situação:

Um facto que ninguém pode constatar com razão, o da crise em que se debate a população à qual vão faltando os elementos mais essenciais ao seu conforto, bem-estar e desenvolvimento: água, luz, higiene e transporte. Os recentes insucessos de abastecimento de água e luz causaram a mais desagradável impressão do espírito público, gerando-lhe a firme convicção de que sem grandes capitães e o esforço da iniciativa particular idônea, impossível será a Capital viver com dignidade, conforto e brilho tornando-se lhe cada vez mais precária a existência que vai arrastando sem água que lhe baste, sem luz contínua, sem comodidade real de transporte, sem segurança do estado sanitário... o ilustre administrador deve estar convencido pela experiência de seus sucessores e pela observação própria que é tempo de abrir as portas da cidade ao Capital e às Indústrias. (*Diário de Minas*, 1911, *apud*. Guimarães, 1991, p. 142.)

Se a concretização do vetor de atração populacional saturou a infraestrutura que até então fora executada em Belo Horizonte, ao que parece, a solução defendida pelos empresários não contemplados na política de industrialização mineira era a de uma espécie de “abertura dos portos” para uma política mais capilarizada de desenvolvimento econômico, a qual, a partir dos tributos e do crescimento da atividade, naturalmente a indústria belorizontina cederia ao poder público o dinheiro necessário para ampliar a rede de esgotos, energia, pavimentação, drenagem e abastecimento de água na capital.

A população crescente alimentaria o fenômeno de periferização em Belo Horizonte, afinal, em exercício realizado há algumas páginas, ao se intersectar a população total com os dados da população informal, constata-se que, na cidade de *trabalhadores*, sua maioria era *favelada*. Em suma, a migração trouxe a Belo Horizonte não só a mão de obra através da qual a cidade seria erguida, mas também fundamentou a estrutura de exclusão fundiária. Organizados em favelas e ocupações que, em pouco tempo estariam cheias e se constituíam como um problema - cuja resolução seria seu apagamento do espaço urbano (Guimarães, 1992), os sem terra da cidade iniciaram um processo permanente de ocupação de áreas vazias municipais, sobretudo aquelas próximas à Avenida do Contorno. Belo Horizonte viu, nos primeiros 50 anos de sua vida, o surgimento de inúmeros núcleos, como apresentado pelo quadro a seguir, onde é destacado o papel do Barro Preto como lugar da massa de trabalhadores nos primeiros 15 anos de vida da capital:

Quadro 2: Situação das vilas e favelas em Belo Horizonte (1895-1950)

Favela	Localização/Bairro	ÉPOCA	
		Surgimento	Remoção
Alto da Estação	Santa Tereza	1895	1902
Córrego do Leitão	Barro Preto	1895	1902
Barroca	Barro Preto	1902	1942
Praça Raul Soares	Barro Preto	1910	1935
Pedreira Prado Lopes	Lagoinha	1920	1942
Perrela	Santa Efigênia	1920	1982
São Jorge (Morro das Pedras)	Jardim América	1922	-
Pindura Saia	Cruzeiro	1930	-
Senhor dos Passos	Lagoinha	1930	-
Acaba Mundo	Sion	1935	-
Alto Vera Cruz	Vera Cruz	1935	-
Palmital	Lagoinha	1935	-
Universidade	Sto. Agostinho	1935	1960
Santo André	Lagoinha	1935	-
Buraco Quente	Carmo-Sion	1940	-
Cabana Pai Tomaz	Vista Alegre	1941	-
Marmiteiros	Pe. Eustáquio	1942	-
Morro do Querosene	Luxemburgo	1942	-
Pombal	Serra	1944	-
Edgar Werneck	Horto Florestal	1945	1982
Pau Comeu	São Lucas	1948	1982
Buraco do Peru	Carlos Prates	1950	-

Fonte: Guimarães (1992), adaptado de Teulières, 1957.

O capítulo anterior, entre outros fatores, tratou de traçar uma análise sobre a estrutura burocrática que anteparava a constituição do mercado de terras de Belo Horizonte. Suas duas muletas eram o plano de ocupação propriamente dito e o conjunto de leis elaboradas para o controle do uso, ocupação e venda do solo na capital. Diante desse instrumental que protegeria

sobretudo a zona urbana (centro planejado) da cidade, a ocupação mais fácil dar-se-ia na zona suburbana da capital. Entretanto, a incapacidade de traduzir a lei em um meio socioespacial organizado era visível, e o problema da moradia informal extrapolou o limite das favelas e distribuiu-se nas ruas e em quarteirões internos à Av. do Contorno. Com o inchaço populacional contaminando a cidade idealizada pela administração pública mineira, a zona urbana parecia não mais servir simbolicamente ao *status* de lugar republicano, e, de outra forma, apresentava Belo Horizonte como um nascente fracasso. A cidade dos políticos, burocratas, técnicos e cientistas agora era a cidade dos peões, agricultores, operários, favelados e etc.

4.1.2 A divisão social do trabalho na nascente capital: a mão e os nervos.

No interior do autômato a que uma ambígua literatura reduz o operário da construção, que avança para a desqualificação, alguém respira. Sob a ilusão de uma ação puramente heterônoma há que conceber os vestígios de um homem. (...). A manufatura reclama, promove essas miragens como condição indispensável - mas não para que sejam esboçadas as premissas de alguma poética da mão. Se no interior do autômato alguém respira, seu gesto deve ser, precisamente, como o de nenhum homem, sob pena do fracasso, ofensa às regras e desemprego. (Ferro, 2006, p. 144-147).

Fig. 10: Canteiro de obras de edifício público em Belo Horizonte.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto, consulta em 2024.

A foto acima data da primeira década do século XX, período onde ainda se realizavam parte das obras viárias e quando ainda se construía edificações públicas em Belo Horizonte. Na leitura da imagem, alguns elementos sobressaem: há uma primeira ordem, topológica - uma das vigas baldrame faz a divisão da imagem em dois hemisférios onde, ao lado direito, quatro homens bem vestidos estão relativamente esparsos, e, ao lado esquerdo, um conjunto de trabalhadores enfileiram-se para a fotografia no plano superior da estrutura e um, solitário, posa próximo ao alicerce da futura edificação. Se nos detemos um pouco mais nos detalhes, é possível observar que, acompanhando a divisão de vestimentas das figuras, há uma divisão racial dos corpos. Os bem apessoados, de terno, são homens brancos e aqueles com roupas mais modestas são, majoritariamente, homens negros - cumpre aqui compararmos a imagem em voga com os argumentos de que o trabalhador da nova capital era majoritariamente migrante e italiano (Plambel, 1979; Le Ven, 1979).

No espaço do canteiro de obras, aproximam-se figuras que, podemos suspeitar, não estariam espacialmente tão próximas em outros lugares da cidade. A natureza da separabilidade exercida na situação da foto pode ser ainda corroborada com um detalhe mais sutil: os prováveis engenheiros têm suas mãos livres diante da fotografia - um as esconde, outro ajeita o paletó, outros dois guardam-nas em seus bolsos. Os operários, todos, levam em sua mão esquerda alguma ferramenta do ofício: pás, enxadas, picaretas.

Em “Arquitetura e Trabalho Livre”, Sérgio Ferro nos oferece um raciocínio chave para desenvolvermos uma interpretação dessa fotografia quanto ao significado social da categoria do *operário*. No capítulo intitulado “A mão”, encontramos uma proposta de reflexão do canteiro de obras a partir da mão do trabalhador e sua relação com a matéria. Ferro (2006) decompõe o canteiro de obras em suas frações mais elementares. Nesse exercício, a mão assume o primeiro e último papel na produção do ambiente construído, afinal, se escreve: “o corte rente dos possíveis ao alcance da mão é a base mesma do processo de produção do espaço” (Ferro, 2006, p. 150). O autor assume o gesto manual - o *fazer* do trabalhador - como o momento exato de atualização e exercício da dominação do trabalho. A matéria manipulada, fruto da dominação laboral, portanto, nasce ao mundo como o vestígio concreto dessa violência. Ao transformar a materialidade que o cerca, no maquinário panóptico do canteiro de obras, cujas regras são ditadas pelo projeto e vigiadas pelo engenheiro-arquiteto, a ação, o desejo e humanidade dos construtores (serventes, pedreiros, mestres de obra), são apagadas na mecânica da construção civil.

A energia orgânica que circula o canteiro de obras da nova capital é o fluxo a ser regulado pelo capital: a força minúscula do servente, multiplicada por mil, duas, três mil vezes, numa soma direcionada ao reordenamento material do ambiente habitado, a saber, a abertura de sulcos na terra, o corte de pedras, a supressão de árvores, o afugentamento da fauna, a transformação do barro em tijolo, do pó em cimento e, por fim dos elementos mais fundamentais da construção no equivalente material do plano de Aarão Reis: as ruas deixam de ser traços abstratos em ordem geométrica e passa a demarcar volumes, visadas, trajetos e caminhos no cotidiano da cidade em construção.

Quando pensamos na categoria operário e no corpo do trabalhador, o que está em jogo, no movimento de produção do espaço urbano, em última análise, é a dominação de sua energia corpórea e sua tradução em matéria ordenada. Na equação que orquestrava a construção de Belo Horizonte os pés, o suor e, sobretudo, as mãos dos trabalhadores eram os artefatos de conversão da sua energia nas formas ecléticas dos edifícios e dos bulevares municipais. A dualidade entre os burocratas, técnicos e políticos *versus* o trabalhador operário na cidade nascente é trabalhada pela bibliografia (Plambel, 1979; Le Ven, 1979), sobretudo, a partir do recenseamento de 1912. A pesquisa, encomendada pelo então prefeito Adalberto Ferraz, nos oferece um panorama geral em relação à proporção de funcionários públicos no quadro de trabalhadores belorizontinos. Dos 12.941 trabalhadores totais, 6.172 pertenciam ao setor terciário e, desses, 849 eram funcionários públicos (cerca de 6% do universo de trabalhadores) - ver **Quadro 03**. Havia, ainda, um setor primário constituído por 87 unidades produtivas, que empregava 1.564 trabalhadores e um setor secundário em franco desenvolvimento, com 5.205 trabalhadores - desses, 2.715 eram operários⁵³.

⁵³ Como nos explica Plambel (1979, p. 32), “a categoria “operários” é bastante obscura, não se podendo destacar a que ramo de indústria pertencem esses trabalhadores”.

Quadro 3: A distribuição de trabalhadores do setor terciário em 1912.

Profissão	Empregados	Percentual (setor terciário)
Transporte e Comércio	517	8,37
Finanças	22	0,35
Funcionários Públicos	849	13,75
Segurança	761	12,33
Serviços Assistenciais	300	4,86
Serviços de Reparação	87	1,41
Serviços Pessoais	705	11,43
Serviços Domésticos	1.829	29,64
Total	6.172	100

Fonte: Belo Horizonte, 1912.

Fica explícito, assim, que, embora construída sob a alcunha de uma “cidade administrativa”⁵⁴, a população produtiva de Belo Horizonte consistia, em percentual muito superior, em trabalhadores braçais - sejam eles da construção civil, da agropecuária ou da indústria de transformação.

No atual ponto, nossa análise esbarra em uma considerável lacuna nos estudos sobre a economia da Belo Horizonte da transição do século XIX para o XX: a caracterização da média salarial e análises sobre a reprodução social do trabalhador operário. Partindo de argumentos com essa consistência, poderíamos mensurar melhor as condições econômicas de aquisição da terra urbana e observar, mais de perto, as dimensões da muralha que se formou diante da massa de sem terra da cidade. Se a construção de uma visão mais aproximada exige esforços para além dos objetivos desta pesquisa, podemos aproveitar os panoramas tecidos por Furtado (2007) sobre a natureza da economia cafeeira brasileira do início do século XX. Esses argumentos mostram-se suficientes para que entendamos, por alto, os mecanismos de dominação social confeccionados na economia assalariada e, observando os dados tabulados pelo recenseamento de 1912, podemos assumir, pelo peso da economia agrícola belorizontina e pela quantidade de mão de obra empregada, que Minas Gerais obedecia aos movimentos gerais sintetizados pelo economista.

⁵⁴ O principal defensor dessa posição foi Paul Singer (1968), questionada já na década seguinte por Le Ven (1979) e cujos principais contrapontos foram apresentados em Guimarães (1992).

Para Furtado (2007), a economia cafeeira assalariada do período, quando observada macroscopicamente, apresenta similaridades com a economia escravista: ambas se constituíram por uma multiplicidade de unidades produtoras, diretamente ligadas ao comércio exterior. Entretanto, numa análise minuciosa, aparecem profundas diferenças, sobretudo em relação ao fluxo de renda e consumo internos. O autor esquematiza a singularidade da agricultura pós-escravista analisando-a partir da venda final (renda bruta) da unidade produtiva. Para sustentar a empresa, a renda total da produção deve cobrir os custos e remunerar a totalidade “dos fatores utilizados nessa produção” (Furtado, 2007, p. 219) que, a grosso, consistem a) na renda dos assalariados e b) na renda dos proprietários. Enquanto os assalariados transformam a totalidade de sua renda em gastos de consumo, os proprietários, cujos gastos em consumo superam o de seus empregados, poupam parte da renda com o objetivo de incrementar seu próprio capital.

Nessa estrutura, os gastos em consumo passam também a constituir a rentabilidade de pequenos comerciantes e produtores, que, por sua vez, também invertem parte de sua renda em gastos de consumo. Furtado (2007) argumenta que a soma de todos os gastos desencadeados nessa economia supera o mais-valor criado inicialmente pela unidade produtiva (pela natureza das vendas da empresa agrícola, esse mais-valor inicial vincula-se, portanto, às somas das exportações), o que permite um crescimento econômico interno. Ao vincular o crescimento do mercado interno às exportações, o que o autor busca é atentar o leitor sobre a influência que o preço da saca de café exportada possuía sobre o fluxo de renda brasileiro. Aumentando-se as exportações, aumenta-se, por conseguinte, a demanda por artigos de consumo, o que provocaria, naturalmente, a expansão do setor produtivo nacional e, o que é mais importante, fora da unidade produtiva cafeeira. Em suma, “a massa de salários pagos pelo setor exportador vem a ser o núcleo de uma economia de mercado interno” (Furtado, 2007, p. 220).

O que nos interessa em todo esse argumento é o seguinte: com os impulsos externos à economia cafeeira que aconteceriam ao longo da última década do século XIX houve um aumento exponencial na margem de lucro dos cafeicultores. A inversão dos lucros na expansão da atividade cafeeira - aqui, é importante pontuar tanto abundância de terras quanto a elasticidade de mão de obra no Brasil pós-escravista - provocaria um fluxo de migração generalizado dentro do país, em direção ou aos grandes latifúndios de café, ou aos centros comerciais que se expandiram com essa economia. Para tanto, bastaria que o salário fosse, “em termos absolutos, mais elevado que aqueles pagos nos demais setores da economia para que a força de trabalho se deslocasse” (Furtado, 2007, p. 221).

Em Belo Horizonte, temos, em 1912, apesar da pouca influência do setor primário na economia total municipal (apenas 12,09%), 1.444 agricultores (segunda maior categoria trabalhista levantada, apenas atrás dos operários da indústria de transformação) empregados em plantações de café, milho, arroz, açúcar, mandioca, batatas e verduras (Plambel, 1979), em uma economia de característica produtora-exportadora, afinal, como é possível imaginar, sem um mercado interno belorizontino que ainda absorvesse a totalidade da produção das áreas de sítios, parte da produção escoava para outras regiões do estado ou para fora do país. Apesar das lacunas já assinaladas, podemos supor que o fluxo de renda da Belo Horizonte da virada do século era também sustentado pelo escoamento dos salários em direção ao mercado de consumo interno, fator que permitiu a expansão do setor de serviços da cidade nas décadas seguintes.

Atraído em direção à capital em busca de melhores condições de renda, o trabalhador manual belorizontino - seja o do campo ou o da cidade - vai se deparar com uma estrutura fundiária com inúmeros obstáculos para sua instalação, diferente do que seria visto pelos funcionários públicos ou políticos. Como nos apresenta Guimarães (1991),

Trabalhadores e técnicos ombreavam a construção da cidade, mas em condições desiguais. Enquanto os técnicos tinham assegurada sua sobrevivência, os trabalhadores lutavam para esticar seus salários que, por muito tempo, foram recebidos sob a forma de vales desvalorizados, fator adicional para o erguimento de cafuas e barracos por todo lado. (Guimarães, 1991, p. 103)

Mais uma vez, em Belo Horizonte, a análise do crescimento periférico serve como melhor recurso diante da falta de dados. Preocupado em garantir a mão-de-obra necessária à construção da cidade, o poder público municipal belorizontino não se preocupou, de imediato com a alta taxa de migração e, ao que sugere Guimarães (1992), não só não impediu que aí invasões ocorressem, como até mesmo estimulou-as, especialmente em áreas próximas aos canteiros de obras.

Entretanto, à medida que o projeto da Nova Capital se tornou uma realidade, a Prefeitura Municipal começou a regulamentar a situação das invasões, no passo em que a presença do corpo dos pobres no centro ia se constituindo como um problema. Ao caos social e territorial que parecia deturpar a imagem da cidade republicana tentaria-se seu controle pelas forças de segurança pública. Abílio Barreto destaca que:

[...] tornou-se Belo Horizonte um meio perigoso, reclamando uma autoridade criteriosa, enérgica e forte, que mantivesse em ordem aquela heterogênea aglomeração humana. Essa autoridade encarnou-se admiravelmente no valoroso subdelegado de polícia Capitão Antônio Lopes de Oliveira, 'o Capitão Lopes', como era vulgarmente conhecido. (Barreto, 1950, p. 118.)

É sintomático que o mais conhecido trabalho sobre a história da cidade tenha caracterizado os aglomerados de pobres como “mescladíssimos e turbulentos, sobretudo à noite e nos dias de descanso” (Barreto, 1950, p. 378). O afluxo constante e a fragmentação das classes no tecido da zona urbana da cidade estruturava uma relação de estranhamento a qual, da perspectiva dos registros históricos, podemos acompanhar somente pelo olhar das classes mais abastadas, responsáveis, como a família Barreto, por documentar o crescimento da cidade em seus primeiros anos. Os adjetivos aqui empregados cumprem também o papel de uma produção simbólica de sentido sobre o corpo e os costumes do pobre urbano na cidade.

Diante da rápida expansão das moradias informais na cidade, o planejamento público retomava um aspecto que, até então, havia balizado parte das premissas projetuais do urbanismo belorizontino: o aspecto sanitário. Como nos lembra Guimarães (1991), embora o problema da moradia para o trabalhador no país já se manifestasse sistematicamente, ele ainda não havia se tornado uma questão social e política digna da atenção do poder público. Até então, o discurso as medidas consistiam em dotar a cidade dos requisitos urbanos necessários à prevenção de epidemias: “simultaneamente aos trabalhos de construção da cidade um hospital de isolamento nas imediações do Calafate, para evitar o contágio dos trabalhadores” e “em 1898 foi instalada a Santa Casa de Misericórdia” (Plambel, 1979, p. 105).

A questão sanitária seria deslocada, então, de estratégia de planejamento para problema administrativo com a consolidação das favelas, fator que levaria a drásticas mudanças no plano inicial da cidade. A prefeitura buscaria, na primeira década do século XX, remover o corpo do pobre do centro da cidade a partir da cessão de lotes a trabalhadores-exemplo da cidade.

Ainda em 1898, o incômodo provocado pela presença de duas áreas de aglomeração de cafuas e barracos na zona urbana levou o Prefeito Adalberto Ferraz a “designar o quarteirão 16, da 6ª seção suburbana (atualmente bairro da Lagoinha) para ser vendido em lotes aos habitantes provisórios dos bairros do Leitão e Alto da Estação, nesta Capital” (Minas Gerais, 21/04/1898, p. 3). Até 1902, a Prefeitura, que se dedicara à concretização da cidade republicana, veria sua zona urbana “dotada em parte de infraestrutura, mas esvaziada, enquanto que a suburbana e a rural, povoadas, careciam desses serviços e os exigiam” (Guimarães, 1991, p. 110). O Quadro 04, a seguir, apresenta a evolução da população de Belo Horizonte, de acordo com suas zonas (urbana, suburbana e rural):

Quadro 4: Distribuição da população por zona, entre 1905 e 1912.

Localização	1905		1912	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Urbana	7.694	43,7	12.033	32,0
Suburbana	5.847	33,2	14.842	38,0
Rural	4.074	23,1	11.947	30,0
Total	17.615	100	38.822	100

Fonte: Adaptado de Plambel, 1979, p. 70

Se a economia assalariada de base cafeeira contribuiu para a formatação do vetor de imigração nos primeiros anos de vida da Cidade de Minas, com a crise econômica do café que a década de 1900 experimentaria, todo o modelo de fluxo de renda, por nós brevemente resumido anteriormente, seria colocado em risco. A economia da capital viu, ao longo dessa década, sua energia se dissipando, afinal, seus dois grandes motores perderam força: a produção agrícola e a construção civil. Na verdade, a crise de exportação do café contribuiria tanto quanto o avanço da execução das obras, para findar os postos de trabalho nos canteiros de obra belorizontinos. O vetor de atração populacional se dissipou e a cidade experimentou um fenômeno inverso: a saída de moradores. Guimarães (1991) trata de relacionar a crise econômica com a deflagração de uma crise fiscal de caráter nacional, onde os estados, cada vez mais, veriam-se sem sua principal fonte tributária - o que trará, dentre outros efeitos, o fechamento do Banco da República e a diminuição do crescimento industrial. Minas Gerais teve, nesse ponto de vista, um estímulo, ainda que às avessas, para diversificar seu quadro produtivo e para acelerar o processo de transição econômica rumo à siderurgia. Assim,

Minas se sustentou a partir de então com a produção e exportação de bens de consumo não-duráveis (bens de subsistência) para o Rio de Janeiro, tornando-se Belo Horizonte centro de comércio e de redistribuição de mercadorias no estado. Pregava-se, na época, medidas de austeridade no combate à inflação, o que determinou a paralisação da construção da estrada de ferro e diminuiu o subsídio para a imigração. A crise econômica trouxe como consequência a paralisação das obras e o desemprego, aumentando o problema da moradia que era grande para toda a população, mas atingia, sobretudo, os trabalhadores. (Guimarães, 1991, p. 102.)

A crise fiscal do estado e a crise econômica brasileira não permitirá grandes desperdícios públicos em projetos de qualquer natureza. No caso de Belo Horizonte, com a já assinalada crise de infraestrutura urbana, a propagação de doenças e o inchaço de bairros informais, o problema da alocação de recursos seria ainda mais dificultoso. A estratégia de subsidiar a

construção da cidade com a venda de lotes não logrou êxito e a questão da moradia exigiu outras soluções, que não o financiamento direto por parte do governo. Aqui, pululavam os movimentos operários e sindicais. Em matéria de 1920 do jornal Diário de Minas, pode-se ter uma noção do panorama que a cidade exibiria ao final do período. Abaixo, transcrevo-na:

A questão operária está assumindo entre nós, vulto e importância verdadeiramente assustadora. De alguns anos a esta parte, o operariado dantes tão laborioso, dócil e disciplinado – ao influxo pernicioso das doutrinas revolucionárias em suas omnimodas manifestações (socialismo, anarquismo, comunismo, bolchevismo e não sabemos que mais...) se veem mostrando insubmisso, irritável e francamente desarrazoado em suas reivindicações. De todos os perigos para a ordem e segurança públicas, nenhum há mais temeroso e premente do que a insubordinação e a revolta dessa classe dantes humilde porque pouco instruída e sobretudo – pessimamente orientada por uma venenosa instrução livresca e por arengas de demagogos esquadelhados e tonitorantes. (Diário de Minas, 1920 apud. Guimarães, 1991, p 179.)

Não é difícil admitir a correlação tecida por Teulieres, para quem a crise financeira de 1898, contribuiu muito para a expansão das favelas em Belo Horizonte: os empreiteiros, no receio de não serem pagos pela administração municipal por seus trabalhos, abandonaram os edifícios ainda inacabados. Pedia-se a confiança na consolidação exitosa da cidade. Com menos trabalho e piores salários, “os pedreiros, os operários, na maior penúria, construíram para si e suas famílias miseráveis cabanas em Santa Teresa, Lagoinha, Barroca” (Teulieres, 1957, p. 8-9). Em relação à aquisição dos terrenos pelo funcionário público, diante da crise deflagrada, o governo buscava a arrecadação de numerário pelo decreto estadual 1.344, de 31 de dezembro de 1899, onde decidiu-se que as dívidas provenientes de construção de casas poderiam ser amortizadas sem juros pelos funcionários que aceitassem a redução do prazo de pagamento de trinta para vinte anos e de dez para cinco anos.

Adelman (1974) aponta que, nesse período, muitos trabalhadores, em virtude do desemprego, abandonaram a Capital. Esse movimento de emigração viria a ser protagonizado, sobretudo, pela mão de obra estrangeira. De 6.000 estrangeiros que viviam em Belo Horizonte em 1900, mais de 60% emigraram para outros lugares até 1905. Em 1920, apenas 8,7% da população era estrangeira. Ainda assim, como observamos, em 1912, Belo Horizonte possuía um contingente de trabalhadores braçais proporcionalmente grande, o que sugere que uma grande parte dessas pessoas não tinham as condições necessárias para se mudarem de cidade. O que fazer então? Sem dinheiro e vendo a parcela mais rica dentre os trabalhadores abandonando a cidade, quais soluções os políticos e administradores poderiam adotar com o objetivo de salvar o projeto que iniciaram ao final do século XIX?

Por volta de 1900 a prefeitura começou a conceder lotes gratuitos a operários na VII seção suburbana, conhecida como Barro Preto, área essa desprovida de qualquer infra-estrutura. Essa medida foi consolidada pelo Decreto 1.516 de 2 de maio de 1902 que oficializou a área definida pelas avenidas Cristóvão Colombo, Amazonas, Itacolomi e do Contorno. Na década que se seguiria, o Barro Preto foi responsável pela maior taxa de mortalidade infantil da cidade, em decorrência da gastroenterite, provocada pelo consumo de águas contaminadas do Ribeirão do Arrudas (Guimarães, 1991), levando à escrita de reportagem, em 1908, denunciando a morte de muitas crianças do bairro pelo jornal *O Diário de Notícias* (Adelman, 1974). Em 1909, uma nova lei, que será analisada no próximo capítulo, busca reduzir a área delimitada, com vistas a disparar um plano de industrialização municipal e reintroduzir a terra antes ocupada pelos trabalhadores no mercado formal. A **Fig. 11**, a seguir, ilustra a localização desta região de acordo com ambos os decretos:

4.1.3 O alienista: o Barro Preto e a cidade republicana

Sumariamente, na linha do movimento higienista que se consolida no Brasil no início do século XX - cujos principal exemplo, podemos citar, trata-se da reforma Pereira Passos no Rio de Janeiro (Valadares, 2005) com o combate aos cortiços, na capital mineira, se não há uma ação de proporções midiáticas como na carioca, três grandes medidas se somaram às estratégias do poder público: a criação de uma seção de higiene da prefeitura (1900), a consolidação do bairro operário, isolando os corpos dos trabalhadores e trabalhadoras do restante da cidade (1909) e o combate aos barracões na zona urbana (1910-11).

Os primeiros trabalhos que buscaram relacionar a fragmentação do mundo social, as políticas de limpeza e higiene urbanas, e a infraestrutura urbana de Belo Horizonte foram realizados na década de 1970: são eles *Urban Planning and Reality in Republican Brazil: Belo Horizonte, 1890-1930*, tese de doutoramento defendida em 1974 por Jeffrey Adelman, historiador americano, e *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte - 1893-1914*, tese de mestrado apresentada em 1977 pelo sociólogo e professor Michel Marie Le Ven, cujo trabalho estruturaria os diagnósticos confeccionados pela Plambel nos anos seguintes.

Nos valem até então dos esforços de sistematização e apresentação de dados, sobretudo econômicos e estatísticos, desses dois trabalhos sem nos determos a um debate com a interpretação desses dois autores sobre o tema. Um diálogo direcionado a cada um de seus argumentos, saídas metodológicas e com a ótica teórica por eles assumida extrapola os objetivos de nossa pesquisa. Entretanto, é importante resgatar do trabalho de Le Ven (1977) uma latente contradição entre a atuação e a omissão estatal na produção do espaço da capital: na análise tecida pelo autor, no projeto e planejamento da futura cidade Aarão Reis e sua comissão já seccionariam o tecido urbano pela delegação de lotes e casas ao funcionário público, na medida em que, para o trabalhador construtivo, não havia previsão para sua instalação. Junta a isso, como bem observado em seu texto, a postura estatal de imposição da lógica especulativa ao uso da área urbana, tornando extremamente restrito o acesso aos lotes. Assim, em relação à ocupação, a prefeitura organizará o espaço conforme os interesses das classes dominantes, estratificando o espaço, excluindo da Cidade Oficial e Legal os operários e os ex-ocupantes através da legislação. Empurrados para as periferias, o crescimento desordenado da nova cidade viria a assustar os governistas e as classes dominantes (Le Ven, 1977). Fazemos nossas as seguintes palavras sobre o deslize de Le Ven:

Se o plano foi traçado de acordo com uma lógica segregacionista, reservando a periferia para as classes baixas, isso significa que havia a expectativa de que a cidade viria a ser ocupada por pessoas de diversas camadas sociais, inclusive as mais baixas. Do contrário, não seria necessário reservar espaços para as distintas classes sociais (Aguiar, 2009, p. 194)

Aqui Aguiar (2009) capta de maneira precisa o que queremos destacar no argumento de Le Ven: a produção do espaço não se dá de forma desconexa à produção de categorias estigmatizadas. Ainda que pareça razoável admitir que não havia lugar reservado aos trabalhadores da nova cidade, o que uma análise mais detida à produção da exclusão demonstra é que a razão planejadora não anuncia - ao menos não nesse caso -, mas estrutura a posição social reservada à cada corpo no meio socioespacial. A luta - e a vitória - pela definição de quem pode ou não pode ocupar cada parte do plano da cidade, bem como das definições de que elementos compõem esse “quem” não ocorre de forma determinista e literal como Le Ven parece supor. Há, antes disso, uma produção estrutural da vulnerabilidade, para, após isso, operacionalizá-la em direção ao controle e manejo do corpo. A partir dessa ótica, discordamos também da assertiva de Guimarães (1991), quando conclui que:

Ainda que o trabalhador passasse a fazer parte do cenário político, no que se refere à ocupação do espaço *ele continuou relegado a segundo plano* – em cafuas e barracos – especialmente o de menor remuneração. Torna-se objeto de atenção do poder público apenas quando ameaça o modelo de cidade – enfeiado por sua presença – e a ordem social mediante a perspectiva de possíveis desordens. (Guimarães, 1991, p. 276)

Em nosso argumento, a dita atenção coadjuvante dada ao trabalhador nunca existiu, afinal, implicado no mesmo movimento de consolidação do modelo da cidade e de seu sentido simbólico de espaço republicano, já estava resguardado a posição estrutural de vulnerabilidade ao trabalhador braçal. O Barro Preto não se trata de uma solução paliativa à ameaça do modelo republicano ou à ordem social cidadina, mas é parte constituinte dessa mesma ordem e desse mesmo modelo. Havia, encriptado no modelo de cidade idealizada, as formas e categorias a serem produzidas e continuamente apagadas de seu espaço.

A tensão levantada aqui é a da necessidade da presença, mas a negação da existência desses grupos, que deveriam então adequar-se a uma métrica – seja pela aparência de suas casas ou pela localização que ocupavam no espaço físico da capital. Havia interesse em sua presença já que a divisão do trabalho (tanto no que diz respeito à divisão entre a razão planejadora e o corpo explorado no canteiro de obras, mas também no sentido da vida social pós canteiro-de-obras) e as pretensões de industrialização então assumidas pelo poder público exigiria uma robusta reserva de mão de obra. Adelman lembra-nos que:

(...) um fator convincente na doação de terras foi a pressão de grupos económicos ansiosos por manter uma reserva de trabalho estável e prontamente disponível na capital. (Adelman, 1974, p. 109)

A reserva de trabalho, embora existente, era negativada na distribuição do espaço da capital: a força de trabalho necessária tanto para materializar a abstração do desenho quanto para a divisão social do trabalho que seria formalizada na futura capital não poderia borrar a imagem de modernidade que todo o empreendimento sustentava. Paradoxalmente, a concessão de lotes gratuitos aos operários na VIII seção urbana não se fez acompanhar da implantação da infra-estrutura que poderia assegurar melhores condições de vida aos seus moradores, como abastecimento de água, serviços de esgoto e fornecimento de energia elétrica. Como resultado, o Barro Preto converteu-se rapidamente na parte da cidade que tinha as piores condições sanitárias.

Por isso, havia sim, lugar e terra, para aqueles que não poderiam preencher a fôrma da modernidade e do progresso, mas era o lugar do não: contextos delimitados e bem planejados - ainda que pela escassez, pela falta e pela alteridade. Diante do projeto do progresso, a razão urbana da nova capital instaurou uma tensão permanente em contingentes, regida pela necessidade do trabalho abstrato e da movimentação da maquinária moderna, e do igualmente necessário apagamento dos corpos e de sua presença nos limites socioespaciais onde imperava a modernização. Fóscolo (1979) captura essa tensão quando dedica parte de suas páginas à descrição dos últimos momentos de parte dos habitantes de Curral del Rey⁵⁵, enquanto algumas passagens dos cadernos administrativos nos permitem capturar o discurso que legitimava, à época, a produção dessa posição socioespacial negativada. Como por exemplo:

Tenho tomado serias providencias mandando demolir os barracões, provisoriamente permitidos e que foram construídos nos pateos de diversos predios, por terem os mesmos se convertido em verdadeiros cortiços. Existem outros, cujas plantas foram approvadas para construcções definitivas e cujos proprietarios os construíram sob pretexto de serem os mesmos destinados a depositos ou residencias de creados, alugando-os depois, o que transforma sua natureza, pois, são outros fôcos de insalubridade, pela agglomeração de individuos que passam a habita-los. Urge lançar-se um imposto pezado ou mesmo proibitivo sobre semelhantes habitações na zona urbana. (Monteiro, 1900, p. 15)

⁵⁵ “Não olhavam sacrifícios para impor o velho arraial ao conceito público. Contavam mesmo que dias vesperais à vinda da Comissão incumbida de estudar o local, tinham ido ao albergue de uns pobres cretinos, muito magros, de um amarelo ocráceo, enormes bócios, forçando-os a partir, a abandonar a triste choupana onde havia decorrido a mísera existência, exilando-os para sempre qual chaga cancerosa. Foram aos empurrões, lamentando-se numa queixa dorida, pesarosos, embora promettessem-lhes colocação melhor, lá ao longe, no desconhecido ... Não podiam compreender aquela insólita expulsão do velho arraial onde tinham nascido, vendo desfiar-se o rosário de suas penas, sem jamais arredar o pé dali, como árvores plantadas no solo” (Fóscolo, 1979, p. 81).

Nesse memorandos, o competente profissional, mostrando os defeitos que encontrou nas habitações do bairro operário e fazendo o histórico dessas choupanas em outros pontos desta localidade desde o tempo da Comissão Constructora, lembrou-me a ideia, que aliás já fazia parte do meu plano administrativo, de, mediante alguns favores, se promover em lugar apropriado, onde desde logo pudesse ser efectuado o serviço de esgoto e abastecimento de água, a construção de casas definitivas para operários. Efectivamente, essa ideia, que pretendo levar a efeito oportunamente, vem resolver um difícil problema. O povoado de Barro Preto, ocupado quasi exclusivamente por operários e sem as condições exigidas pela hygiene, constitue uma ameaça à saúde pública, e deve ser dali removido com a possível brevidade. (Azevedo, 1905, p. 39)

Foram matriculados 43 mendigos, tendo sido negada a matrícula a grande número, que não apresentava os requisitos legais para esmolar na Cidade.

A turma que se acha encarregada da limpeza pública fez apprehensão de 492 animais, que andavam soltos nas ruas. (Azevedo, 1903, p. 100)

Na última das transcrições, chamamos a atenção para a menção, na mesma seção e separados apenas por um parágrafo, da relação de matrículas de mendigos e da apreensão de animais sem donos. Podemos dar ainda mais ênfase aos descritores escolhidos por Adelman (1974) para apresentar o reduto onde eram direcionados os corpos a-modernos: a mortalidade infantil, as doenças gastrointestinais, todas elas resultado concreto da seletividade das obras de infraestrutura que eram executadas no grande canteiro de obras definido pela futura Av. do Contorno.

Como já introduzimos, a área reservada para os trabalhadores/as (o Barro Preto) já se encontrava parcialmente ocupada. Desde 1900, a Prefeitura vinha concedendo lotes a operários e proprietários de cafuas em área próxima à atual Praça Raul Soares (Guimarães, 1991). Sabemos também, com base nos estudos de Adelman (1972) que esse lugar não possuía qualquer infraestrutura. O que contribuiu para uma situação de maior vulnerabilidade foi a proibição de instalação de casas comerciais e da efetiva titulação de propriedade dos imóveis (Decreto-Lei 1.516, de 02/05/1902), cuja alienação seria efetivada apenas quando houvesse a canalização de água e serviço de esgoto.

Se a concessão de lotes no Barro Preto, e sua consolidação como área operária da capital nasce como uma tentativa de solucionar o problema habitacional da cidade, a análise de reportagens de jornais de época nos mostra que, uma vez assentados, as ruas e casas do bairro não foram contempladas por nenhum tipo de infraestrutura. Em 1904 foi entregue ao prefeito um abaixo-assinado, pedindo a construção de chafarizes para evitar o consumo de águas contaminadas (Jornal *O Operário*, 14/02/1904, p. 2), demanda que não foi atendida.

Em 1906, o Barro Preto já se encontrava superpovoado, incapaz de absorver mais população (Guimarães, 1991). O governo determinou, assim, o fim da concessão de lotes na área. Essa estratégia administrativa, na medida em que desestimulou a construção de novas habitações no bairro operário, estimulou a construção de edificações irregulares no restante da cidade, agora sob um novo formato: os barracões de fundo de lote. A Diretoria de Higiene da Prefeitura assinalava que apareciam

(...) de um modo cada vez mais insistente a apresentação de plantas para a construção de barracões nos fundos dos terrenos em que se acham edificados os prédios. À primeira vista parece não ser este um mal e que os barracões outra coisa mais não são do que o aumento das acomodações nas dependências do prédio ao qual vão prestar seus serviços. Este é efetivamente o motivo aparente; na prática, porém, os proprietários só querem auferir lucros dali alugando essas acomodações a operários e transformando-as em verdadeiros cortiços, porque nelas se acumulam famílias inteiras que vivem em espaço limitado, respirando ar ruminado e atrofiando o organismo. (Belo Horizonte, 1909, p. 24)

Ao final da década de 1900 é feita uma reportagem pelo jornal *A Notícia* a partir de onde pode-se perceber que ainda permanecia, em Belo Horizonte, a política de demolição de cafuas na zona urbana: “para que haja higiene em nossa Capital é necessário que o Sr. Prefeito continue a enxergar outras muitas imundas casas de João de Barro” (*A Notícia*, 1909 *apud*. Guimarães, 1991, p. 245). Quando levantamos as leis promulgadas pelo governo mineiro e pela prefeitura da cidade no final da década, é possível mapear uma série de medidas em direção à concessão de lotes e deslocamento de moradores de uma parte a outra de Belo Horizonte. Em 1908, por exemplo, o Decreto 2.289, de 6 de novembro, destina a 8ª seção urbana para moradia de operários. Em 1909, a lei no 33, de 11 de fevereiro, que autoriza o prefeito “a deslocar para a área operária, a 8ª seção urbana, conhecida por Barro Preto, ou designar outro local da cidade por ‘Área Operária’ e nela conceder a todos os operários que o requererem um lote gratuitamente”. A formalização do lugar do operário⁵⁶ viria a efetivar-se somente com o decreto estadual 2.486, de 30/03/1909, transcrita abaixo na íntegra. Adotamos, contudo, a postura de destacar os trechos e maior relevância à nossa análise, com intuito de direcionar a atenção da leitora a elementos que buscam dotar de sentido prático a categoria jurídica do *operário*.

⁵⁶ Nesse estágio, podemos suspeitar sobre o que, de fato, constitui a categoria *operário* diante da realidade concreta do município. Ao longo de nossa retomada, pudemos observar que a população negra e parte dos imigrantes da capital, bem como de outros trabalhadores, como agricultores, e suas respectivas famílias, reuniam-se em um contingente populacional que, em parte incapazes de acessar a terra pelas vias formais, tiveram de desenvolver estratégias que não aquelas formalizadas pelas normativas jurídicas. Escolhemos continuar a utilização desse termo (*operário*) pela sua recorrência nas leis e nos estudos que consultamos. De outra forma, uma revisão mais acurada das características da população do Barro Preto inviabilizaria a continuidade da pesquisa.

DECRETO ESTADUAL 2.486, de 30 de março de 1909

O vice-Presidente do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 57 da Constituição do Estado, e pelas leis no 3, adicional à mesma Constituição, e 275, de 12 de setembro de 1899, e de conformidade com a lei 33, de 11 de fevereiro do corrente ano, do Conselho Deliberativo da Capital, decreta:

Art. 1º. Fica designada para área operária a parte da 8a seção urbana limitada pelas avenidas Paraopeba, Cristóvão Colombo, e 17 de Dezembro, e ruas Rio Grande do Sul e Barbacena, compreendendo os quarteirões de ns. 22 a 27, 30 a 3 e 38 a 42.

Parágrafo único. Essa área será destinada exclusivamente à habitação de operários e será regida pelas disposições do presente decreto.

Art. 2º. *Ficam respeitadas a divisão e demarcação dos lotes e as denominações das ruas e praças feitas de acordo com a planta geral da cidade aprovada pelo decreto 817, de 15 de abril de 1895.*

Art. 3º. Além desta área operária poderá o governo do Estado, sob representação do Prefeito, designar outros pontos da cidade, em lugares convenientemente escolhidos, para completar a localização dos operários.

Art. 4º. Os lotes da área operária serão concedidos a título gratuito, de acordo com as disposições seguintes.

Art. 5º. Só terão direito à concessão de lotes na área operária os indivíduos que provarem:

a) *ser operários, isto é, tirarem sua subsistência de trabalhos manuais, no exercício de qualquer arte ou ofício;*

b) *ter residência na Capital durante, pelo menos, dois anos antes da data do seu requerimento pedindo a concessão do lote, e ter exercido sua arte ou ofício ininterruptamente durante esse tempo;*

c) *ter bons costumes e ser dedicado ao trabalho.*

Parágrafo único. As condições das letras a e b serão provadas por um atestado jurado de três pessoas conceituadas, a juízo do Prefeito; a da letra c, por meio de um certificado de autoridade policial.

Art. 6º. Aos operários atualmente detentores de lotes na zona designada para área operária, em virtude do decreto 1.516, de 2 de maio de 1902, será concedido o título a que se refere o art. 4º do presente decreto.

Art. 7º. Os operários atualmente possuidores de títulos provisórios, em virtude do dec. no 1.516, acima referido, de lotes da 8ª seção urbana, situados fora da área operária, terão preferência para obtenção de lotes vagos existentes na mesma área.

Art. 8º. *A nenhum operário poderá a título algum ser concedido mais de um lote, e aquele que tal concessão obtiver, por interposta pessoa ou ilaqueando a boa fé do prefeito, terá anulada a concessão de todos os lotes, sem direito à indenização de espécie alguma, ainda mesmo de benfeitorias.*

Art. 9º. *Os lotes serão concedidos a título provisório até que neles se edifiquem casas, sendo expedido o título definitivo depois de concluída a construção, de acordo com a planta previamente aprovada pela Prefeitura. Art. 1º. Os lotes não poderão ser hipotecados e nem alienados por venda; somente as benfeitorias poderão ser transferidas entre operários, si a essa transação preceder licença da Prefeitura, a qual poderá transmitir ao adquirente a propriedade do lote.*

Art. 11º. Nos títulos provisórios serão estipuladas todas as condições, obrigações e garantias de que trata o presente decreto, que deverá ser transcrito nos mesmos títulos.

Art. 12º. Aos atuais detentores dos lotes, não compreendidos nas disposições do art. 5º, letras a, b, e c, fica marcado o prazo improrrogável de trinta dias para retirarem as benfeitorias que possui rem nos mesmos lotes, ou transferi-las nos termos do art. 10. Findo esse prazo e não transferidas ou retiradas as benfeitorias, serão as mesmas vendidas em hasta pública, observadas as disposições regulamentares.

Parágrafo único. Excetuam-se os atuais detentores que obtiveram títulos provisórios em virtude do dec. n. 1.516, de 2 de maio de 1902, e que, embora não operários nos termos do presente decreto, exerçam profissão lícita, estando compreendidas nessa categoria os empregados subalternos (porteiros, contínuos e serventes) das Secretarias de Estado e outras repartições publicas, que residem atualmente na área, não tendo casa própria na Capital.

Art. 13º. *O concessionário do lote será obrigado a construir nele uma casa, de acordo com as disposições abaixo, dentro do prazo improrrogável de quatro anos, contados da data da expedição do título provisório, e a cercal-o no prazo de seis meses contados da mesma data, sob pena de caducidade da concessão que será declarada por edital da Prefeitura.*

Art. 14º. Os fechos serão feitos de acordo com o disposto no art. 16 P. 1º e art. 17 do dec. n. 1.516, já mencionado, podendo a frente do lote ser fechada com arame liso sobre postes de madeira

lavrada e entrançado de plantas vivas, sem espinhos e de modo a impedir a passagem de animais e aves.

Art. 15º. *As casas serão construídas obedecendo aos tipos aprovados pela Prefeitura e que, uma vez organizados, farão parte do presente decreto e também às disposições gerais relativas às construções, devendo ser aplicadas na área operária as disposições em vigor do regulamento que baixou com o dec. n. 1.453, de 27 de março de 1901 e não alteradas pelo presente.*

Art. 16º. *Os concessionários de lotes na área operária serão obrigados a manter no mais completo asseio e limpeza as frentes de seus lotes, até o meio da rua e a dar anualmente dois dias de serviço para conservação e reparação às ruas, de conformidade com o disposto nos arts. 16, 17, 18 e seus parágrafos, do decreto n. 1.211, 125 de 31 de outubro de 1898.*

Art. 17º. *O aluguel de casas ou barracões na área só é permitido para residência de operários, provada essa condição com os documentos exigidos pelo art. 5o. Os infratores ficam sujeitos à multa de 100\$000, e ao dobro, na reincidência, cabendo metade da multa efetivamente arrecadada a quem denunciar a infração.*

Art. 18º. O governo do Estado reserva-se o direito de, sob representação do Prefeito, regulamentar e decidir todas as ocorrências que forem evidentemente omissas neste decreto, cumprindo aos detentores dos lotes a observância do que for decretado.

Art. 19º. *Ficam reservados na área operária doze lotes, a juízo do Prefeito, para neles serem edificados escolas e outros estabelecimentos públicos, estaduais ou municipais.*

Art. 20º. O presente decreto entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Art. 21º. Revogam-se as disposições em contrário.

A partir de nossa leitura e análise dos registros consultados, o texto jurídico acima transcrito teve dois grandes efeitos concretos: a delimitação, de fato, de uma área para a moradia do “operário”, e a normatização jurídica - o que, em seu oposto, constrói a irregularidade jurídica - do *bom trabalhador*. Já em seu artigo segundo, podemos suspeitar, com as reportagens já apresentadas neste capítulo, que não houve respeito à divisão de lotes original, afinal, diante de um território superpovoado, as métricas previstas nas plantas originais seriam facilmente deturpadas em razão de elementos comuns neste tipo de ocupação: lotes multifamiliares, puxadinhos, barracões e etc. Não há registro de obras públicas feitas no bairro e, ao que tudo indica, não havia nenhuma estrutura formal de transporte, abastecimento de água ou esgoto - carência denunciada pela alta taxa de doenças intestinais e estomacais. Não é difícil admitir que

todo dispositivo sanitário existente no bairro fosse autoconstruído, o que corrobora com nosso argumento de que, diante desse modelo de produção espacial, o respeito às linhas abstratas do projeto de Aarão Reis consistisse em algum tipo de prioridade diante do autoconstrutor.

O artigo quinto também guarda um importante juízo. A partir dele, o poder público consolida os descritores jurídicos pelos quais seria construído o *bom trabalhador*: dois anos de trabalhos “manuais” ininterruptos em Belo Horizonte e ter bons costumes, fator que poderia ser comprovado apenas através de uma carta da autoridade policial competente. A produção dessa categoria - bom trabalhador - se efetivou pelo acesso à terra. Concordando com Aguiar (2009), entendemos que

(...) o poder público buscou, no fim da primeira década do século XX, estabelecer uma política que permitia aos operários o acesso a lotes urbanos mas nos termos que as classes dominantes julgavam adequados à manutenção da ordem e de modo a assegurar o fornecimento da mão-de-obra necessária à indústria, à construção civil e aos trabalhos domésticos. (Aguiar, 2009, p. 185)

O artigo nono, por fim, estabeleceu um prazo final para construção da moradia, sob pena de alienação do terreno concedido ao trabalhador. O efeito direto dessa medida é a inversão das poupanças de cada operário na edificação que viria a ocupar o lote concedido. São perguntas que derivam dessa situação: o bom trabalhador belorizontino já disporia dos recursos financeiros necessários a esta empreitada? Houve algum mercado de crédito - e endividamento - evocado pela construção das moradias operárias no período? Se sim, qual a natureza e alcance desse endividamento? Essas perguntas exigem uma preocupação detida à historiografia do Barro Preto que não encontramos disponível e também não possuímos, na escrita desta pesquisa, os recursos necessários para desenvolvê-las.

Em suma, o conjunto de leis urbanísticas e a postura da prefeitura diante das moradias populares nos permite dizer que o confinamento do corpo do operário no Barro Preto e a demolição dos cafuas na zona urbana conformavam uma estratégia de valorização dos demais terrenos situados no centro da cidade; também denunciavam diretrizes de planejamento para as seguintes décadas, onde, cada vez mais, se protegeria o território dentro da Av. do Contorno da presença dos corpos indesejados. Os argumentos higienistas articularam uma lógica de produção da informalidade, na medida em que não se reconheciam construções em lugares sem água e esgoto e, em 1919, não se aprovava mais a construção de casas sem instalações sanitárias (lei 173, de 10/02/1919). Aqui, a contradição entre a divisão social do trabalho é atualizada

numa divisão socioespacial da cidade formal. As palavras de Guimarães (1991) sintetizam esse contexto:

O impedimento existente para as famílias adquirirem o título definitivo se devia ao fato de haver passado o prazo de quatro anos estipulado na lei para a construção das casas definitivas, de acordo com a planta aprovada da prefeitura e, também, porque o lugar não dispunha de água e esgoto. Por outro lado, no mesmo relatório, comenta o prefeito terem sido concedidos lotes a funcionários públicos em zona ainda não servida de esgoto, motivo pelo qual ainda não lhes fora expedido o título definitivo. Solicita então ao conselho a entrega dos títulos proibindo, entretanto, quaisquer edificações nos terrenos, enquanto o problema não fosse solucionado. Fica, assim, evidente o tratamento diferenciado dado pela prefeitura aos operários e aos funcionários. Enquanto os primeiros perdiam o direito ao lote e deveriam ser removidos, os últimos teriam garantidas suas propriedades, embora ainda nem tivessem construído no local (Guimarães, 1991, p. 139-140).

Todo esse arranjo jurídico-administrativo nos faz considerar a Av. do Contorno um elemento de extrema importância: erroneamente pode se levar a pensar que seu papel era meramente organizativo, em dividir o espaço entre urbano e suburbano. Mas, concretamente, a disposição interna dos marcos administrativos das edificações institucionais, dos bulevares e, sobretudo, do lugar ocupado pelo corpo do trabalhador/a construiu, por efeito, uma rede de pontos visíveis, ao passo em que o indesejável, ou invisível, deveria ser colocado para fora. O plano da Cidade de Minas carregou consigo uma tensão que se perpetuou por anos: o movimento de concentração e centralização, junto com a reocupação e expulsão, em suma, com o jogo permanente de afastamento dos corpos indesejados de seus limites. Lembrando-se do exemplo com o qual abrimos nossa pesquisa empírica, a concentração de serviços, comércios, do consumo e, sobretudo, a concentração oposta, fora do centro, das sucateiras, redes de tráfico, baixa qualidade urbanística e especulação imobiliária atualmente, é também o que justifica o percurso de catadores de latinha (Cruz, 2022).

O progresso, enquanto semântica que justificava a construção da nova capital, atuou simbolicamente como uma lógica temporal de assimilação entre o futuro e o presente, e de apagamento e superação do passado; o plano, suas leis, sua técnica e seus instrumentos de concretização buscaram minar a relação primeva entre corpo e terra dos habitantes negros do arraial pré-existente, ao passo em que determinava as características dos novos moradores e arranjava as formas pelas quais se baniria o corpo indesejado da cidade republicana. Assim, estruturou-se uma vida social pautada pela separabilidade, pela distinção espaço-temporal da matéria, da terra e dos sujeitos produzidos pelo movimento de urbanização: os indígenas, os negros, os trabalhadores, os políticos, etc. *Sequencialidade* (progresso), *determinabilidade*

(plano) e *separabilidade* (vida social) são os descritores pelos quais o movimento de produção capitalista do espaço operou a transformação da carne e da terra que encontrou pela frente.

Um dos aspectos simbólico-positivistas da nova capital era o da evolução das formas políticas puras (a colônia daria espaço à república), lógica que inviabilizou o reconhecimento da perpetuação de estruturas sociais de subjugação. As obras de transformação da paisagem da construção de Belo Horizonte se conformam, a um só tempo, em gestos de separabilidade. Conforme sugere a autora, também é necessário ressaltar que a “modernização mineira” proposta pelos liberais locais guardava a particularidade de não romper por completo com a tradição colonial – portanto, tampouco rompia com os valores políticos e ideológicos que sustentavam a dinâmica da sociedade de base escravista (Pereira, 2019). No embrião da formação da nova capital, já se guardava uma diferença fundamental, cada vez mais explícita no decorrer de seu crescimento, com as propostas ideológicas das cidades modernas. Teresa Caldeira nos lembra que

As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas das cidades modernas. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições). Esses elementos estão associados à vida moderna em cidades capitalistas pelo menos desde a reforma de Paris pelo barão Haussmann na segunda metade do século XIX. (Caldeira, p. 302-303).

A proposta moderna de uma cidade de livre fruição de pessoas é sempre deturpada quando estudamos casos concretos de ocupação e desenvolvimento nas cidades ocidentais, e Belo Horizonte não foge à regra. Como vimos, não houve menção clara, no processo de construção da nova capital, em como criar as condições de reinserção social da população liberta – postura compartilhada com as demais cidades brasileiras. Antes disso, as novas setorizações alteram a organização pré-existente do território, antes Curral del Rey. A valorização da terra expulsa os antigos moradores para as então definidas Zona de Sítios ou Zona Rural, enquanto os trabalhadores migrantes amontoavam-se próximos aos canteiros, sofrendo com sucessivas remoções. Na verdade, o positivismo do urbanismo brasileiro é, antes de tudo, romântico: por um lado, vislumbra-se a Cidade-Jardim, mas, por outro, efetiva-se um novo modelo de segregação socioespacial, com a invisibilização intencional de grande parte da

população ex-escravizada. Vimos que, no caso do Curral del Rey, trata-se da maioria dos moradores.

Se Teresa Caldeira contrapõe essa dimensão imagética da livre fruição com uma estética urbana contemporânea, apresentada pela forma urbana dos enclaves fortificados, e fundamentada pela introjeção do risco e do medo e a conseqüente necessidade de isolamento do agente em relação à cidade, na construção de Belo Horizonte, a contraposição pode ser vislumbrada já em nível de planejamento. Não se trata do isolamento do agente em relação a um mundo visto como violento, mas antes disso, da violência imposta pelo modelo de cidade almejada à vida de pessoas que não eram reconhecidas como pessoas. Não se criava uma cidade livre, mas uma cidade autoritária. Na vertente política e econômica, a opção pela transferência da capital é

(...) coetânea às mudanças econômicas e políticas que ocorreram no país a partir do processo emancipacionista e da instauração do regime republicano. Estas mudanças estão relacionadas ao surgimento de novas forças econômicas no Estado que, com a emergência da República – que em alguma medida também as representava – se mobilizaram em torno da garantia de poder político correspondente à sua expansão econômica. (Pereira, 2019 p. 20-21)

Ouro Preto era cada vez mais incapaz de se inserir nos circuitos econômicos modernos do país. Prova disso é o levantamento traçado por Aguiar (2006), que demonstra, para o período em estudo, o maior crescimento em Minas Gerais acontecia nas zonas contíguas aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A demanda para uma nova capital era, portanto, também uma demanda de ordem técnica: o circuito econômico interno exigiu maior eficiência e concentração administrativa, além uma oferta de terras e possibilidade de desenvolvimento (fatores bases para o desenvolvimento metropolitano e em países de economia dependente, segundo os princípios da geografia político-econômica de Santos (2017)).

Como argumentamos, essa situação permite entender que as alterações da ocupação suburbana em relação ao planejamento inicial foram resultado do primeiro boom demográfico, experimentado já no momento de construção, pelas altas taxas de migração provocadas pelos trabalhadores e pelos que vinham tentar a sorte na nova cidade, associadas à uma política de terras urbanas que dificultava a aquisição de lotes nas áreas urbanas por parte dos trabalhadores. Para nós, é importante sublinhar essa primeira mutação na ocupação da capital recém nascida: o adensamento populacional nas suas beiradas (modelo concêntrico de crescimento urbano), e a consolidação da ocupação, junto ao adensamento demográfico particular na Seção VI, é tratada como um obstáculo à conexão entre as partes da metrópole ao longo do século XX e à

construção de infraestruturas necessárias à contínua participação de Belo Horizonte nos modelos de crescimento econômicos brasileiros. Entre 1900 e 1960, Belo Horizonte viu sua população passar de 13.472 habitantes para 693.328 habitantes. Esse formato de crescimento, onde a periferia acolheu as maiores taxas demográficas é sustentada por Pinho (2016), através da elaboração de uma série histórica que demonstra a evolução da periferização na RMBH de 28% em 1970 para 51% em 2010.

A industrialização do oeste e, em menor parte do norte, com a periferização do norte e o crescimento que se ancora nos arredores da indústria no vetor oeste, tiveram fundamental importância no fortalecimento da centralidade da Avenida do Contorno. De acordo com dados de Alves & Mendonça (2015, p. 36) o Vetor Norte⁵⁷ e o Vetor Norte Central apresentaram, entre 1980-1990 2,3% e 11,7% de crescimento populacional (o Vetor Norte Central, dentre todos os considerados na RMBH, foi o que mais cresceu nesse período). Tratam-se de regiões cuja metropolização remonta à década de 1970, com uma boa integração com a dinâmica metropolitana e cuja função de cidade dormitório é marcante. Já o Vetor Oeste apresentou um crescimento de 8,3%, o segundo maior na década de 1980. Ribeirão das Neves e Contagem foram os municípios que lideraram esse crescimento. A densificação de serviços e atividades administrativas induzidas pelo plano inicial de Aarão Reis passou a exigir conexões cada vez mais distantes com os limites da metrópole. Ao longo da primeira metade do século XX, o fluxo de pessoas e veículos acumulava-se nas vias próximas à Avenida do Contorno. Aproveitando as grandes avenidas planejadas, como a Av. Amazonas, a Av. dos Andradas e a Av. Afonso Pena, o movimento pendular metropolitano distribuíra-se pela região central, cuja densidade de serviços públicos, privados e de atividades político-administrativas ainda é a maior da metrópole. As estratégias acionadas pelo poder público e planejadores urbanos frente a esse cenário, via de regra, remodelaram as áreas lindeiras à Av. do Contorno, mas preservaram grande parte do plano original da cidade.

Contraditoriamente, no período de alta taxa de periferização, houveram os maiores aportes de investimentos em Minas Gerais. Monte-Mor (1984) aponta que, do total de investimentos propiciados pela Lei Estadual n. 5.261/69, que buscava induzir a industrialização a partir da isenção fiscal, 63% concentraram-se na região central do estado, que abrigava o Vale do Aço, João Monlevade, Sete Lagoas, Divinópolis e a então recém-criada Região

⁵⁷ A configuração dos vetores de expansão da RMBH foi sugerida por Mendonça et. al. (2015)

Metropolitana de Belo Horizonte, onde a concentração industrial ocorreu principalmente em Contagem, no parque Siderúrgico de Betim e em Santa Luzia. No país constituía-se uma rede de cidades associada a uma diferenciação do território segundo a divisão nacional do trabalho e a posição que cada região ocupa no processo de acumulação do capital industrial. Em decorrência das transformações induzidas pela industrialização, detonou-se, nesse período, o processo de metropolização, cujo principal estímulo foi dado pela efetivação da Cidade Industrial de Contagem, via Av. Amazonas e pela Região da Pampulha, a partir da Av. Antônio Carlos, que conecta o centro belorizontino ao vetor norte. A evolução da ocupação nos limites da cidade reservou ao perímetro inicialmente planejado um papel cada vez mais central, consolidado sobretudo a partir do espraiamento das franjas metropolitanas e da conurbação, que surgirá sistemicamente na segunda metade do século XX.

Assim, embora recortes secos, em que se destaquem um ou outro elemento cujo efeito de separação física seja mais impactante ao olhar sejam sempre perigosos, como no caso de Belo Horizonte, a linha delimitada pela Avenida do Contorno demarca, a um só tempo: I) o processo violento de invisibilização, exclusão e morte social de um contingente de *corpos* que habitavam esse lugar anteriormente; II) o perímetro central de planejamento e ocupação do projeto de transposição da capital mineira; III) a centralidade econômica e político-administrativa do município. Assim, buscamos terminar nossa exposição com os dados especializados entre a **Fig. 12** e **Fig. 14**, a seguir, que ilustra a distribuição territorial municipal de raça e renda: pode-se suspeitar que a determinação socioespacial do plano de Aarão Reis e que os sucessivos textos normativos que buscam solucionar a exclusão socioespacial continuam a determinar a organização de corpos e lugares sob a semântica de categorias modernas, rígidas e hetero-determinadas.

Fig. 12: Distribuição da população por raça na RMBH (2010)

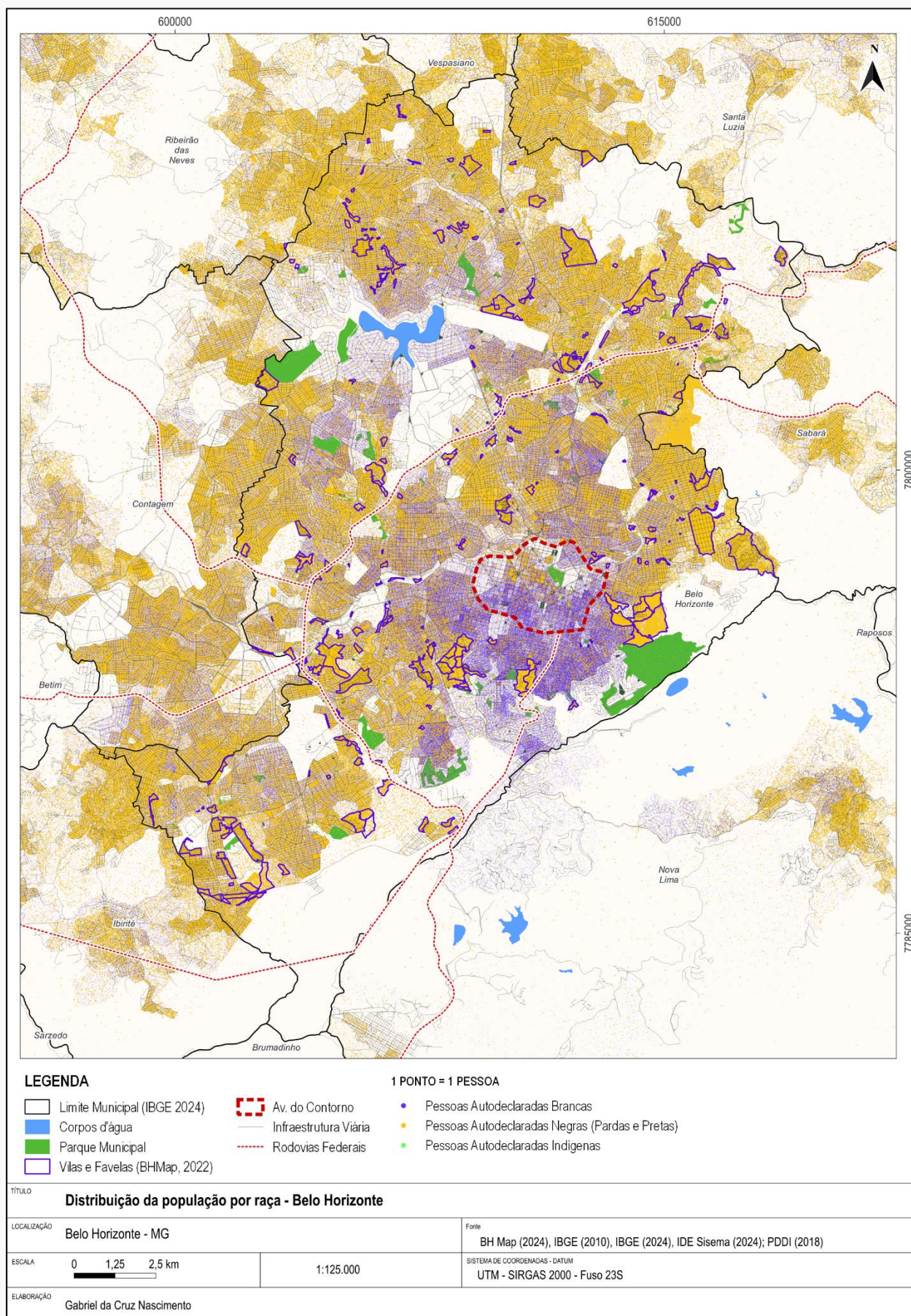


Fig. 13: Percentual de negros por Setor Censitário (2010), em Belo Horizonte

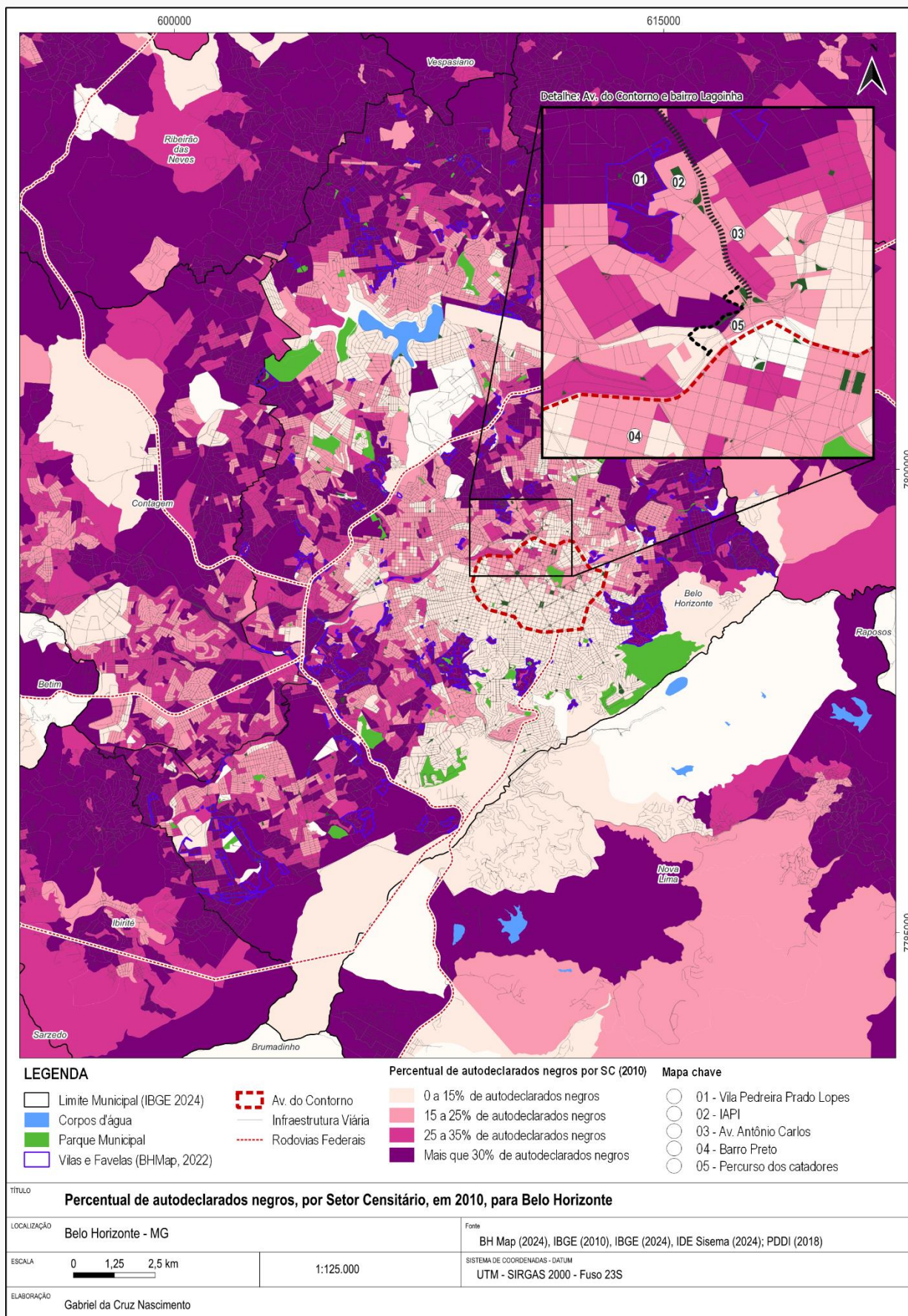
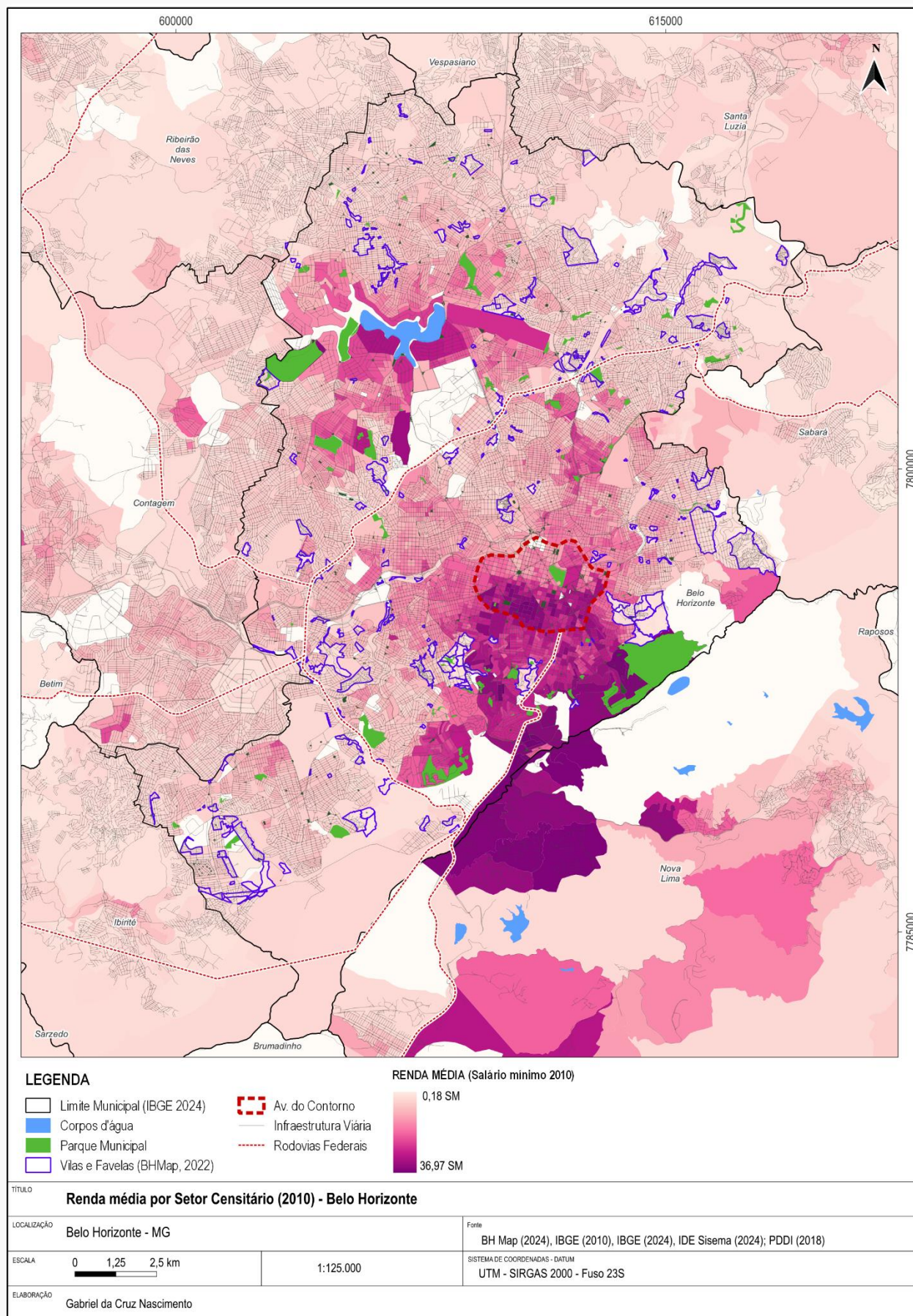


Fig. 14: Distribuição da renda média domiciliar, em 2010, por Setor Censitário, em Belo Horizonte



4 APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA - NOTAS SOBRE O LIMITE DO TEXTO (MODERNO) ACADÊMICO

Neste texto, buscamos argumentar que, ao mutilar a terra em terra-mercadoria, o arcabouço colonial apreendeu tanto o corpo quanto a própria terra como categorias (formas) ou “tipos sociais”, com significante de duas espécies fundamentalmente distintas entre si, mas, ainda assim, articulada pela lógica produtiva do capital. A formalização de territórios dicotomizados entre a formalidade jurídica e a informalidade constituiu um instrumental institucional de controle cuja semântica era, e ainda é, a criminalização de modelos de ocupação e produção do espaço. A partir da consolidação de limites territoriais informais, cuja produção de sentido - seja por normas, reportagens, discursos ou imagens - pauta-se por uma ausência-presença (ausência de eletricidade, ausência de esgoto, ausência de abastecimento de água), e por uma presença-ausente (a presença de doenças, a presença de mortalidade infantil, a presença de forças policiais), atualiza-se uma configuração da versão colonial da racialidade, “a qual produz as favelas – ou qualquer outra comunidade, bairro ou país que seja – como territórios sujeitados (patológicos), como regiões morais regidas pela necessidade” (Silva, 2014, p. 98).

Buscamos explorar os efeitos dessa violência a partir de uma investigação das condições gerais de produção do espaço da capital mineira da virada do século. Essas condições, buscamos destacar, guardam uma contradição em relação à figura do negro: figura antes hipernegativa, no estágio seguinte teve sua possibilidade de apropriação da terra da região continuamente minada e deteriorada sob os mecanismos de controle social exercidos pelo trabalho. Essa figura explicitava a contradição simbólica entre um discurso de uma nova forma política (a república), acompanhada de uma nova matriz ideológica (o progresso) e a perpetuação de sistemas de exploração e subjugação social, herdados do período colonial e imperial. A cidade planejada, em especial nos limites abarcados pela atual Avenida do Contorno, desencadeou uma transformação socioespacial de grandes proporções em um limite espacial e temporal restrito. A partir dessa compressão tempo-espaço e da demolição do antigo arraial, produziu-se um contingente populacional excluído das novas formas de sociabilidade simbolicamente arranjadas na nova capital. Ao longo de nosso caminho teórico, buscamos argumentar que todo modelo de lugar carrega consigo um modelo novo de existência social que toma como base concreta o *corpo*.

O plano de ocupação pensado para a nova cidade, incapaz de resolver a contradição entre trabalho, raça e corpo, passou a ser continuamente modificado por intervenções,

planejamentos, leis e rearranjos que visaram, num processo de heterodeterminação, instituir o *lugar, a terra* e a identidade do corpo a ser excluído. Os efeitos socioespaciais dessa constituição, organizam ainda hoje a reprodução de *categorias* marginalizadas no processo de constituição formal da cidade.

Um dos problemas que se colocam numa pesquisa que se propõe a entender alguma face do mundo social é, sem dúvida, o recorte analítico e sua interação com a totalidade que o cerca. Essa questão evoca um longo e difícil debate, central nas grandes obras filosóficas ocidentais e que exige cuidados os quais não podemos nos dispor aqui. Apoiados nos argumentos incisivos de Lefebvre contra uma dialética idealista, tentamos nos reter à tarefa (não menos simples) de evitar movimentos analíticos com “julgamentos precoces, que fixam um lugar ou uma essência e lá mantêm os entes” (Lefebvre, 1979, p. 25).

Ao adotar as indicações metodológicas do autor, também nos deparamos com uma dificuldade implicada no processo de pesquisa e, sobretudo, de escrita acadêmica: parte do que Silva (2022) denuncia como o *texto moderno* e o *nomos produtivo*. Tal como o psiquiatra de Itaguaí, personagem com a qual abrimos nossos argumentos em direção contrária ao positivismo que, como desenvolvemos, embebe ainda hoje o planejamento e os estudos urbanos, nosso método expositivo limitou-se muitas vezes a reescrever a historicidade de um processo de subjugação, ainda aprisionando os sujeitos nas categorias de exclusão deflagradas na urbanização da capital. Assim, essa pesquisa, em parte, ainda não fissura as determinações sobre as quais construiu-se e se atualiza a ontoepistemologia moderna. O espaço, categoria ainda contemporânea e tributária da filosofia formal kantiana, ainda que seja, como na obra lefebvriana, tomado em sua multifacetada relação com a práxis e a vida social, opera seu sentido apenas a partir da cisão entre o sujeito moderno (Silva, 2022) - noção que buscamos aproximar do conceito de *corpo*, ou seja, “materialidade sempre-já inscrita no arcabouço da razão científica” (Silva, 2014, p. 108) - e a materialidade que o cerca.

Ainda que imersos no texto moderno e em sua rede de significação, buscamos operar uma fissura desde dentro: articular vertentes críticas da fenomenologia e da sociologia reflexiva uma contra a outra, de forma a operar uma motivação teórica capaz de reencontrar uma temática dos estudos urbanos - a história da urbanização - e se atentar para a produção, implicada e sistêmica, da exclusão socioespacial, aqui assumida como parte inseparável do projeto ontoepistemológico moderno, e de um de seus paliativos: o planejamento urbano. Encriptada no movimento de expansão e engolfamento alavancado pela colonização, a produção do espaço

desde o sul guardou em suas entrelinhas a produção de um sentido sobre a materialidade do corpo do colono, através do qual o principal artefato, em nossa ótica, é a racialidade-capital, sua capacidade de conversão da matéria em mercadoria e a respectiva dominação social através do trabalho.

Uma retomada histórica que, num primeiro momento, se apresentava como o caminho menos problemático à tratativa teórica, em pouco tempo, mostrou-se extremamente ardilosa. Como deveríamos suspeitar de início, olhar para dados históricos, em especial em direção àqueles que (não) contam a história de sujeitos, vidas e suas existências, é, em certa medida, abrir o caixão e olhar para a face da morte (Hartman, 2020). Então, “por que arriscar a contaminação envolvida na reafirmação das maldições, obscenidades, colunas de perdas e ganhos e medidas de valor pelas quais as vidas cativas eram inscritas e extintas? Por que sujeitar os mortos a novos perigos e a uma segunda ordem de violência?” (Hartman, 2020, p. 19). Em alguns trechos desta pesquisa, admito, escorreguei sem respostas às perguntas da autora.

Se valer da fabulação crítica, como faz Musa (2022) e Pereira (2019) ao recontar a história de Belo Horizonte pelo registro imagético e pela voz de seus habitantes, é um potente caminho pelo qual pode-se fissurar a escrita do texto moderno em direção a uma nova ordem de significado histórico. Permanece, entretanto, a dificuldade de direcionar esses esforços para uma crítica do planejamento e sua necessária revisão prática, de seus preceitos, de seus objetivos e de sua (po)ética. Diante da *razão urbana* como a conhecemos, o espaço permanece delimitado enquanto uma categoria moderna determinada, com pouca margem para rearranjos. A produção e a transformação do ambiente construído, a habitação, as moradias, os lugares de encontro, em suma, a materialidade da cidade ainda permanece enclausurada em uma rede de sentido devota das categorias epistemológicas modernas e, por isso, atua na produção de ontologias determinadas contra as quais seus habitantes mais vulnerabilizados traçam lutas permanentes.

Imagino que a ineficiência da noção de *direito à cidade*, exaustivamente reescrita a partir de cortes de gênero, raça, sexualidade e classe, ou do “problema” - produzido e reproduzido pela razão urbana - irresolvível do déficit habitacional nos grandes centros urbanos sejam sintomas da incapacidade do texto moderno diante de si mesmo. É uma demonstração de sua incapacidade em operar criticamente diante dos pilares essenciais da modernidade, a saber: a determinabilidade, a sequencialidade e a separabilidade (Silva, 2022). Se não conseguimos, a partir desse trabalho, romper a muralha na qual a razão urbana se encastelou, buscamos, ao

menos, introduzir um elemento do qual a crítica urbana ainda se furta de tratar com o peso necessário: *o corpo*.

Acredito, portanto, que essa os argumentos e referenciais teóricos mobilizados por essa pesquisa apontem para um desdobro que se direcione à uma crítica radical das noções tributárias do conceito de moderno de espaço, tomando como mote as contribuições desenvolvidas nas últimas décadas em torno da crítica e teoria anticolonial. Ainda que bem-intencionados, os estudos urbanos que se debruçam sobre a raça e contexto colonial considerando-os como efeitos formais do mecanismo de dominação próprio do modo de produção econômico vigente perpetuam paradigmas canonizados tal qual, acredito, perpetuara-se a postura epistemológica denunciada enquanto *citadismo*, com a qual também apresentamos nossa pesquisa. Desterrar a violência, ou pelo menos denunciá-la a partir de sua operação diante do corpo e da terra de populações originárias, acredito, pode contribuir para um deslocamento no olhar viciado do urbanista que constrói, insistentemente os mesmos problemas, sob a mesma gramática, sob o mesmo texto e sob os mesmos corpos.

REFERÊNCIAS

LEIS E DECRETOS

MINAS GERAES. *Collecção das leis e decretos do estado, em 1890*. Ouro Preto: Imprensa Official, 1893c. 406 p. Acervo APM.

MINAS GERAES. *Collecção das leis e decretos do estado, em 1892*. Ouro Preto: Imprensa Official, 1893c. 406 p. Acervo APM.

MINAS GERAES. *Collecção das leis e decretos do estado de Minas Geraes – 1893*. Ouro Preto: Imprensa Official, 1894e. ix, 534 p. Acervo APM.

MINAS GERAES. *Collecção das leis e decretos do estado de Minas Geraes - 1895*. Ouro Preto: Imprensa Official, 1895f. xi, 372 p. Acervo APM.

MINAS GERAES. *Collecção das leis e decretos do estado de Minas Geraes – 1898*. Cidade de Minas: Imprensa Official, 1899d. 370 p. Acervo APCBH.

MINAS GERAES. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes – 1900*. Cidade de Minas: Imprensa Official, 1900d. x, 27, 556 p. Acervo APCBH.

RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. Mensagem apresentada pelo prefeito Bernardo Pinto Monteiro ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 10 de outubro de 1902 e relatórios anexos. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1929b. 305 p.

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. Mensagem apresentada pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 10 de setembro de 1903 e relatórios anexos. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1929b. 191 p. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. Mensagem apresentada pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 10 de setembro de 1905 e relatórios anexos. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1929b. 191 p. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. Mensagem apresentada pelo prefeito Olyntho dos Reis Meirelles ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 10 de setembro de 1912 e relatórios anexos. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1929b. 191 p. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. Mensagem apresentada pelo prefeito Olyntho dos Reis Meirelles ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 10 de setembro de 1919 e relatórios anexos. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1929b. 191 p. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

MINAS GERAES. Comissão Constructora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita, com autorisação do governo do estado, sob a autorisação do engenheiro chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n. 2, p.5-30, agosto de 1895a. H. Lombaerts & C., editor. Acervo APM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação de terras no Brasil colonial. *Revista CIDADES*. V. 8, n. 14. Chapecó (SC), 2011.

ADELMAN, Jeffrey. *Urban planning and reality in republican Brazil: Belo Horizonte, 1890-1930*. 1974. 276 p. Tese (Doutorado em História) – Indiana University, Bloomington. Acervo Biblioteca da Escola de Arquitetura/UFMG.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 443 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALFONSIN, Betânia; SEGAT, Flávia; GALLICCHIO, Juliana; MONTANARI, Vitória. Do cercamento das terras comuns ao Estatuto da Cidade: a colonialidade do direito de propriedade como obstáculo para a efetivação do direito à cidade no Brasil. *Revista De Direito Da Cidade*, 15(1), 294–330. <https://doi.org/10.12957/rdc.2023.64045>, 2023.

ALVES, Alexandre Magno; MENDONÇA, Jupira Gomes. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. In: *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. ANDRADE, Luciana; MENDONÇA, Jupira; DINIZ, Alexandre Magno (editores). Pgs: 33-47. Rios de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2014.

BALDEZ, Miguel. *Solo urbano, reforma urbana, propostas para a Constituinte*. Rio de Janeiro, Fase, 1986.

BARRETO, Abilio. *Bello Horizonte: memoria historica e descriptiva; historia média; planejamento, estudo, construcção e inauguração da nova Capital (1893-1898)*. Bello Horizonte: Livraria Rex, 1950. 363 p.

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. Recenseamento de Bello Horizonte, feito na administração do prefeito, Dr. Olyntho Meirelles, em 1912. In: PINTO, Alfredo Moreira. *Monographia de Bello Horizonte, em 1901*. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado, 1913. 70 p. Acervo APM.

BENÉVOLO, Leonardo. *A história da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

- BHANDAR, Brenda. *Colonial lives of property: law, land, and racial regimes of ownership*. Durham (EUA): Duke University Press, 2018.
- BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social reproduction theory*. London: Pluto Press, 2017.
- BOLTSHAUSER, João. *Noções de evolução urbana nas Américas*. 2. ed. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, UFMG, 1968. 3 v. 239, 169, 212 p. Publicado originalmente em dois volumes em 1959 (v. 1) e em 1960 (v. 2)
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2 ed. Porto Alegre: ZOUK, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001b.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. São Paulo: Papyrus, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral, Volume 1: Lutas de classificação: Curso no Collège de France (1981-1982)*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2020.
- BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, PUC Minas, v. 9, n. 12, p. 11-33, 2º sem. 2007.
- BRENNER, Neil. *Urban theory without an outside*. Lecture Series, ETH Zurich. 2013.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam - os limites discursivos do sexo*. São Paulo: Editora N-1. 2019.
- CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2003.
- CAMARATE, Alfredo. *Por montes e vales*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1985.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do Outro como não ser como fundamento do ser*. Tese sobre Filosofia da Educação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- CARRASCOZA, João Anzanello. *Aos 7 e aos 40*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CASTRIOTA, Rodrigo. *URBANIZAÇÃO EXTENSIVA NA AMAZÔNIA ORIENTAL: ESCAVANDO A NÃO-CIDADE EM CARAJÁS*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2021.

CONTINENTINO, Lincoln. *Questões de urbanismo*. [S.l.: s.n.], [ca. 1937]. 373 p.

CRUZ, Gabriel da. *As fronteiras urbanas e os estigmas sociais: uma investigação da exclusão socioespacial a partir do corpo*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: Natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DIAS, Francisco Martins. *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte, 1897.

DIAS, César Gomes Bonfim. *A experiência da indivisão na filosofia de Merleau-Ponty*. Dissertação sobre Filosofia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontificia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde – A trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1988.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. São Paulo: Zahar, 2022 [1961].

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020 [1952].

FERRO, Sergio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

FITZPATRICK, Peter. *A mitologia na Lei Moderna*. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2007.

FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II). Belo Horizonte: s. n., 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FRASER, Nancy. Contradictions of capital and care. *New Left Review*, v. 100, p. 99-117. London: 2016.
- FREITAS, Daniel Medeiros. *Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, agosto de 2016.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas, volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. GORZ, André.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de Ciências Sociais*. Universidade de Coimbra, Coimbra. N 80, 2008. p. 115-147.
- GUIMARÃES, Berenice. *Belo Horizonte em tese*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Urbanos/UFMG, 1995
- GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. In: *Revista Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2 e 3, p. 11-18,. maio/dez. 1992.
- GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984. p. 223-244.

GROSSI, Paolo. *História da propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. 146p. (Conferência proferida em Siena, no Congresso Nacional da Sociedade Italiana de História do Direito, 1985).

HARTMAN, Saidyia. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27640. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 05 ago. 2024>.

HEIDEGGER, Martin. *Questions II*. Paris: Gallimard, 1968.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Direito luso-brasileiro no Antigo Regime*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HOLZER, Werther. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA Jr, Eduardo (org). *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012. P. 281-304.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ed. Francisco Alves. 1960.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1805-1850)* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

LEAL, Fábio Nunes. O Arraial do Bello Horizonte. In: MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., 1895.

LACAN, Jean. *O seminário livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992

LEANDRO, Gabriela. *Corpo, discurso e território: cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. Tese (doutorado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Editora Ática. 1991a.

- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Trad. D. Nicholson - Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991b.
- LE VEN, Michel Marie. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte - 1893-1914*. 1977. 174 f. Tese (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Acervo Biblioteca da FAFICH/UFMG
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Editora José Olympio, 2021.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al. (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Direito à Diversidade e Infiltrações Transformadoras*. 2016. Disponível em: http://www.faa.edu.br/revistas/docs/RID/2016/FDV_2016_04.pdf. Acesso em: abr. 2024.
- MARANDOLA Jr, Eduardo (org). *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O.; VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 1979.
- MATSUBA, Shôichi. Possibilité de la “communauté charnelle” In: BARBARAS, Renaud [et al]. *Merleau-Ponty: penser sans dualismes aujourd’hui*. Paris: J. VRIN; Milano-Udine: Mimesis Edizioni; Tennessee: University of Memphis, 2009. P. p. 401 – 418.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*; Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAS GERAES. *Comissão Constructora da Nova Capital. Planta topographica e cadastral da área destinada á Cidade de Minas. Belo Horizonte, 1895b. Escala 1:4.000. 236x170cm. Acervo APCBH*

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições. 2018.

MBEMBE, Achille. *O brutalismo*. São Paulo: N-1 edições, 2021.

MBEMBE, Achille. Sovereignty as a form of expenditure. In: *Sovereign Bodies. Citizens, Migrants, and States in the Postcolonial World*. Hansen & Stepputat (Orgs.). Pp. 148-166. Chalmers University of Technology, 2005

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG / Cedeplar, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto. *Urbanização e industrialização em Minas Gerais: considerações sobre o processo recente*. Seminário Repensando o Brasil pós-60: as mudanças na dinâmica urbano-regional e suas perspectivas. São Paulo, 1984.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. *Urbanization, colonization and the production of regional space in the Brazilian Amazon*. In: 16th Inter-American congress of planning (Sociedade Interamericana de Planificación: SIAP), San Juan, Porto Rico, 22–26 August 1988.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas - 1889-1930*. 219 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1973.

MORADO NASCIMENTO, Denise. *O sistema de exclusão na cidade neoliberal brasileira*. 1. Ed. Marília/SP: Lutas Anticapital, 2020.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MUSA, Priscila Mesquita. *Quem vê cara não vê ancestralidade: arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-

graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

ODA, Ana Maria Galdini. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. In: *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*. V 11, pp. 735-761. 2008.

ODA, Ana Maria Galdini. O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 346-61, jun. 2007

OLIVEIRA, Chico. O estado e o urbano no Brasil. *Revista Espaço e Debates*, v. 2, n. 6, p. 36-54. São Paulo, 1982.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. *CODESRIA Gender Series*. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.

PENNA, Octavio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte – 1711-1930*. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. 276 p. (Coleção Centenário).

PEREIRA, Josemeire Alves. *Para Além do Horizonte Planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)*. Tese (Doutorado em História) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP, 2018.

PETERS, Gabriel. *Esperando Bourdieu: sobre a história (meio esquecida) do conceito de habitus*. Relatório de Grupo de Trabalho. 45º Encontro Anual da Anpocs. 2021.

PINHO, Breno Aloísio. *População e pobreza: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese (Demografia), 266f. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: Seplan/Plambel, 1979.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. São Paulo: Editora Campus, 1944.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: Sousa Santos, B.; Meneses, M. (orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra (PT): Edições Almedina, 2009.

RACIONAIS MC's. *Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Cosa Nostra, São Paulo, 1997.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, Aarão. *Exposição apresentada ao Exm. Sr. Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes, presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis, ao deixar o cargo de engenheiro-chefe, em 22 de maio de 1895*.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel/Fapesp, 1997.

RUI, Taniele. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, maio de 2012.

RYKWERT, J. *The idea of a Town: the anthropology of urban form in Rome, Italy and Ancient Word*. London: Faber and Faber, 2013.

SAFORI, SENA E SILVA. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. *Revista DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 5; nº 1. Rio de Janeiro, JAN/FEV/MAR 2012. p. 37-60.

SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. Nova Iorque (EUA): Vintage Books, 1993.

SALGADO, Nayara. A pedra não para: um estudo sobre a cracolândia na cidade de Belo Horizonte/MG. *Rev. UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.268-293, jan./jun. 2013.

SALGUEIRO, Helena. *A casaca do arlequim: Belo Horizonte, uma capital eclética do século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

SANÍN-RESTREPO, Ricardo. A TEORIA DA ENCRIPTAÇÃO DO PODER: Itinerário de uma ideia. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, V.23 N.45. 2020

SANTOS, Lúcio José. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edições USP, 2014.
- SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. 2ed. São Paulo: EDUSP, 2017.
- SANTOS, Milton. *O Centro da cidade de Salvador*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência*. In: Boletim Gaúcho. Porto Alegre, RS, n. 21, Ago. 1996.
- SENNET, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2008.
- SEARS, Allan. Body Politics: The Social Reproduction of Sexualities. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social reproduction theory*. Pg. 171-191. London: Pluto Press, 2017.
- SILVA, Armando Corrêa. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SILVA, Denise Ferreira da. *HOMO MODERNUS: Para uma ideia global de raça*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.
- SILVA, Denise Ferreira da. Diferença sem separabilidade. *Catálogo da 32ª Bienal de Arte de São Paulo*, 2016. Disponível em: <<https://www.bienalmercosul.art.br/bienal-12-jornal/Sobre-diferença-sem-separabilidade>>
- SILVA, Denise Ferreira da. Ninguém: direito, racialidade e violência. *Revista Meritum – Belo Horizonte – v. 9 – n. 1 – p. 67-117 – jan./jun. 2014*
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- SIQUEIRA, Bruno. *A influência da filosofia de Friedrich Nietzsche na obra de Henri Lefebvre: da crítica da vida cotidiana à teoria da produção do espaço*. Dissertação sobre Geografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Comentários de Francisco A. de Varnhagen. 9. ed. revista. (1. ed. 1801). Recife: Massangana, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *A critique of postcolonial reason: toward a History of the Vanishing Present*. Harvard University Press: 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Contribuição para o estudo da Arquitetura civil em Minas Gerais. *Revista Arquitetura e Engenharia*. Belo Horizonte, n. 5, p. 79-81, set./out. 1947a.

VILLAÇA, Flávio. Perspectiva do planejamento urbano no Brasil de hoje. Campo Grande: do autor, 2001. 16p (*Texto apresentado no II seminário Cidades Brasileiras – Desejos e Possibilidades*, organizado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS).

WACQUANT, Loïc. “Chicago fade: remettre le corps du chercheur en scène.” In: *Revista Quasimodo* 7, p. 171-179, Aalborg (Dinamarca): 2002.

FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil, anais do Simpósio *Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização*, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

ZANATTA, Lucas Yuri Alves. *A formação do campo dos estudos urbanos brasileiros*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Belo Horizonte, 2022.